UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
***CAMPUS* DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

LUCAS PATSCHIKI

OS LITORES DA NOSSA BURGUESIA: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)

Marechal Cândido Rondon - PR
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
***CAMPUS* DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

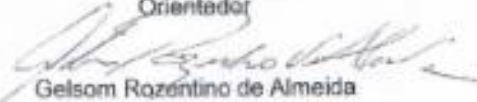
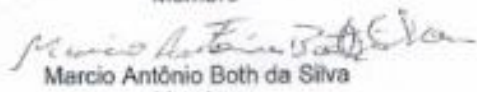
LUCAS PATSCHIKI

OS LITORES DA NOSSA BURGUESIA: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, na Linha de Pesquisa Estado e Poder, sob a orientação do prof. Dr. Gilberto Grassi Calil.

Marechal Cândido Rondon - PR
2012

ATA E PARECER

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - http://www.unioeste.br
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado
Reconhecido pela Portaria Ministerial – MEC, nº 524, de 29/04/2008, publicada no DOU de 30/04/2008.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2012, às 09:00 horas, na sala de aula da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em História constituída pelos professores Dr. Gilberto Grassi Calil (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ), Dr. Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)), para avaliarem o trabalho *"Os litores da nossa burguesia: mídia sem máscara em atuação partidária (2002-2011)"*, apresentado pelo pós-graduando **Lucas Patschiki** para a obtenção do título de "Mestre em História" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Gilberto Grassi Calil, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 29 de março de 2012.

Gilberto Grassi Calil
Orientador

Gelsom Rozentino de Almeida
Membro

Marcio Antônio Both da Silva
Membro

Lucas Patschiki

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - http://www.unioeste.br
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
UNIOESTE

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: *"Os litores da nossa burguesia: mídia sem máscara em atuação partidária (2002-2011)".*

Nome do concluinte: **Lucas Patschiki**

Integrantes da Banca:

1. Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil,
2. Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida,
3. Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva.

Parecer:

A DISSERTAÇÃO CONSTITUI UMA CONTRIBUIÇÃO IMPORTANTE PARA O CONHECIMENTO DE UM TEMA DE GRANDE RELEVÂNCIA.
A BANCA DESTACA O RIGOR METODOLÓGICO, A ANÁLISE CRÍTICA E ORIGINAL NO TRABALHO COM AS FONTES.
A BANCA RECOMENDA A PUBLICAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.

Marechal Cândido Rondon, 29 de março de 2012.

Este trabalho é dedicado à memória
de Bruno Bardini (1982-2011).

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa durante determinado tempo acaba por ser quase o norte de vida para o historiador, então antes de qualquer coisa, tenho a obrigação de agradecer minha família, que suportou ao meu lado estes dois anos de altos e baixos. Agradeço especialmente meus pais, Lourdes e José Agostinho, pela compreensão, apoio e tapas na nuca – vocês são meu porto seguro nesta vida conturbada. Meu irmão Ariel, pela ajuda e por toda a experiência de vida, assim sua namorada Liciane. Minha avó Dona Verônica, por todas as risadas tomando café e fumando um cigarrinho. Meus primos Mateus e Vitor, meu tio Paulo e tia Kika. Minha tia Rose e tio Rogério, Débora, Hélvio, Edina e Enzo. Carlos e Denise Kletemberg e família. Tia Erli e Manolo. E meu grande amor, Janaína de Paula do Espírito Santo, por tudo o que já vivemos e por tudo o que ainda nos espera. Do mesmo modo sua família: Dona Maria, Marcelo e família, Sabrina, etc.

Não poderia deixar de agradecer Andréa Zanicoski, por tudo.

Agradeço meu orientador, Gilberto Calil, por ter aceitado esta tarefa e por sempre manter o diálogo franco e verdadeiro – esta é só uma de suas muitas lições que vou levar pelo resto da vida. Assim como meu co-orientador e membro da banca Márcio Both (e Sandrinha). Aos professores do curso de História da Universidade do Oeste do Paraná, que fizeram desta uma segunda casa para mim: Zen, Ruela, Marquinhos e Cíntia, Barraca e Kleyne, Paulo, Carla, Rinaldo, Blankl, Cida, Selma... E um agradecimento mais do que especial para a Iraci, que me salvou de algumas presepadas nestes últimos dois anos. Marechal Cândido Rondon foi decisivo em meu crescimento profissional e pessoal, e desde agora sinto falta de todos.

Ao arguidor convidado para as bancas desta pesquisa Gelsom Rozentino de Almeida, pelas contribuições e olhar crítico, Virgínia Fontes pelo curso ministrado durante o mestrado (que trouxe reflexões importantes para este trabalho ir além), Jefferson Barbosa pelos toques, Carmencita Holleben de Mello Ditzel e Niltonci Batista Chaves por todo o aprendizado durante minha graduação. Agradeço também ao Grupo de Pesquisa de Estado e Poder, ao GT de Marxismo da ANPUH, e ao GEINT, agora dos Movimentos e Partidos Políticos de Direita, cujas indicações de leituras e discussões contribuíram de modo constante para minha formação.

Aos meus camaradas de vida, luta e boteco, velhos e novos amigos, por tudo: Bedin, Nano, Carlão, Samuca, Alana, César, Jeca e a tribo perdida dos *hardtrance*, Calouro, Mutley,

André Cardoso (*Brothers beneath the skin!*), Paula e Boroske, Hugo, Maristela e Vilson (valeu pela capa incrível!), Vânia, Cíntia e Vassoura, Babosa, Cris e Dominik (Helga Sastroz comanda!), Tonhão, Duda, Carem, Guizões (o Grando e o Andrade), Gorenzzo, Lausane e Chico, Suzanne e Fago, Croco e Keka, Jaime, Alexandre Arienti, Jô, Chekeréu, Elaine, Sabugo, Daniel e os Anônimos, Tonho Branco, Dama e Belo, Vitor, Kah, Cleriston, Viteck, Júlio, Magro, Errado, Eder, Rafahell Ciello, Marco Tonho, Brunão, Gabriel, Diogo, Ulisses, Ricardo, Karin, Tinaca, Rodrinks, Mila e Giovanni, Cesinha, Silvia, Xitara e Olavinho, Bel, Karen, Mima, Bóris, Popis, Emer, Beleza, Birk, Kleber, Dona Laura, Betânia, Paty, Marcus, Cátia, Simone, Cristiano, Cabeludo e Senaide, Lucas, Douglas, Gil, Rato, Marco, André, Carla, Presa, Fano, Java, Marcelo, Bomba e Juliana, Cleverson, Insano, Vasco, Dani, Fabrício, Fernandão, Milena, Felipe, Andréa e Cláudio, Jefferson, Matheus, Zilá, Hugo Bagatim, Bruce, Cristiano, Visão, Paulinho Louco, Enig, Pitter, RUDI, Everton, Seu Oswaldo, Aracely e com certeza mais um sem número de pessoas que agora me escapam. Esta dissertação também é devedora de todas as lutas com a galera do LEH e do Centro Acadêmico de História da UNIOESTE (*Do silêncio ao grito!*), do Diretório Acadêmico de História da UEPG e da nossa gestão na Associação dos Pós-Graduandos da UNIOESTE (*Se-Rebeldiar!*).

É estranho, e até difícil, ler estes agradecimentos, pois tantas e tantas pessoas influíram, direta e indiretamente, sobre esta pesquisa, que o receio de ser injusto com qualquer uma delas me apavora. Que esta retratação sirva de abraço forte a cada uma delas, pois apesar de escaparem do papel com certeza habitam parte do meu ser.

Por fim agradeço a Fundação Araucária por ter me concedido uma bolsa de estudos, fundamental para a viabilização material desta pesquisa.

Vilson André Moreira Gonçalves. *Fáceis*. 2012.

RESUMO

Investigamos nesta dissertação a atuação partidária do grupo organizado em torno do *website* Mídia Sem Máscara (www.midiasemmascara.org) entre os anos de 2002 e 2011. Ele se constitui em 2002, no contexto das eleições presidenciais que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, apresentando-se como um *observatório de imprensa*, sob a responsabilidade de seu principal organizador Olavo de Carvalho. Este propunha através do Mídia Sem Máscara agrupar uma série de intelectuais de direita em torno de um componente ideológico: o anticomunismo. Após aquela eleição houve rápida ascensão anticomunista na mídia brasileira, elemento de pressão sobre o Partido dos Trabalhadores para que cumprisse os compromissos assumidos com a burguesia e o imperialismo. Explicação que não é suficiente para caracterizar o avanço de um movimento organizado de tipo fascista, que iremos analisar através dos limites do ultraliberalismo como projeto histórico-social, incapaz de solucionar as crises do capital-imperialismo. Nesta conjuntura o anticomunismo serviu como base ideológica comum para o "espectro" fascista da sociedade, um movimento organizador visando o acirramento da luta de classes. O Mídia Sem Máscara partiu destas bases militando por um projeto fascista – ainda não plenamente desenvolvido, já que determinado pela conjuntura. O fascismo é compreendido aqui como um fenômeno nascido com o imperialismo, cuja função política e social primária é o de reorganizar o bloco no poder de maneira brutal durante a crise aberta, para a manutenção e reprodução da sociedade de classes – o que denota seu caráter de luta aberta contra a classe trabalhadora e suas organizações, de maneira geral contra qualquer avanço conquistado pelas classes exploradas. Isto não significa que qualquer crise abre caminho para a alternativa fascista, mas é pela perspectiva de ruptura institucional que os movimentos fascistas contemporâneos organizam-se. Esta é uma das prerrogativas do que podemos chamar de terceira "onda" fascista, ideologicamente distinta das anteriores pela aceitação dos pressupostos econômicos ultraliberais e organizativamente pela ênfase na formação de redes extrapartidárias. Iremos abordar nesta dissertação: a relação da história imediata com a academia; a produção do conhecimento histórico e a questão da verdade histórica; os desenvolvimentos qualitativos do capitalismo no século passado; o desenvolvimento da internet como parte da ampliação das formas de reprodução do capital; a instalação da internet no Brasil; os movimentos fascistas em suas transformações; a trajetória pública de Olavo de Carvalho; a constituição e afirmação do Mídia Sem Máscara; sua organização; peculiaridade discursiva; formas de atuação para propaganda, cooptação e formação de seus leitores-militantes através da internet; os grupos sociais aos quais dirigem-se; sua rede extrapartidária; e suas premissas ideológicas, enfatizando a especificidade de seu anticomunismo (o anticomunismo contra Gramsci).
PALAVRAS-CHAVE: Mídia Sem Máscara; Olavo de Carvalho; Fascismo; Anticomunismo; História Imediata.

ABSTRACT

The lictors of our bourgeoisie: the Mídia Sem Máscara in partisan action (2002-2011)

In this dissertation we investigated the performance of the partisan group organized around the website Maskless Media (Mídia Sem Máscara, www.midiasemmascara.org) between the years 2002 and 2011. The website was founded in the year of 2002 in the context of presidential elections to elect Luiz Inácio Lula da Silva of the Workers Party (Partido dos Trabalhadores), presenting itself as an *observatory of the press*, under the responsibility of the main organizer Olavo de Carvalho. He proposed through the Mídia Sem Máscara group a series of right-wing intellectuals around an ideological component: the anticommunism. After this election there is a fast rise on anticommunism in Brazilian media as an element of pressure on the Labor Party to fulfill the commitments made with the bourgeoisie and imperialism. Explanation that is not sufficient to characterize the progress of an organized movement of fascist type, which we´ll analyze through the limits of ultra-liberalism as a social-historical project, unable to resolve the crisis of capital-imperialism. In this conjuncture its anticommunism served as common ideological basis for the fascist "spectrum" of society, organizing a movement aiming the intensification of class struggle. Starting from this bases, the group Mídia sem Máscara began their militating for a fascist project - not yet fully developed, given the circumstances. Fascism is here understood as a phenomenon born with imperialism, which first political and social function is to rearrange the block in the power in a brutal manner during the open crisis, for the maintenance and reproduction of class society – which indicates its character of constant struggle against the working class and generally against any democratic advance. This does not mean that any crisis gives way to an alternative fascist, but is by the perspective of institutional breakdown that contemporary fascist movements are organized. It is one of the prerogatives of what we might call the third fascist "wave", ideologically distinct from the previous by the acceptance of the ultra-liberal economic presuppositions and organizationally by the emphasis on the formation of networks around the party. We investigate in this dissertation: the approaches to the immediate history in academy; the production of historical knowledge and the question of historical truth; the qualitative developments of capitalism in the last century; the development of the internet as part of the expansion of forms of reproduction of capital; the installation of Internet in Brazil; fascist movements in its transformations; the public career of Olavo de Carvalho; the formation of the Mídia Sem Máscara and its affirmation; its organization; discursive peculiarity; ways of activity for propaganda, cooptation and training of their readers-militants over the internet; the social groups which are aimed; its network around the party; and their ideological assumptions, emphasizing the specificity of their anticommunism (the anticommunism against Gramsci).
KEY WORDS: Mídia Sem Máscara; Olavo de Carvalho; Fascism; Anticommunism; Immediate history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Representação da hierarquia DNS.. p. 68.
FIGURA 2: Hierarquia do CGI.br............... .... p. 108.
FIGURA 3: Instituto Olavo de Carvalho e loja de mosaicos Ghellere.................. p. 158.
FIGURA 4: “Flagrantes da vida real”, segundo Carvalho..................................... p. 217.
FIGURA 5**:** Orçamento Geral da União executado em 2010 (inclui “refinanciamentos” da dívida).. p. 259.
FIGURA 6: *Sites* de parceiros do Foro do Brasil... p. 301.
FIGURA 7: Gráfico da rede do MSM, em análise de Colin Brayton.................... p. 302.
FIGURA 8: Página inicial do site “Vanguarda Popular”....................................... p. 313.
FIGURA 9: Camiseta de Olavo de Carvalho vendida na “Vanguarda Popular”.... p. 314.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Investimentos em P&D dos EUA entre 1947-1998............................ p. 53.
TABELA 2: Participantes e ex participantes do conselho de diretores do ICANN, por país, desde 2000.. p. 82.
TABELA 3: Cursos, palestras e conferências de Olavo de Carvalho..................... p. 129.
TABELA 4: Traduções e serviços editoriais de Olavo de Carvalho....................... p. 133.
TABELA 5: Lançamentos de ciência política da editora UniverCidade............... p. 140.
TABELA 6: Livros publicados por Olavo de Carvalho.. p. 141.
TABELA 7: Correligionários do *Inter-American Institute*.................................... p. 150.
TABELA 8: Cursos oferecidos no Instituto Olavo de Carvalho e preços.............. p. 154.
TABELA 9: Periódicos em que Olavo de Carvalho publicava em 2002................ p. 182.
TABELA 10: Publicações de “alunos e amigos” em 23.09.02.............................. p. 193.
TABELA 11: Colunistas do MSM em 02.04.03.. p. 194.
TABELA 12: Atuais colunistas do MSM.. p. 198.
TABELA 13: Comunidades relacionadas à comunidade Mídia Sem Máscara no Orkut.. p. 227.
TABELA 14: Descrição das comunidades relacionadas à comunidade Mídia Sem Máscara no Orkut.. p. 228.
TABELA 15: Comunidades relacionadas à comunidade Olavo de Carvalho no Orkut.. p. 229.
TABELA 16: Descrição das comunidades relacionadas à comunidade Mídia Sem Máscara no Orkut.. p. 230.
TABELA 17: Resultados eleitorais dos partidos de “extrema-direita” para o Parlamento Europeu de 2009.. p. 271.
TABELA 18: *Sites* mantidos por atuais colunistas do MSM................................. p. 299.
TABELA 19: Rede extrapartidária do MSM até oito *links* de saída....................... p. 304.
TABELA 20: Rede extrapartidária do MSM de sete até dois *links* de saí............ p. 309.
TABELA 21: Rede extrapartidária do MSM com um *link* de saída....................... p. 319.
TABELA 22: Lista de matérias do MSM de 18.09.02... p. 329.
TABELA 23: Análise de 10 matérias do MSM de 18.09.02.................................. p. 330.
TABELA 24: Mapa da atuação do “gramscismo” segundo Sérgio Augusto de Avellar Coutinho.. p. 347.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSP – Associação Comercial de São Paulo
AGCS – Acordo Geral de Comércio de Serviços
AIR – Ação Integralista Revolucionária
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANEL – Assembléia Nacional dos Estudantes – Livre
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BITNET – *Because It´s Time Network*
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CALTECH – *California Institute of Technology*
ccTLDs – *Country Code Top-Level Domain*
CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico
CERN – *Organisation Européenne pour la Recherche Nucléaire*
CGI.br – *Comitê Gestor da Internet no Brasil*
CIA – *Central Intelligence Agency*
CNRS – *Centre National de la Recherche Scientifique*
CSP-CONLUTAS – Central Sindical e Popular-Coordenação Nacional de Lutas
CTAL – Confederação dos Trabalhadores da América Latina
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DARPA – *Advanced Research Projects Agency*
DCI – *Director of Central Intelligence*
DEM – Partido Democratas
DNS – *Domain Name System*
DoD – *Departament of Defense*
EAD – Ensino à Distância
FAPESP – Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FBI – *Federal Bureau of Investigation*
FCC – *Federal Communications Commision*
FEBRABAN Federação Brasileira de Bancos
FED – *Federal Reserve System*
FIB – Frente Integralista Brasileira
FMI – Fundo Monetário Internacional
FN – Frente Nacional
GBM – Grupo Banco Mundial
GPS – *Global Positioning System*
GTER – Grupo de Trabalho de Engenharia e Operação de Redes
GTS – Grupo de Trabalho de Segurança de Redes
HACER – *Hispanic American Center for Economic Research*
IAB – *Internet Architecture Board*
IANA – *Internet Assigned Numbers Authority*
ICANN – *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IETF – *Internet Engineering Task Force*
IHTP – *Institut d´Histoire du Temps Présent*

III-PNDH – Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos
IMIL – Instituto Millenium
IOC – Instituto Olavo de Carvalho
ISOC – *Internet Society*
LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica
MEC – Ministério da Educação
MIL-B – Movimento Integralista Linearista do Brasil
MIT – *Massachussets Institute of Technology*
MSIFT – Movimento Social Italiano Bandeira Tricolor
MSM – Mídia Sem Máscara
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NASDAQ – *National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
NFS – *National Science Foundation*
NIC – *Network Information Centre*
NIPC – *National Infrastructure Protection Center*
NPD – *Nationaldemokratische Partei Deutschlands*
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PNSB – Partido Nacional Socialista Brasileiro
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP – Partido de Representação Popular
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RFC – *Request for Comments*
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SEI – Secretaria Especial de Informática
TCP/IP – *Transmission Control Protocol/Internet Protocol*
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UCC – União Conservadora Cristã
UDN – União Democrática Nacional
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UIT – *United Nations Agency for Information and Communication Technology Issues*
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UOBC – União Operária e Camponesa do Brasil
USP – Universidade de São Paulo
VIDE – Vigilância Democrática
WWW – *World Wide Web*

SUMÁRIO

Introdução.. p. 16.
PARTE 1:
1. DESENVOLVIMENTOS RECENTES DO CAPITALISMO......................... p. 39.
1.1. As telecomunicações no capital-imperialismo... p. 60.
2. A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES... p. 66.
3. A INTERNET NO BRASIL.. p. 97.
PARTE 2:
4. INTELECTUAIS E O MSM.. p. 116.
4.1 Olavo de Carvalho... p. 124.
5. O MSM COMO PARTIDO.. p. 171.
5.1 Criação e afirmação do MSM.. p. 180.
6. O MSM E O FASCISMO.. p. 242.
6.1. A continuidade fascista no século XX... p. 261.
6.2. O MSM e o *Tea Party*.. p. 287.
7. O MSM E SUA REDE EXTRAPARTIDÁRIA... p. 293.
8. O MSM EM SEUS MARCOS IDEOLÓGICOS.. p. 324.
8.1 O anticomunismo contra Gramsci.. p. 329.
8.2 A história entre a revolução e a reação.. p. 352.
Considerações finais.. p. 380.
Bibliografia... p. 388.
Fontes. .... p. 402.
Anexos.. p. 412.

“*Em minha parede há uma escultura de madeira japonesa*
Máscara de um demônio mau, coberta de esmalte dourado
Compreensivo observo
As veias dilatadas da fronte, indicando
Como é cansativo ser mal”.

Bertold Brecht. *A máscara do mal*.

INTRODUÇÃO:

Fazer a história, no sentido de reconstruir um processo acabado – como entendia Lucien Febvre, uma pergunta dos vivos em direção aos mortos – nos permite certo distanciamento, um afastamento rumo a uma realidade que não vivemos, e que passamos a descobrir aos poucos. Por mais repugnante que tenha sido este passado, saber que não há sua ameaça a cada esquina – seu distanciamento característico – permite certa sensação de paz, um resquício materno do "*tudo aquilo já passou*" antes de ir dormir. De maneira distinta, escrever a história imediata, caso deste trabalho, confunde-se com o fazer história, com a atuação de cada um de nós diante da realidade. E o estudo dos processos ainda inacabados não nos permite nenhum alheamento. É uma história feita de feridas abertas, que nos atingem profundamente e que a cada delineamento do processo, nos infligem o encarar o abismo de frente, exigindo do pesquisador seu engajamento, exatamente porque faz sentir de modo agudo, que cabe a nós, coletivamente, lutar pelo futuro. Mergulhar no universo da fascismo brasileiro, especificamente do Mídia Sem Máscara (daqui pra diante MSM), digerir todo seu conteúdo causou-me náuseas um sem número de vezes. O que me levou adiante neste objetivo foi a convicção de que em nenhum momento minha indignação, minha raiva, converteu-se em histeria. Ou seja, que a lucidez sobre os modos de combate, os posicionamentos necessários diante de um fenômeno fascista, não foram afetados, pelo contrário, as minhas mais caras convicções humanistas tornaram-se mais claras e agudas – como me foi dito por alguém por quem nutro apreço muito especial, não se colhe o mandacaru sem passar pelos espinhos.

O MSM é criado em 2002, no contexto das eleições presidenciais que vieram a eleger Luis Inácio Lula da Silva, apresentando-se como um *observatório da imprensa*, sob a responsabilidade de seu principal organizador, Olavo de Carvalho. Este propunha através do MSM agrupar uma série de intelectuais, articulistas de direita, em torno de um componente ideológico: o anticomunismo. A ascensão anticomunista, maior que o MSM, acompanhou o novo arranjo no bloco no poder após a vitória de Lula – que permitiu o acesso de agentes políticos oriundos da classe operária e de suas entidades a cargos decisórios para a gestão do Estado capitalista no Brasil – inédito na autocracia burguesa até então, e não bem aceita por todas as frações da burguesia. Mas esta explicação, que somente desvela a realidade pelo aspecto político, não é suficiente para caracterizar a ascensão de um movimento fascista, o que iremos analisar através dos limites óbvios do ultraliberalismo como projeto histórico-social, incapaz de solucionar as crises do capital-imperialismo – a mais recente e violenta a

crise de 2008, muito além de uma bolha gerenciadas pelo sistema para sua expansão, mas que traz em seu cerne os limites do sistema em gerenciar as "*crises geopolítica, militar, energética, alimentar, ecológica, ética e social*"[1]. Nesta conjuntura o anticomunismo serviu como base ideológica comum para as forças conservadoras e reacionárias da sociedade, em um movimento organizador visando o acirramento da luta de classes, a crise aberta. O MSM partiu destas bases para constituir-se, e avançar, militando por um projeto fascista – anotemos que, este projeto ainda não está plenamente desenvolvido, já que determinado pela conjuntura.

O fascismo é compreendido aqui como um fenômeno surgido com o imperialismo, cuja função política e social primária é o de reorganizar o bloco no poder de maneira brutal durante a crise aberta, para a manutenção e reprodução da sociedade de classes – o que denota seu caráter de organização visando a luta contra a classe trabalhadora e de maneira geral, negando qualquer avanço democratizante. Isto não significa que qualquer crise faz emergir a alternativa fascista, o que será tratado adiante, mas adiantemos, é pela perspectiva de *ruptura* que os movimentos fascistas contemporâneos organizam-se, seja através de partidos formais parlamentares, como a Frente Nacional francesa, seja através de associações da sociedade civil, como no caso do MSM. Esta é uma das prerrogativas do que podemos chamar de terceira "onda" fascista, ideologicamente distinta das anteriores pela aceitação dos pressupostos econômicos ultraliberais. Estes pressupostos utilizados para implementação e manutenção de políticas de Estado ultraliberais, mesmo divergindo estrategicamente, acabam por convergir em seus fins com os objetivos fascistas, sendo o principal a quebra completa da organização da classe operária nos limites estatais-nacionais. Não poderíamos deixar de sublinhar estas ligações profundas que emergem quando analisados fenômenos deste tipo em uma perspectiva de cunho totalizante.

Iremos observar estas ligações quando expusermos nossa leitura do MSM em sua rede extrapartidária, em suas conexões sociais com diversos aparelhos privados de hegemonia da (grande e pequena) burguesia brasileira. Esta ênfase é importante, e justifica a qualificação feita em nosso título ao MSM, como *litores da nossa burguesia*: os litores eram os anunciadores dos antigos magistrados romanos, encarregados de carregarem o feixe faziam-se representantes do poder sobre a vida e morte dos indivíduos, poder que executavam, mas não detinham. Esta é uma maneira de explicitar a situação específica do MSM: prepostos,

[1]OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DA CRISE. "Introdução. A complexidade da crise atual". *In*. DIERCKXSENS, W.; CAMPANÁRIO, P.; CARCANHOLO, R. A.; JARQUIN, A.; NAKATANI, P.; HERERRA, R. *Século XXI: crise de uma civilização*. Fim da história ou começo de uma nova história? Goiânia: CEPEC, 2010. p. 9.

funcionários da classe dominante, que arrogam um poder que não detém, mas que mesmo assim encarnam. O pronome possessivo que estabelecemos sobre a burguesia brasileira (a *nossa* burguesia) é um modo de indicar que mesmo não pertencendo a esta classe, seu projeto social, sua visão de mundo de certo modo nos pertence, pois no sentido mais cru desta afirmação, somos constantemente implicados a interiorizar suas perspectivas como nossas.

A questão que norteou essa investigação foi a de *compreender a atuação partidária do Mídia Sem Máscara entre os anos de 2002 e 2011*. Uma questão propositadamente abrangente, que nos obrigou a analisar nosso objeto em uma série de frentes específicas, levando em conta:

- A necessidade da existência de projetos políticos de cunho fascista no capital-imperialismo;
- A emergência de projetos deste tipo na última crise do capital;
- A articulação de seus intelectuais em torno de seu projeto político e a constituição deste;
- A organização destes intelectuais em um partido não formal;
- As ligações orgânicas de seus intelectuais com a burguesia;
- A origem social e trajetória de vida de seu Estado maior;
- A interpretação dos diversos projetos políticos aos quais se opõem;
- A constituição de seus marcos ideológicos;
- O perfil de leitores e militantes que pretendem atingir;
- A constituição da internet como espaço para a disputa ideológica; e
- A utilização da rede para sua organização e propaganda.

Tais escolhas se delinearam a partir da seguinte hipótese: que as formulações políticas criadas e disseminadas pelo MSM articulam-se a um projeto de sociedade mais amplo, sendo assim, dependentes (o que não significa que são subordinados diretamente) de um Estado-maior, dos intelectuais responsáveis pelos projetos da classe dominante. Assim, a militância do MSM possuiu uma função primal para a dominação: a da busca por um consenso mínimo entre diversos grupos reacionários e fascistas existentes na sociedade (sejam partidos políticos formais, informais ou milícias), o que é possível através de sua autoqualificação como liberais conservadores. Embora o caráter de classe do MSM seja burguês, os indivíduos que o integram, em sua maioria, não corresponderam a esta classe social, sendo provenientes dos estratos médios da sociedade – o que em sua pluralidade de interesses acabou por tornar o MSM, durante este recorte temporal, responsável por uma grande quantidade de pautas e questões, na tentativa de fazer convergir todos estes atores em torno do seu projeto histórico:

economicamente alinhado ao capital-imperialismo e ao mesmo tempo antiliberal (mas não anticapitalista) em relação a moral – cisão contraditória que os permite advogar um projeto de características fascistas. Seu alinhamento com a ofensiva do ultraliberalismo, exprimidas especialmente na necessidade da eliminação da esquerda, evidencia sua compreensão da necessidade do Estado para a implementação e funcionamento deste projeto. Sua tentativa de alcançar o consenso entre diversos grupos reacionários não encerra suas tarefas, que pelo contrário, compreende também a mobilização ativa de parte das classes subalternas, buscando uma ação mais direta nos estratos médios da sociedade, manifestado em seu posicionamento de defesa constante da "classe média" contra o mesmo Estado, que aí assume na dimensão discursiva e ideológica do MSM o papel de "entidade inimiga", responsável por todos os ataques direcionados à "destruição" da pequena burguesia e da nova pequena burguesia, via sua proletarização.

Por ultraliberalismo entendemos um projeto histórico-social elaborado, disseminado e aplicado conscientemente por agentes políticos, que não pode ser resumido em suas ações ao campo econômico[2], embora determinado por este, pela reprodução ampliada do capital imperialismo. Optamos por não referenciarmos à noção de neoliberalismo, pois concordamos com Virgínia Fontes quando afirma que esta contém "*um teor fortemente descritivo, aplicando-se a uma política, a uma ideologia e a práticas econômicas que reivindicavam abertamente o ultraliberalismo*", e que mesmo sendo utilizado para denunciar estas práticas políticas, econômicas e ideológicas "*tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior, considerado por muitos como 'áureo' (keynesiano ou Estado de Bem-estar Social)*", assim mistificando "*a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos, assim como apaga a discrepância que predominara entre a existência da população trabalhadora nacional nos países imperialistas e nos demais*"[3]. Todo projeto de reforma econômica é um projeto de reforma moral[4], o que é crucial para nós, pois de outro modo seria difícil compreender as aproximações entre o fascismo contemporâneo e aquele projeto.

O MSM milita visando à interiorização de todo um modo de ser, uma contrarreforma

---

[2]O prefixo formador "neo", de origem grega, significa novo, atualizado, indicando localização no tempo, enquanto o prefixo formador "ultra" indica mudanças qualitativas em relação ao liberalismo. Quando conseguimos identificar elementos claros desta doutrina, reivindicados abertamente ou não, nas ações do Estado brasileiro, seja justificada de maneira escalar, afirmando sua apropriação como "moderada", enxergamos uma prática pedagógica que serve para o aprofundamento das relações sociais sob o capital imperialismo. Para mais detalhes ver FONSECA, F. *O ultraliberalismo e seus contendores*. Disponível em http://cbrayton.files.wordpress.com/2006/09/teopol15.pdf, acessado em 17.02.12.

[3]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. p. 154.

[4]Sobre esta discussão está ver o oitavo capítulo desta dissertação: *O MSM em seus marcos ideológicos*.

moral do homem apoiada em alguns elementos agregadores profundamente enraizados na vivência social destes estratos, que apresentados em profunda crise, permitem a construção de explicações e respostas lógicas de fundo moral, civilizacional ou cultural, para crises e convulsões sociais do capitalismo, possibilitando uma dupla ação, mesmo que retórica: por um lado, ele arroga-se de portar a semente de um projeto consequente de sociedade e, por outro, dota de culpa uma suposta atuação global de esquerda – agregando sentido político aos mais diversos fenômenos sociais – através de seu entendimento distorcido de uma suposta “guerra de posições” que estaria sendo levada a cabo de maneira subreptícia pela esquerda mundial (o que chamam de “guerra cultural revolucionária”). Em sua interpretação da revolução passiva como estratégia positiva para esquerda, esta visaria destruir as “bases morais do capitalismo”[5].

Esta dissertação não busca “responder” o MSM, pelo contrário, rejeitamos conscientemente qualquer intenção de descermos ao seu nível de argumentação e debate político. Ainda assim, como já foi dito por Karl Marx, “*deixar o erro sem refutação é estimular a imoralidade intelectual*”[6]. E além, pois afirmando as funções políticas que seu discurso ideológico cumpre, seria um erro deixar de apontar as distorções históricas e teóricas efetuadas pelo MSM. Isto é parte da função do historiador, arrancar do fetiche a verdade histórica (explicitando seus pressupostos teóricos e metodologicamente como esta é constituída, já que temos em conta que o “*rigor histórico e rigor político se apóiam mutuamente*”[7]), entendendo a quem interessa, as quais grupos sociais servem a busca pela verdade ou sua dissimulação. Afinal, a prática historiográfica não escapa da própria história, a narrativa histórica possui uma função política e ideológica que não está acima das contradições da sociedade de classes.

Na produção do conhecimento histórico, como não existe uma relação unilateral ou cindida entre o historiador, o sujeito que pesquisa, e seu objeto, entre estes forma-se uma troca complexa e dialética. Exatamente por isto esta relação não ocorre de modo distante, passivo, mas ativamente: o historiador sofrerá condicionamentos sociais, históricos, técnicos, etc. e sendo um ser ativo nesta realidade social que o condiciona, terá um “espírito de partido”[8]. Segundo Adam Schaff:

---

[5]Sobre esta discussão está ver o sexto capítulo desta dissertação: *O MSM e o fascismo*.
[6]MARX, K. *apud* THOMPSON, E. P. *Miséria da teoria*: ou um planetário de erros. Sem editora, 2009. p. 6.
[7]CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995. p. 62.
[8]SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 105.

> O sujeito que conhece não é um espelho, não é um aparelho registrando passivamente as sensações geradas pelo meio circunvizinho. Pelo contrário, é precisamente o agente que dirige este aparelho, que o orienta, o regula, e em seguida transforma os dados que este lhe fornece. Alguém escreveu muito a propósito que aqueles que comparam o conhecimento à ação de fotografar a realidade esquecem – entre outras coisas – que o aparelho fotográfico registra, e é por isso que uma fotografia nunca é idêntica à outra. O sujeito que conhece "fotografa" a realidade com a ajuda de um mecanismo específico, socialmente produzido, que dirige a "objetiva" do aparelho. Além disso, "transforma" as informações obtidas segundo o código complicado das determinações sociais que penetram no seu psiquismo mediante a língua em que pensa, pela mediação da sua situação de classe e dos interesses de grupo que a ela se ligam, pela mediação das suas motivações conscientes ou subconscientes e, sobretudo, pela mediação da sua prática social sem a qual o conhecimento é uma ficção especulativa[9].

Assim, a verdade histórica é uma verdade parcial e objetiva, o que não significa que seja uma meia verdade – já que analisada segundo um método, uma base teórica metodológica aprimorada e confirmada pela prática histórica – mas como já dito, é inevitavelmente uma verdade filtrada pelos condicionamentos históricos, técnicos e sociais de quem a pesquisa. Como o conhecimento é sempre um processo, devido à infinidade da realidade estudada (tanto no sentido da quantidade infinita das relações de cada objeto com outros, como no sentido do desenvolvimento "infinito" da realidade), deste modo à verdade também é processual:

> A "verdade" equivale certamente a um "juízo verdadeiro" ou a uma "proposição verdadeira", mas significa também "conhecimento verdadeiro". É neste sentido que a verdade é um devir: acumulando as verdades parciais, o conhecimento acumula o saber, tendendo, num processo infinito, para a verdade total, exaustiva e, neste sentido, absoluta[10].

O conhecimento é o conhecimento de um objeto infinito, na medida em que é infinita a quantidade das suas correlações: o conhecimento é o processo de acumulação das verdades parciais. Neste, e através deste processo, enriquecemos sem cessar o conhecimento. Como dito, se é parcial, então todo conhecimento científico será objetivo e subjetivo: "*objetivos em relação ao objeto a que se referem e do qual são o 'reflexo' específico, bem como atendendo ao seu valor universal relativo e à eliminação relativa da sua coloração emotiva; subjetivos, no sentido mais geral, por causa do papel ativo do sujeito que conhece*"[11]. A compreensão sobre este conhecimento "objetivo" precisa ser explicitada, sendo que para Schaff: "*é*

---

[9]SCHAFF, A. *História e verdade*. op. cit. p. 81.
[10]Idem. p. 98.
[11]Ibidem. p. 89.

'objetivo' o que vem do objeto. Neste sentido, entende-se por 'objetivo' o conhecimento que reflete (numa acepção determinada do verbo 'refletir') no espírito que conhece o objeto existindo fora e independentemente deste (ao contrário do conhecimento 'subjetivo' que cria o seu objeto)". Deste modo, "*é 'objetivo' o que é válido para todos e não apenas para este ou aquele indivíduo. Portanto, é 'objetivo' o conhecimento que tem um valor universal e não apenas individual (ao contrário do conhecimento 'subjetivo' no sentido de individual)*", o que vem a ser "*livre de emotividade e, portanto, de parcialidade (em oposição com 'subjetivo' no sentido de 'emotivamente colorido' e 'parcial')*"[12].

Acredito que uma das melhores sínteses sobre o processo de produção do conhecimento histórico seja de Edward Palmer Thompson através da dialética do conhecimento histórico. Esta dialética seria composta através da confrontação de um conceito ou hipótese, uma tese, com sua antítese, sua determinação objetiva não teórica, do que resulta o conhecimento histórico, a síntese. É pelo

> […] teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que *não* suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que a suportam, à luz desse ajuste. Na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela *existe* "lá fora", na história real. É claro que *não* existe realmente, como um plasma que adere aos fatos, ou como um caroço invisível dentro da casca das aparências. O que estamos dizendo é que a noção (conceito, hipótese relativa à causação) foi posta em diálogo disciplinado com as evidências, e mostrou-se operacional; isto é *não* foi desconfirmada por evidências contrárias, e que organiza com êxito, ou "explica", evidências até então inexplicáveis. Por isto é uma representação adequada (embora aproximativa) da seqüência causal, ou da racionalidade, desses acontecimentos, e conforma-se (dentro da lógica da disciplina histórica) a um processo que de fato ocorreu no passado. Por isto essa noção existe simultaneamente como um conhecimento "verdadeiro", tanto como uma representação adequada de uma propriedade real desses acontecimentos[13].

Mas anotemos que nem sempre a história mais objetiva é a história mais aceita, porque isto implica em outro sentido que cumpre ao conhecimento histórico: sua função social. A produção do conhecimento não ocorre de maneira autônoma, dissociada da consciência humana, formada, e também formadora, da existência social entre os homens. Marx e Friedrich Engels já haviam reparado nisto, afirmando com certa ironia, que "*será necessária inteligência tão profunda para entender que, com a mudança das condições de*

---

[12]SCHAFF, A. *História e verdade*. op. cit. p. 87-88.
[13]THOMPSON, E. P. *Miséria da teoria*: ou um planetário de erros. op. cit. p. 63-64.

vida das pessoas, das suas relações sociais, de sua existência social, também se modificam suas representações, concepções e conceitos, em suma, também sua consciência?"[14]. Esta não é uma relação de causa e efeito, mas nem por isto escapa de ser socialmente determinada, e efetivada socialmente pela sua prática, sendo que esta disputa apresenta-se como disputa política, afinal como sublinhado por Vladimir Ilyitch Uliánov Lênin: "*numa sociedade baseada na luta de classes não pode haver ciência social 'imparcial'*", sendo que "*esperar que a ciência fosse imparcial numa sociedade de escravidão assalariada seria uma ingenuidade tão pueril como esperar que os fabricantes sejam imparciais quanto à questão da conveniência de aumentar os salários dos operários diminuindo os lucros do capital*"[15]. Josep Fontana vai além, e apresenta a história como "*uma das fontes mais eficazes de convicção, de formação de opinião em matérias relativas à sociedade*", cabendo à produção e utilização da história um papel importante em sociedade: "*não podemos nos despreocupar da função social da história, porque o que está em jogo é demasiado transcendental*"[16]: a construção do futuro.

Entendendo a função política que tal tipo de distorção ideológica conscientemente produzida cumpre, esta pesquisa não é uma resposta ao MSM, mas a tentativa de produzir uma explicação científica de sua existência. Ainda que, ao se colocar como observatório, como um farol de empiria social (observando e classificando), como uma produção intelectualizada, o MSM se arvore como produtor de verdades e use esse tipo de autoafirmação como uma espécie de sustentáculo para sua pretensa utilidade crítica, não se pode perder de vista que esta é apenas uma interpretação vulgarizada da produção do conhecimento, da função social da ciência e da história.

Analisar um objeto cujo desenrolar histórico ocorre na contemporaneidade da pesquisa, de modo algum significa apresentar a vida como ela é, mas sim buscar os motivos pelos quais a vida assim está. E tenho plena consciência, que ao abordar a história imediata, analisando criticamente os processos sociais ainda em andamento, adentro um dos terrenos pantanosos para os historiadores acadêmicos. Mas, uma vez que história apresenta a possibilidade, de servir de instrumento de libertação, de desmistificação do mundo, colocando-se ao lado das lutas sociais, pedimos licença para o leitor, para sublinharmos, de

---

[14]MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista/A ideologia alemã*. Lima: Los Libros Más Pequeños del Mundo, 2010. p. 84.
[15]LÊNIN, V. I. *As três partes e as três fontes constitutivas do marxismo*. Disponível em http://files.agb-recife.webnode.com.br/200000028-b54e4b649e/As%20Tr%C3%AAs%20Fontes%20e%20as%20Tr%C3%AAs%20partes%20Constitutivas%20do%20Marxismo%20(Lenin).pdf, acessado em 14.10.11.
[16]FONTANA, J. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 18.

modo introdutório, que historiograficamente, as dificuldades e problemas que a história imediata supostamente suscita têm muito mais a ver com projetos conservadores de história (e de sociedade) do que necessariamente com dificuldades teórico-metodológicas intrínsecas, e que mesmo estes projetos foram obrigados a revisitar sua postura em relação ao imediato, pelo óbvio motivo de que a busca pela compreensão da história vivida não é exclusividade de uma corporação, mas sim de toda humanidade.

A história imediata faz parte do cabedal de possibilidades de análise do historiador a longo tempo, de Heródoto e Tucídides até Jules Michelet e Marx, tendo se tornado alvo de críticas somente no século XIX, no contexto da institucionalização da disciplina, triunfo de determinado projeto de história, vinculado à escola metódica alemã e que generalizou-se como modelo. Este baseou sua peculiaridade científica na cisão entre o passado e o presente, o que foi importante naquele momento para a profissionalização da disciplina, já que a afirmou distinta e independente da filosofia e da literatura. Este modelo historiográfico, aproximado das ciências naturais, foi elaborado em universidades da Alemanha por pesquisadores que não foram somente funcionários, mas ideólogos daquele Estado, e tornou-se hegemônico por mais de um século, sendo seus resquícios, mesmo com todos os enfrentamentos que teve até hoje, facilmente detectáveis. Como comenta Fontana:

> Paradoxalmente, estes homens, que se negavam a aceitar a existência de leis históricas gerais acima das realidades nacionais, seriam os criadores de métodos de pesquisa que se difundiriam universalmente até serem admitidos como norma científica da profissão e que seriam considerados, sem fundamento algum, como equivalentes, no campo da história, aos métodos de investigação das ciências da natureza[17].

Este modelo só foi aceito sem críticas até o início do século XX, quando diferentes escolas e perspectivas passaram a confrontá-lo. Na França isso ficou a cabo de Émile Durkheim e seguidores como François Simiand, que elaborou talvez o mais contundente ataque à “tribo” dos historiadores e seus “ídolos”: o político, o individual e o cronológico[18]. E em outros países as críticas surgiram dos autores que Schaff concebe como representantes de um modelo de processo do conhecimento subjetivo-idealista: Robin George Colingwood na Inglaterra, Benedetto Croce na Itália e Charles Austin Beard e Carl Becker nos Estados Unidos. Estes “presentistas”, para além de todas suas falhas e limitações, formularam contraproposições importantes: “*- no conhecimento histórico, o sujeito e o objeto constituem uma totalidade orgânica, agindo um sobre o outro e vice-versa; - a relação cognitiva nunca é*

[17]FONTANA, J. *A história dos homens*. op. cit. p. 231.
[18]SIMIAND, F. *Método histórico e ciência social*. Bauru: EDUSC, 2003.

passiva, contemplativa, mas ativa por causa do sujeito que conhece", e por fim que, "*o conhecimento e o comprometimento do historiador estão sempre socialmente condicionados; o historiador sempre tem um 'espírito de partido*'"[19].

E a história imediata[20], mesmo praticada por diversas correntes não vinculadas à academia, "renasce" no meio historiográfico após 1945, constatação de seus próprios críticos, que assinalaram o óbvio: "*boa parte do que se leu (e editou) nesse período pelo mundo afora sob o rótulo de 'história' foi, na verdade, algum tipo de história política*"[21], em sua maioria referentes à história imediata (assinalando o *boom* editorial sobre a Segunda Guerra Mundial no período). Neste momento a escola francesa dos Annales, propõe-se a disputar este nicho do mercado editorial, em que as "*suspeitas dos profissionais universitários contrastavam com uma demanda social que cresceria bruscamente nessas últimas décadas*", ou seja, que "*o tempo presente era artigo muito vendido nas livrarias, como se impunha nas emissões televisadas que alcançavam altos índices de audiência*"[22]. Neste período a expansão midiática, pontuada na fala de Jean-Pierre Azema, tem um crescimento acelerado nos países capitalistas centrais, especialmente através do rádio e da televisão, ainda que o interesse pelo imediato não possa ser resumido a impulsos como este, uma vez que "*Lissagaray escreve antes da imprensa informativa se desenvolver na França; Trótsky pouco recorre aos recursos radiofônicos* [...] *e a televisão desempenha um papel secundário na enquete dos dois repórteres-historiadores do 'Washington Post*'"[23].

É importante lembrar que, no Brasil se produz história *próxima*, como alguns preferem, desde Francisco Adolfo de Varnhagen, não sendo problemática sua prática até a

---

[19]SCHAFF, A. *História e verdade*. op. cit. p. 105.

[20]A escolha pelo conceito de história imediata se dá por essa atentar ao tempo histórico como processo social, sendo responsável pelos processos vividos, ainda não acabados. Esta leitura é contraposta com a história do tempo presente que designa seus objetos em relação a distancia temporal do pesquisador. Seriam objetos da história do tempo presente acontecimentos, fenômenos e processos que distam do historiador, até cerca de vinte ou trinta anos no tempo, enquanto a história próxima daria conta dos mesmos em um recorte de cerca de quarenta ou cinquenta anos de distância. Estas perspectivas são defendidas em CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. "Questões para a história do presente". *In*. CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 27.

[21]FALCON, F. "História e poder". *In*. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 70.

[22]AZEMA, J-P. "Tempo presente" (verbete). *In*. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas.* Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 741. Georges Duby reconhece que o retorno do político, do acontecimento, da biografia e da narrativa se deram pela expectativa do público. DUBY, G. "L´histoire continue". Paris: Odile Jacob, 1991. p. 150-152. *apud* FONTANA, J. *A história dos homens*. op. cit. p. 395.

[23]LACOUTURE, J. "A história imediata". *In*. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (orgs.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 227. Refere-se ao escândalo político conhecido como "*Watergate*", onde os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein do Washington Post conseguiram comprovar a ligação do presidente republicano Richard Nixon com o assalto à sede do Partido Democrata em Washington em 1972, durante a campanha que o reelegeu. Esta reportagem, que Lacouture utiliza como exemplo de história imediata praticada por jornalistas, abriu caminho para a renúncia de Nixon em 1974.

chegada da percepção francesa. Segundo Ciro Flamarion Cardoso:

> O interesse pela História Imediata ou do tempo presente não é assim tão novo! A professora Maria Yedda Linhares, por exemplo, ressalta com razão que tal interesse já norteava em boa medida a Cátedra de História Moderna e Contemporânea que ela dirigia, como catedrática, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atualmente, IFCS da UFRJ). Eu mesmo, como estudante de professores dessa cátedra, pesquisei em 1965, no final da graduação de História, ao escolher, na ocasião, especializar-me em História Contemporânea, orientado pelo professor Francisco Falcon, o tema − então candente e ainda em desenvolvimento − da descolonização no ex-Congo belga, com seus múltiplos conflitos e reviravoltas, ligados em boa parte aos interesses e intervenções do capitalismo internacional (e da ONU, a ele vinculada em boa parte) naquela região[24].

Na década de cinquenta, indicada por alguns historiadores como o da institucionalização dos Annales na IV seção da *École Pratique de Hautes Etudes* (Escola Prática de Ensino Superior), financiada em parte pela fundação Rockfeller, suas propostas reafirmaram as críticas, já correntes, à história factual. E definindo-se em oposição, apresentaram três proposições: "*na primeira apresentam uma definição da história como sendo 'o estudo cientificamente elaborado sobre as diversas atividades e criações dos homens de outros tempos'*", deixando claro o enfoque geral em tempos passados, e que Fontana entende como "*uma visão tópica que reserva a qualificação de 'científicos' para os métodos de pesquisa, negando-os aos resultados*". Por segundo fiam-se em produzir um tipo de história para além da tradicional, que para Fontana tem como consequência "*uma licença para misturar tudo alegremente, sem regras nem prioridades*". E em terceiro, defendem "*a necessidade de relacionar a história com as ciências sociais próximas e modernizar os métodos de trabalho*", que resultaria em "*uma retórica sugestiva*", mas possuindo "*características globais de antimétodo*"[25].

Fernand Braudel assumirá a revista após a morte de Febvre em 1956, tendo como programa um projeto de análise histórica de longa duração, próximo ao estruturalismo e com a manutenção da construção de uma "história total". Neste período a escola irá alçar espaços para além da França, se tornando referência mundial, como alternativa ao marxismo. Novamente segundo Fontana, "*annales é radical no estilo, mas acadêmica na forma e conservadora do ponto de vista político; toca as questões de história econômica e social sem risco de contágio marxista, contando como garantia, com uma equipe de ex-comunistas*

---

[24]HISTÓRIA AGORA. "Entrevista com o professor Ciro Flamarion Cardoso (19.03.07)". *História Agora*. nº. 1. Disponível em http://www.historiagora.com/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=30, acessado em 10.09.10.
[25]FONTANA, J. *A história dos homens*. op. cit. p. 273-274.

reconvertidos"[26]. E a "nova" história política – que, embora não se confunda com a imediata, possui perspectivas que a aproximam da mesma discussão historiográfica –, afirma um marco nesta década, a defesa da tese de doutorado de René Rémond em 1954 acerca da atuação política das direitas na França[27]. Este "renascimento" do imediato só será plenamente sedimentado em 1978 quando o *Centre National de la Recherche Scientifique* (Centro Nacional de Pesquisa Científica, CNRS) criou o *Institut d´Histoire du Temps Présent* (Instituto de História do Tempo Presente, IHTP). Este é parcialmente descendente da *Comité d'Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale* (Comitê de História da Segunda Guerra Mundial) de 1951 e cujas fundações remontam a 1944 com a *Commission sur l'Histoire de l'Occupation et de la Libération de la France* (Comitê sobre a História da Ocupação e da Libertação da França) no governo provisório de Charles De Gaulle[28]. O domínio de Braudel durou até o maio de 1968, que em sua eclosão trouxe à tona diversos grupos e movimentos intelectuais de contestação ao estabelecido, de revolta contra o sistema, e teve fortes repercussões no meio acadêmico. Seu espírito "*carregado de esperanças utópicas, sonhos libertários e surrealistas*"[29], levaram a diferentes práticas sociais:

> […] o movimento revolucionário como festa coletiva e como comunidades humanas livres e igualitárias, a afirmação partilhada da sua subjetividade (sobretudo entres os feministas); a descoberta de novos métodos de criação artística, desde os pôsteres subversivos e irreverentes, até as inscrições poéticas e irônicas nos muros. A reivindicação do direito à subjetividade estava, inseparavelmente, ligada ao impulso anticapitalista radical que atravessava, de um lado ao outro, o espírito de Maio de 68. Esta dimensão não deve ser subestimada: ela permitiu – a frágil aliança entre os estudantes, os diversos *grupúsculos* marxistas ou libertários e os sindicalistas que organizaram, apesar de suas direções burocráticas, – a maior greve geral da história da França[30].

E no ano seguinte Braudel e seu grupo foram substituídos por André Burguière, Jacques Le Goff, Marc Ferro, Emanuel Le Roy Ladurie e Jacques Revel[31], sem grandes explicações a não ser a necessidade de integrar novos pesquisadores. Fontana compreende esta mudança como um golpe de estado contra o antigo chefe, não por motivos políticos, mas

---

[26]FONTANA, J. *A história dos homens*. op. cit. p. 278.
[27]BURGUIÈRE, A. "Anais (escola dos)" (verbete). *In*. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. op. cit. p. 50.
[28]INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Historique*. Disponível em http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Frubrique1&lang=fr.html, acessado em 13.09.10.
[29]LÖWY, M. "O romantismo revolucionário de maio 68". *Espaço Acadêmico*. nº. 84. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowyp.htm, acessado em 10.08.10.
[30]Idem.
[31]LE GOFF, J. "A história nova". *In*. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (orgs.). *A história nova*. op. cit. p. 37.

metodológicos: "*Braudel queria manter o rigor do programa globalizante e isto o levara a criticar duramente os trabalhos de pesquisa de Le Roy Ladurie ou de Furet*"[32], que considerava apenas expressão de uma moda historiográfica. Burguière responderá esta acusação de modo difuso, afirmando a centralidade de se responder às demandas imediatas, mas propositadamente evitando esclarecer como se deram as disputas em torno do projeto de história dominante:

> Modismo? Certamente, se o tomarmos como um encaminhamento obrigatório da reflexão ditado pelos problemas e pela *lógica da época*. Os temas que se situam no centro do debate não excluem outras direções de pesquisa, mas representam o papel de instância de totalização. *O campo que definem se torna o que permite explicar a mudança em sua globalidade*. Seu avanço corresponde também à influência de uma disciplina provisoriamente dominante no seio das ciências sociais. É o caso da geografia nos anos 30, *da economia marxista ou quantitativa no ambiente de reconstrução do pós-guerra*, e finalmente da antropologia estrutural a partir dos anos 60[33].

Como visto, esta reação é trazida pelas críticas de 1968, que desnudaram as dificuldades teórico-metodológicas da antiga geração, que indiquemos, centrava-se na mudança de tempos históricos longos, e não nos processos sociais, o que obviamente resultava na recusa de análise do século XX, dos processos vividos (aqui obviamente excetuando as interpretações acerca da Segunda Guerra, escritas ainda no calor do momento por Marc Bloch[34], ou um pouco depois por Charles Morazé[35]). E do mesmo modo foi profundamente criticado o silêncio em relação àqueles que Michelle Perrot chamou de excluídos da história: mulheres, negros, presidiários, operários, etc. Este refluxo não surge somente da óbvia constatação destas lacunas, mas do fato de que havia outros modos de se fazer história, não dominantes na academia francesa, que davam conta destes processos recentes, e já tinham começado a indicar a necessidade de abarcar diferentes temas e objetos. Esta crise teórica (e em boa parte dos casos antiteórica) ficou conhecida como a "crise dos paradigmas das ciências sociais", que propunha uma contraposição à história social, que era atacada como representante de um paradigma economicista, determinista, holístico, estruturalista e erroneamente dito científico[36]. Cardoso pensa politicamente este momento:

---

[32]FONTANA, J. *A história dos homens*. op. cit. p. 279.
[33]BURGUIÈRE, A. "Anais (escola dos)" (verbete) *In*. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. op. cit. p. 52. Grifos nossos.
[34]BLOCH, M. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
[35]MORAZÉ, C. *A lógica da história*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
[36]BARROS, C. *Para um novo paradigma historiográfico*. Disponível em http://www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/hacia/tempo.htm, acessado em 10.09.10.

> Neste sentido, estou de acordo com a observação de Bentley no sentido de serem os anos da década de 1960 (em especial os movimentos sociais de diversos tipos ocorridos em vários países, incluindo o Brasil, em 1968), não um ponto de partida, mas, sim, um final. Foi a partir da década seguinte que tomou forma mais visivelmente, por um lado, uma resposta afirmativa, neoconservadora e neoliberal, por outro, uma resposta "chorosa", negativa – que é o pós-modernismo, não por acaso chamado por alguns de "orfandade de uma geração" […] – à constatação de que mudanças muito profundas estavam alterando as sociedades humanas. Parece-me evidente que muitos dos elementos de ambas as reações já existiam antes[37].

E a "volta" do político, da narrativa, da biografia estão vinculadas diretamente com a recusa das bases teóricas totalizantes. Como afirmado na introdução de *Por uma história política*, livro organizado por Rémond, talvez o nome mais referenciado entre os "novos historiadores políticos":

> Cada vez menos pesquisadores acham que as infra-estruturas governam superestruturas, e a maioria prefere discernir (como os autores deste livro) uma diversidade de setores – o cultural, o econômico, o social, o político – que se influenciam mútua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando ao mesmo tempo cada um sua vida autônoma e seus dinamismos próprios. E também sua especificidade: *a política é um lugar de gestão do social e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira*[38].

Os motivos tomados como problemas para a pesquisa histórica acerca do período imediato, apontados pelas gerações anteriores, e que esta supostamente resolve, soam absurdamente ingênuos se não forem pensados como justificativas para um movimento historiográfico maior, sendo resumidas em duas questões principais: a possibilidade material de produção, no que concerne às fontes e a relação de objetividade do historiador, "*quando se tratava de acontecimentos nos quais havíamos estado mais ou menos envolvidos, dos quais havíamos sido testemunhas, observadores, os quais haviam suscitado em nós reações, engajamentos, tomadas de posição*"[39].

Este movimento de retomada da história imediata dentro da academia francesa não passou impune ao estabelecido, sendo considerado subproduto de um movimento de reação contra a história, seus praticantes acusados de mero interesse editorial e de recusa ao caráter científico da história, filiando hereditariamente sua produção a outras disciplinas, como o jornalismo e a sociologia. Há aqui uma confusão proposital acerca das possibilidades

---

[37]CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 164-165.
[38]RÉMOND, R. "Introdução". *In.* RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 10. Grifos nossos.
[39]RÉMOND, R. *Por que a história política?* Disponível em http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1975, acessado em 10.09.10.

analíticas do historiador, que deixa de se relacionar criticamente com as outras possibilidades de leitura social, e que sem dúvida tem mais a ver com a história do conhecimento do que com a fácil correlação com outro ofício. Obviamente, há um motivo político para tanto: neste caso tem a ver tanto com as disputas dos historiadores franceses por cátedras e financiamento quanto à repercussão destas acusações em disciplinas próximas pela ameaça de "intrusão" da história. "*É certo que, na origem, o jornalismo foi o primeiro a chegar ao terreno do presente*"[40], sendo que o que se oculta é a disputa pelo discurso legítimo sobre a realidade social[41], que não se limita ao campo historiográfico, mas envolve projetos e questões relativas ao todo social. Como segunda filiação alheia à disciplina, teríamos a sociologia, assumindo a presunção que ela se limite ao imediato, com a ideia de uma "sociologia do presente" (discussão que ocorre dentro de determinado projeto de sociologia) trazida por Edgar Morin no mesmo período, em 1969[42]. Sobre as justificativas para a recusa do imediato, retornamos a Cardoso:

> Outra bobagem que se dizia décadas atrás era que ao historiador compete como objeto o estudo do "passado", sendo o presente a província das ciências sociais. Na verdade, o historiador, a meu ver, estuda as sociedades humanas (passadas ou presentes) no tempo e, por tal razão, traz aos estudos da História Imediata uma perspectiva bem-vinda por ser diferente da dos outros cientistas sociais: em especial, o historiador tem uma sensibilidade maior para o processo de transformação em sua fluidez; não sente tão fortemente a tentação de recortar o tempo em momentos imóveis comparados entre si (em função, por exemplo, de dados dos censos)[43].

Sobre a objetividade e questões que o historiador que trabalha com o imediato enfrenta, Le Goff faz reflexões consideráveis, apontando três grandes diferenças, que resultam em dificuldades, para este tipo de pesquisa histórica. A primeira é em relação aos documentos e fontes, que por um lado podem existir em superabundância, e por outro podem ser inacessíveis – embora o autor observe a possibilidade da história oral, a qualifica como "*uma das mais frágeis que existem*". A segunda seria a implicação pessoal, já que a proximidade com o objeto explicita o engajamento do historiador, o que segundo ele seria, em especial, problema "*para a redação da história dos períodos muito recentes nos manuais escolares e em seu ensino*". E por fim, a ignorância do futuro, cujo conhecimento *a priore* permite

[40]PAILLARD, B. "Imediata (história)" (verbete). *In*. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. op. cit. p. 409.
[41]LACOUTURE, J. "A história imediata". *In*. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (orgs.). *A história nova*. op. cit. p. 219.
[42]PAILLARD, B. "Imediata (história)" (verbete). *In*. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. op cit. p. 408.
[43]HISTÓRIA AGORA. "Entrevista com o professor Ciro Flamarion Cardoso (19.03.07)". *História Agora*. nº. 1. op. cit.

controlar melhor "*o peso do acaso, a liberdade controlada mas real dos homens, as escolhas, a diversidade limitada, mas existente das possibilidades*"[44]. Então, traça linhas gerais para a validação da história imediata:

> O que espero dos historiadores da difícil história imediata, inclusive dos jornalistas, que, se fizerem bem seu ofício, são verdadeiros historiadores da história imediata, são quatro atitudes: ler o presente, o acontecimento, com profundidade histórica suficiente e pertinente; manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes; não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar; tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo, e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam[45].

Suas proposições são cruciais para dotar a leitura do vivido de senso crítico, cientificamente validável, o que inclusive destoa da maior parte das opiniões presentes no mesmo livro. Mas, quando afirma que "*o presente me interessa antes de tudo como cidadão, como homem do presente, mas diante dos acontecimentos, dos fenômenos, dos problemas importantes, minha reação é a de um historiador*"[46], nota-se a posição conservadora do autor, que separa sua atuação como indivíduo entre duas personas, a do historiador para com o que passou e a de "cidadão" para o que ainda ocorre (para fins de provocação, se Le Goff consegue realizar com sucesso tal cisão, isto incorre em uma óbvia contradição na sua compreensão do ofício do historiador). Também observa-se a reprodução de alguns mitos, como visto no que refere-se ao ensino de história e a hierarquização dos documentos e fontes, embora validemos plenamente suas proposições acerca do rigor e da compreensão processual do presente. Sobre estas questões Cardoso alega que:

> As razões invocadas no passado contra a prática da História Imediata − em especial, que é preciso deixar passar algum tempo para que esfriem as paixões e se possa ser "imparcial"; ou que a documentação necessária em parte não esteja acessível para o passado imediato devido a "razões de Estado" − refletiam uma História que acreditava no mito da imparcialidade e dava importância exagerada ou, mais exatamente, unilateral à documentação e às temáticas *políticas* (estatais, militares, diplomáticas); de qualquer modo, limitada ou não por segredos estatais, a documentação sobre o passado imediato é infinitamente mais rica e variada do que aquela de que possamos dispor, por exemplo, para *qualquer* período ou assunto de História Antiga, Medieval ou Moderna! Além de ser muito mais fácil para qualquer um de nós entender o passado mais recente do que outro mais antigo, por estar muito

---

[44]LE GOFF, J. "A visão dos outros: um medievalista diante do presente". *In*. CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. op. cit. p. 100-101.
[45]Idem. p. 101-102.
[46]Ibidem. p. 93.

mais próximo do presente que vivemos em suas características específicas[47].

Assinalamos novamente que a confluência feita por diversos autores entre história imediata e a imprensa, tem que ser analisada criticamente, afinal, a história imediata não é modalidade analítica de um observatório da imprensa, embora possa se apresentar de tal modo, dado o papel político desempenhado pela mídia, talvez um de seus maiores papeis seja o de desnaturalizar o espaço que ela ocupa, "*o mito da não mediação dos meios de comunicação, o qual resulta na transformação instantânea do vivido em História*"[48]. Cabendo então ao historiador do imediato,

> […] conferir uma racionalidade histórica ao imprevisível, ao fabuloso: objetiva desnaturalizar o natural (ou seja, apontar que os eventos noticiados estão inseridos num processo histórico, estão vinculados às práticas sociais humanas e são, de certa forma, opções que possuem alternativas) […] O historiador possui ferramentas teóricas que lhe proporcionam o distanciamento crítico e a isenção, ao invés da enganadora fórmula constituída pelo distanciamento temporal e pela neutralidade. Neste sentido, o imediato, mesmo com suas peculiaridades deve ser analisado como qualquer outro período histórico[49].

Novamente, ao assumir posição, o sujeito que escreve história é levado a compreender o passado como campo de disputas, e sua atuação como partícipe da relação de forças políticas. Como Jean Chesneaux aponta suas conjecturas, hipóteses e conclusões podem "*ajudar a colocar problemas, a amadurecê-los. Mas suas informações, suas análises e suas dúvidas só puderam ser formuladas e resgatadas pelo autor porque já circulavam em estado latente*", ou seja, "*porque eram produzidas por uma prática social*"[50]. Nossa prática científica permite sermos objetivos, de maneira alguma idôneos: "*a história não faz nada, ela não possui nenhuma imensa riqueza, ela não trava nenhuma batalha. É sobretudo o homem, o homem realmente vivo, que comanda o presente*"[51].

Reiteremos que, ao enfatizarmos estas questões relativas a produção do conhecimento histórico, de modo algum, estamos igualando as conclusões de nosso objeto à categoria de verdade histórica ou seus discursos como conhecimento cientificamente validável. Pelo contrário, *nossa honestidade com o leitor desta dissertação é motivo pelo qual nos obrigamos a apontar os erros, distorções e deturpações que os intelectuais do MSM disseminam*

---

[47]HISTÓRIA AGORA. "Entrevista com o professor Ciro Flamarion Cardoso (19.03.07)". *História Agora*. nº. 1. op. cit.
[48]RODRIGUES, G. "História: uma ciência do presente". *In*. FERNANDEZ, E. P. F.; PADRÓS, E. S.; RIBEIRO, L. D. T.; GORKON, C. Van. *Contrapontos* – Ensaios de história imediata. Porto Alegre: Folha da história/Palmares, 1999. p. 16.
[49]Idem. p. 17-18.
[50]CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. op. cit. p. 17.
[51]Idem. p. 22.

conscientemente através de uma ideologia, e entendendo as funções que esta cumpre na contemporaneidade, entendemos que a verdade histórica de modo algum irá mudar os motivos e modos pelos quais eles mentem. Isto fica claro em uma fala de Olavo de Carvalho, onde apresenta propositadamente uma leitura rasa e distorcida do papel do historiador marxista, visando seu descrédito:

> Com honrosas e inevitáveis exceções, a historiografia disponível no mercado livreiro nacional é de orientação predominantemente marxista ou filomarxista. Por isso nossa visão da História é estereotipada e falsa ao ponto de confundir-se com a ficção e a propaganda. A História que os brasileiros aprendem nas escolas e nos livros é uma História para cabos eleitorais. É que ninguém pode ser marxista também sem ler tudo com suspicácia paranóica em busca de motivações políticas ocultas, e abster-se, por princípio, de fazer o mesmo com aquilo que se escreve. Com a maior naturalidade um marxista escarafunchará o "discurso do poder" nas entrelinhas dos autores mais apolíticos e devotados à pura ciência, ao mesmo tempo que se recusará a examinar a presença do mesmo elemento em tipos que, como ele, estão ostensivamente empenhados na luta pelo poder. Para o marxista, a História, por definição, não é ciência descritiva ou explicativa, mas arma de luta por um objetivo bem determinado. "Não se trata de interpretar o mundo, mas de transformá-lo." O passado não tem pois aí nenhum direito próprio à existência, senão como pretexto para o futuro que se tem em vista. Daí que deformá-lo seja, para o historiador marxista, um direito e até um dever[52].

Desta forma assumimos tal compromisso, relembrando a epígrafe com que Marx concluiu a primeira introdução d´*O Capital*, já imaginando a crítica ideológica que se seguiria ao lançamento de sua obra: "*seguimos nosso curso, e deixe que a gentalha fale!*"[53].

Esta dissertação é dividida em duas partes, a primeira contendo os três primeiros capítulos, relativos às determinações maiores que permitiram a existência de nosso objeto, buscando situar nosso leitor com o "suporte" instrumentalizado pelo MSM para a luta política, a internet, relacionando-a com os desenvolvimentos do capitalismo no século XX. Esta investigação explica-se pela perspectiva totalizante que buscamos defender como via de interpretação efetiva da realidade, presente ou passada, buscando alinhar nosso objeto não só a seus pares no tempo, buscando uma leitura alinhada (não necessariamente linear) das continuidades de acontecimentos e processos sociais "semelhantes" (seja considerando-os através de "fatos sociais" ou de "tipos ideais")[54], mas das relações de forças em luta em sua

---

[52]CARVALHO, O. "História marxista é charlatanismo". *O Globo*. 27.05.02. Disponível em http://www.olavodecarvalho.org/semana/05272002globo.htm, acessado em 10.10.10.

[53]A citação é de Dante. *A divina comédia*. "O purgatório". Canto V. De modo algum estamos comparando esta dissertação com a obra maior de Marx, mas fazemos coro com sua voz, quando escreveu que "*todo julgamento da crítica científica será bem-vindo. Quanto aos preconceitos da assim chamada opinião pública, à qual nunca fiz concessões, tomo por divisa o lema do grande florentino: Segui il tuo corso, e lascia dir le gentil!*". MARX, K. *O Capital*. Volume 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 14.

[54]FONTANA, J. *A história dos homens*. op. cit. p. 246.

efetividade histórica[55]. Somente buscando esta leitura totalizante (mesmo que somente indicada em suas possibilidades) podemos atribuir consequentemente sentido e significado histórico ao nosso objeto. Quando iniciada esta pesquisa, em levantamento bibliográfico sobre internet, nos deparamos com três principais autores referenciados: Manuel Castells, Pierre Levy, e Adam Schaff. A maioria das pesquisas no Brasil escolhe um ou outro destes autores como base para as suas investigações de objetos isolados na rede, o que não tira o mérito destas, mas acaba por reproduzir os modos pelos quais estas pesquisas construíram suas problemáticas. Aqui não nos cabe ampliarmos uma crítica bibliográfica extensiva, sendo que apenas apontaremos as principais questões que nos levaram a rever historicamente a criação e expansão da internet.

No trabalho do sociólogo Castells observa-se uma leitura histórica evolutiva determinista, já que trata em seu *tour de force*, os três volumes de *Sociedade em rede*[56], de afirmar e justificar uma suposta ruptura epistemológica que haveria ocorrido no capitalismo contemporâneo, onde agora a mais valia não seria mais constituída através do trabalho manual, mas do intelectual, especificamente através da informação (seu "capitalismo informacional"). Sua obra busca investigar toda a evolução social do século XX, onde a tecnologia, especialmente as tecnologias da comunicação, tomariam para si o papel de motores do desenvolvimento social da humanidade, neste caso a internet sendo a síntese deste novo momento histórico. Estes livros, assim como *A galáxia internet*[57], contém uma excelente fonte de dados factuais. Pierre Levy traz uma série de questões sobre o relacionamento inter-humano mediado através de máquinas[58]. Ele baseia suas indagações nas especificidades que a rede apresenta como possibilidades de convívio virtual, que acredita ser o cerne para a libertação do homem, trabalhando com um alto grau de dissociação com os outros campos da realidade social (o que já o levou a ser taxado como sendo de extrema ingenuidade, ou como prefere Francisco Rüdiger, dotado da "síndrome de Cândido"[59], em referência ao conto de Voltaire). Por enfatizar suas especificidades midiáticas seu trabalho acaba por ser dotado de um tom fortemente descritivo, suporte de seus desenvolvimentos metodológicos e interativos,

[55]GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 36-37.
[56]CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000. CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. O poder da identidade. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Fim de milênio. Volume 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
[57]CASTELLS, M. *A galáxia da internet*: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Río de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
[58]LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999. LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996. LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
[59]RÜDIGER, F. *As teorias da cibercultura*: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 160.

marcados principalmente pela análise de rizomas criada por Gilles Deleuze e Félix Guattari[60]. Adam Schaff, o menos citado dentre estes, em *A Sociedade informática*[61] de 1985 faz um interessante exercício ideológico de futurologia encomendado pelo "Clube de Roma" (*think tank* capitalista internacional fundado em 1968, segundo eles, especializado em questões estruturais sobre a sustentabilidade do planeta[62]) onde busca analisar como se dariam as relações entre os blocos comunista e capitalista através do desenvolvimento de uma nova revolução industrial. Assim como Castells a possibilidade "cibernética" apresenta-se como a síntese maior deste processo, uma nova fase histórica onde a tecnologia da informação possibilitaria, além do fim do trabalho, aos homens a verdade sobre o mundo que os cerca, sobretudo politicamente. A possibilidade de uma vivência suplementar virtual seria crucial para a escolha racional das massas em viver sob um regime "democrático" ou "totalitário". É um livro impregnado de impressões ideológicas daquele período, e que de um modo geral abarca boa parte dos clichês disseminados pelos defensores das novas expropriações e da superexploração exigidas pela reprodução ampliada do capital-imperialismo. Seu ponto positivo é a indicação da necessidade de recorrer-se aos *Grundrisse* de Marx para buscar instrumentos de análise para os impactos da tecnologia sob a classe trabalhadora. Como pontuado, não nos sentimos confortáveis em apropriar-nos destes resultados específicos como pressupostos para a análise sobre o campo, pelo contrário, pela falta e necessidade de uma perspectiva crítica iniciamos aqui um trabalho maior que nosso objeto (e exatamente por isto não nos propondo de modo algum resolvê-lo), primeiro situando socialmente a tecnologia da informação e seu desenvolvimento, buscando o compreender dentro das determinações do capitalismo em suas evoluções durante o século XX.

No capítulo inicial da primeira parte de nossa dissertação, *Desenvolvimentos recentes do capitalismo*, pretendemos desvelar pontual e inicialmente os processos ocorridos no e pelo capitalismo do século passado. Esta exposição ao leitor é crucial, pois será através dos massivos investimentos estatais dos países capitalistas avançados no período do Pós-Guerra, na pesquisa e implementação de tecnologias militares e estratégicas, que será criada a rede mundial de computadores. A internet nasce das entranhas do complexo industrial-militar-acadêmico e servirá para garantir tanto a superioridade militar e estratégica estadunidense

---

[60]Sobre os rizomas ver DELEUZE, G. GUATTARI, F. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrênia. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

[61]SCHAFF, A. *A sociedade informática*: as conseqüências sociais na segunda revolução industrial. São Paulo: UNESP; Brasiliense, 1995. Este livro é uma versão estendida e revista do texto de 1982 *Microeletrônica e sociedade*, que fora lançado em 1985 pelo Clube de Roma.

[62]Maiores informações ver CAPÍTULO BRASILEIRO DO CLUBE DE ROMA. *Quem somos*. http://www.clubofrome.at/brasil/organisation/index.html, acessado em 29.12.11.

quanto sua hegemonia econômica, sendo que a utilização da tecnologia da informação foi plena, como suporte e justificativa para a expansão das relações sociais capitalistas.

Estas questões serão abordadas no capítulo *A rede mundial de computadores*, que irá explorar a internet em uma perspectiva global, focando três aspectos: seu desenvolvimento, sua arquitetura de poder e sua normatização e governança, marcada pelo controle direto dos EUA sobre esta mídia. Em nosso terceiro capítulo, *A internet no Brasil*, encerramos nossa discussão sobre a rede, focando no caso nacional a utilização política da tecnologia para fazer avançar o processo de implementação do ultraliberalismo, a governança antipopular e antidemocrática da rede através de um comitê formado pelos exploradores e desenvolvedores do campo dentro do aparelho de Estado brasileiro e apontar sua expansão pelo território e utilização pela população.

Na segunda parte de nossa dissertação iremos tratar especificamente do MSM buscando o compreender em sua organização e atuação partidária. Iniciaremos explorando as funções organizativas que os intelectuais cumprem na sociedade de classes, especialmente em relação as lutas partidárias em nosso quarto capítulo, *Intelectuais e o MSM*. Neste também abordaremos a trajetória pública seu maior articulador, Olavo de Carvalho, buscando as conexões sociais que tornaram possível sua ascensão como intelectual e a formação do MSM.

Em nosso quinto capítulo, *O MSM como partido*, apresentaremos nossos preceitos teóricos e metodológicos que nos permitem investigar o MSM em sua atuação partidária. Neste capítulo ainda abordaremos sua criação, organização, peculiaridade discursiva, formas de atuação para propaganda, cooptação e normatização de seus leitores-militantes através da internet, assim como assinalaremos os grupos sociais para quem dirigem suas proposições políticas e ideológicas.

Em nosso sexto capítulo, *O MSM e o fascismo*, iremos situar teórica e historicamente os movimentos fascistas nos séculos XX e XXI, apresentando suas transformações e continuidades, em torno da origem social, da organização e da ideologia, seja enquanto movimentos ou regimes. Assim buscamos consequentemente assinalar a centralidade do conceito de fascismo para a compreensão destes partidos e organizações na contemporaneidade.

No sétimo capítulo, *O MSM e sua rede extrapartidária*, iremos analisar como constituiu-se esta, as entidades e demais aparelhos privados de hegemonia que aglutinam-se em torno do MSM, formando e ampliando seu alcance político, sua efetividade real.

Em nosso oitavo e último capítulo, *O MSM em seus marcos ideológicos*, buscaremos verificar como foram constituídas as premissas ideológicas que norteiam a atuação do MSM,

em um primeiro momento entendendo a especificidade de seu anticomunismo, e como este serve de base fundamental para a constituição das suas demais percepções ideológicas.

PARTE 1

1. DESENVOLVIMENTOS RECENTES DO CAPITALISMO:

"*Por que China?*
Por causa das multinacionais, todas as cidades do mundo têm a mesma cara.
Toda a gente vestida de blue-jeans. Andando de Volks ou Ford.
Fumando Marlboro. Morando em edifícios padrão New York.
Tomando em drugstores a sua Pepsi, o seu hot-dog, ouvindo o Elton John.
O mundo virou um entediante lugar-comum".

Henfil. "Por que China?" *In*. HENFIL. *Henfil na China*: antes da Coca-Cola. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 8.

O capitalismo no começo do século passado adquiriu novos contornos históricos. Sua reprodução ampliada chegou a níveis que superavam qualquer perspectiva delineada por Marx cinquenta anos antes. Será no meio da Primeira Guerra Mundial, em 1916, que Lênin, analisando as mudanças históricas do capitalismo, e o recrudescimento de suas características anteriores, já delineando uma nova configuração, irá escrever *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. O imperialismo então, não surge senão, como o desenvolvimento das características do capitalismo, que, ao atingir um grau elevado de expropriações sociais e de concentração de capitais, "*ganharam corpo e se manifestaram, em toda linha, os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada*"[63]. Nova configuração que não ocorreu sem enormes custos sociais, como o acirramento das contradições capital e trabalho nos países capitalistas avançados, em uma guerra aberta e devastadora, que dizimou enormes quantidades de seres humanos e repartiu o mundo entre os países, com a conquista de colônias e "semicolônias". Mudança marcada, no ponto de vista econômico, pela

> [...] substituição da livre concorrência capitalistas pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral. O monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência. A livre concorrência começou a transformar-se, diante dos nossos olhos, em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo, a seguir, a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que, de seu seio, surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando, assim, contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos[64].

Virgínia Fontes assinala algumas características sublinhadas por Lênin para situar este

---

[63]LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Nova Palavra, 2007. p. 103.
[64]Idem.

novo momento. Primeiro, como já citado, o fim do capitalismo de livre concorrência para a organização de "*enormes empresas 'combinadas', que centralizavam e controlavam diversos ramos técnicos da produção, impulsionavam a ciência e intensificavam a socialização do processo produtivo*". Em segundo, a fusão entre capitais industriais e bancários, dando "*origem ao capital financeiro e uma oligarquia financeira, sob predomínio do capital bancário, estreitamente ligados aos Estados*".

Esta interpenetração do capital bancário e industrial alterou o teor dos bancos, agora como administradores do processo, criando os "capitalistas coletivos", cujo domínio sob a oferta de crédito os permitiam "*expandir ou estrangular determinados setores da produção*". Terceiro, esta concentração monopolista "*agudizava a separação entre a propriedade do capital e suas formas de gerência*"[65], já que "*o capital financeiro, concentrado em pouquíssimas mãos e gozando do monopólio de fato, obtém um lucro enorme, que aumenta sem parar com a constituição de sociedades, a emissão de valores, os empréstimos do Estado etc.*". Assim "*consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas*"[66]. Em quarto lugar, "*o predomínio da exportação de capitais sobre a exportação de bens*", o que marcava profundamente a desigualdade entre países. Em quinto lugar, a "*tendência a uma unificação nacional (com fortes tinturas nacionalistas) dos países dominantes, facilitada pelos sobrelucros advindos da expansão colonial e visando a assegurá-la*", sendo que esta unificação se daria pela formação de uma aristocracia operária, a "*corrupção dos estratos superiores operários*", enfatizando sempre a traição dos dirigentes da Segunda Internacional em 1914, quando ficam ao lado das suas burguesias nacionais pela guerra. E por fim "*insistia nas contradições do processo de monopolização: utilização crescente de relações pessoais (associação entre industriais, banqueiros e Estados) em lugar da concorrência entre países; expansão de trabalhadores técnicos e da produção científica*", ao mesmo tempo não permitindo "*certos avanços tecnológicos que poderiam melhorar as condições reais de existência; excedentes de capitais não se destinavam a melhoria real (como o desenvolvimento da então atrasadíssima agricultura), mas ao enriquecimento de um punhado de oligarcas e de países*"[67]. Segundo Lênin:

> As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de

---

[65]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 106.
[66]LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. op. cit. p. 62.
[67]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 107.

> relações vínculos, e que subordinou ao seu poder não só a massa dos capitalistas, dos pequenos e médios empresários, e mesmo do menor dos patrões, por um lado, e, por outro lado, o aguçamento da partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países contra outros grupos nacionais de financistas, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo. O sinal de nosso tempo é o entusiasmo "geral" pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios. A ideologia imperialista penetra até no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China[68].

E como já dito, indica que a disputa entre os países imperialistas pela partilha do mundo não encerrava-se neste momento, pelo contrário, tornava-se parte de uma tensão crescente, cuja relação de forças será ditada pelas consequências subsequentes ao fim da primeira guerra, notadamente a vitória da Revolução Russa e o Tratado de Versalhes. As contradições internas dos países europeus agudizaram-se a ponto de surgirem revoltas nacionais tanto em países como a Alemanha, onde em 1919 a revolução espartaquista é violentamente reprimida e em 1923 é derrotada a intentona nazista. Na Itália, onde os conselhos de fábrica alastraram-se entre 1919 e 1920, vindo a serem esmagados pela reação nos dois anos sequentes, com mais de trinta e um mil operários de Turim perdendo seus empregos, e em seguida, a classe operária sofreria sua derrota maior com a ascensão e consolidação do fascismo. Osvaldo Coggiola nos oferece um quadro geral do conflito que era preparado:

> A Segunda Guerra Mundial foi simultaneamente um conflito interimperialista (contradições nacionais) e contra-revolucionário (contradições sociais ou de classe) em que a destruição da URSS visava interromper de vez o processo revolucionário iniciado em 1917, já seriamente abalado pelo isolamento da revolução soviética (e sua principal conseqüência, a emergência do stalinismo) e pela vitória do nazismo na Alemanha, com a conseqüente derrota histórica do mais importante proletariado ocidental […] O outro aspecto está no fato de que a economia armamentista, posta em pé na década prévia à Guerra (em primeiro lugar nas potências totalitárias), foi a única via de saída para a crise em que a economia capitalista mundial tinha entrado em 1929 [...] O fato da Segunda Guerra ter sido a única solução possível para a crise econômica marca uma diferença importante em relação à Primeira Guerra, na qual a questão principal era a redistribuição do mundo entre as potências imperialistas, e não a anexação de um motor artificial (a economia armamentista e, posteriormente, a economia de guerra) à máquina capitalista enguiçada, que se transformará, doravante, numa peça essencial para o funcionamento da economia capitalista mundial[69].

E dentre todos os países envolvidos diretamente na Segunda Guerra Mundial, serão os

[68] LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. op. cit. p. 129.
[69] COGGIOLA, O. "O sentido histórico da Segunda Guerra Mundial". *Olho da história*. nº. 1. Disponível em http://www.oolhodahistoria.ufba.br/01sentid.html, acessado em 01.06.11.

EUA, que despontarão como a única potência dominante mundial, visto que a União Soviética, único país capaz de fazer frente a esta condição, sofreu penosamente durante a guerra, tendo perdido o maior número de habitantes (entre civis e militares cerca de vinte milhões de seres humanos) e em relação à infraestrutura urbana e industrial. "*A demora em lançar uma segunda frente na Europa deixou Stalin enfurecido e pode ter sido ela mesma calculada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra como forma de fazer que a União Soviética suportasse o grosso das batalhas*"[70], o que é bem provável, visto que os EUA iniciaram os planejamentos para a nova arquitetura econômica do período seguinte antes mesmo do término do conflito[71]. No Pós-Guerra, será consolidado um padrão imperialista distinto, caracterizado por novos requisitos para a expansão capitalista, que, deste período até os anos 1980, será "*marcado por uma situação histórica única, na qual a divisão do mundo entre países pós-revolucionários e países capitalistas impôs modificações substantivas no ritmo, na extensão e na forma da expansão do imperialismo*"[72], constituindo o ciclo de implementação do capital-imperialismo. Segundo Fontes:

> Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais. À extensão do espaço de movimentação do capital corresponde uma tentativa de bloquear essa historicidade expandida, pelo encapsulamento nacional das massas trabalhadoras, lança praticamente toda a humanidade na socialização do processo produtivo e/ou de circulação de mercadorias, somando às desigualdades precedentes novas modalidades. Mantém o formato representativo-eleitoral, mas reduz a democracia a um modelo censitário-autocrático, similar a assembleias de acionistas, compondo um padrão bifurcado de atuação política, altamente internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho[73].

---

[70]HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 48-49.
[71]PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro* (1944-2008). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2009. p. 52.
[72]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 149.
[73]Idem.

Ou seja, são pelas condições de reprodução e ampliação do capitalismo no Pós-Guerra que serão constituídas as bases para o que irá se afirmar como o capital-imperialismo, ou o imperialismo monetário. Este período, exatamente pela nova escala que o capitalismo abrange, aprofundou e deu novas feições ao imperialismo. "*A perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento*", conjugado com "*a violência clássica do imperialismo, com repetidas e devastadoras agressões militares e imposição de ditaduras contra inúmeras revoltas populares em diferentes países*"[74]. Fontes entenderá este novo momento histórico através de três mudanças qualitativas, mesmo que dentro da mesma dinâmica social de expansão do capital: "*o predomínio do capital monetário, expressando a dominação da pura propriedade capitalista e seu impulso avassaladoramente expropriador*", que "*aprofundam um traço intrínseco, permanente e devastador do capital, desde seus primórdios: sua necessidade imperativa de reprodução ampliada, sua expansão em todas as dimensões da vida social*", resultando "*em modificações profundas do conjunto da vida social, que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade*"[75]. A autora assinala que estes desdobramentos já são prenunciados na obra de Lênin, mas em condições distintas:

> A "união íntima" entre industriais e banqueiros, sob a égide dos segundos, ainda seguia muito marcada pela presença direta dos grandes proprietários, em especial dos grandes banqueiros. A separação entre a propriedade e a gestão devia-se à incapacidade da gestão direta pelos proprietários de gigantescas empresas monopolistas e prenunciava a chamada era dos managers (ou gerentes), na qual a empresa, doravante um conglomerado envolvendo múltiplas atividades e incluindo os bancos, predominava sobre a figura singular do proprietário, embora a ele estreitamente associado. Também a expansão colonial direta se modificaria ao final da Segunda Guerra Mundial[76].

Este movimento de ampliação descomunal é caracterizado pela conversão de países retardatários ao capital-imperialismo, o que não ocorre sem o acirramento das contradições sociais nestas formações sociais, ao mesmo tempo alterando o teor das relações com os países avançados, graças ao aumento vertiginoso de expropriações. É neste momento em que consolida e expande-se a exploração imperialista nos primeiros. Essa situação, garantida pela hegemonia geopolítica dos Estados Unidos (o que de modo algum presume que o

[74]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 14.
[75]Idem. p. 146-147.
[76]Ibidem. p. 113-114.

imperialismo seja emanado de um único país em relação aos demais), exigiu entre os países capitalistas avançados constituir "alianças" políticas e econômicas de alcance internacional, através das novas instituições transnacionais formadoras de consenso, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), etc. nas quais prevalece o modelo representativo-eleitoral de fundo acionista-autocrático. Estas instituições supranacionais criadas nesta ocasião serão responsáveis pela mediação e formação de consenso entre os países imperialistas e para a ampliação das formas de reprodução do capitalismo. Por fim, como já assinalado, durante todo período, a convivência entre países imperialistas e pós-revolucionários foi constituinte de tensões internas entre países capitalistas avançados, onde a possibilidade de levantes revolucionários era considerável: como França, Itália ou na Alemanha Ocidental (a extinta República Federal da Alemanha). Deste modo, "*a preservação da expansão capitalista passava a exigir alguma acomodação entre capitais no plano internacional e uma certa pacificação com relação às populações dos países centrais*", enquanto nos países retardatários, "*a contrarrevolução preventiva* [...] *se torna condição da acumulação burguesa dependente, num primeiro momento, e da ordem burguesa como um todo, no predomínio do capital-imperialismo*"[77].

Somente deste modo podemos compreender a elevação do Estado de Bem-estar, ou a "configuração keynesiana" do Estado capitalista como "padrão" para a reprodução capitalista do período nos países avançados no Pós-Guerra, assim como o *status* de cidadania concedida à classe trabalhadora destes, pela expansão de seus direitos sociais – já assinalando que o chamado Estado de Bem-estar nunca generalizou-se, como pretendem alguns analistas, permanecendo restrito a uns nove países[78]. Para delinearmos sua formatação cabe pontuar o tipo de intervenção estatal preconizada por John Maynard Keynes – as que como já indicado chegou a tornar-se "sinônimo" desta configuração do Estado capitalista – rejeitava a "mão invisível do livre mercado" pregada pelos clássicos e neoclássicos, mas de modo algum o sistema em si, sendo que a intervenção estatal na economia era crucial para a sustentação do sistema democrático liberal. O Estado, em sua concepção só deveria intervir na produção "*se e quando houvesse insuficiência de demanda efetiva e crise de desemprego*"[79], não comprometendo-se com a produção de bens ou serviços. Prevendo a necessidade das crises para a expansão do capitalismo, sempre que o setor privado não fosse capaz de absorver a produção excedente, esta se tornaria responsabilidade do Estado. Esta prática econômica já

---

[77]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 152.
[78]LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 285.
[79]CONTADOR, C. R. "Introdução". *In.* KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Global, 1982. p. 14-15.

era aplicada pelos Estados Unidos, como combate à grande depressão econômica de 1929-1933, somente superada após sua entrada na guerra[80].

Assim sendo, para Keynes caberia ao Estado garantir que as condições econômicas encontrassem certo equilíbrio, proporcionando o "pleno emprego": pleno, no sentido de necessário para a absorção do excedente; para tanto utilizando empréstimos e financiamentos como meios de aumentar a demanda efetiva, pois o nível de emprego só seria garantido com o consumo[81]. Suas políticas reguladoras anticíclicas foram aplicadas em uma conjuntura específica:

> O período do pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Rur-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóquio-Iocoama. As forças de trabalho privilegiadas dessas regiões formavam uma coluna de uma demanda efetiva em rápida expansão. A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e de comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado. Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos[82].

Sérgio Lessa, analisando a constituição do Estado de Bem-estar, aponta elementos confluentes que foram determinantes para seu desenvolvimento. Primeiro, a derrota do movimento operário na Europa pela reação capitalista nos anos subsequentes ao fim da Guerra[83]. Outro ponto foi o processo de superprodução estadunidense. Os EUA tiveram sua produção duplicada a cada dois anos durante a Segunda Guerra Mundial, que criava uma situação econômica altamente instável para todo mundo capitalista. Aquele país era responsável por metade do PIB industrial, e mesmo tendo uma população equivalente a seis por cento da população mundial era o consumidor de 30% de toda a energia do planeta. Esta situação após o término da Guerra só poderia ser remediada com a ampliação drástica do

---

[80]MELLO, N. B. *Subdesenvolvimento, imperialismo, educação, ciência e tecnologia no Brasil*: a subordinação reiterada. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2004. p. 46.
[81]KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. op. cit. p. 110-111.
[82]HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 125.
[83]Para mais detalhes ver CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Global, 1986.

consumo interno e externo aos seus bens de produção, já que não havia mais a escala de consumo destrutivo gerado pelo conflito. Do mesmo modo havia de ser combatida a contenção drástica do consumo ocorrida durante o esforço de guerra e integrar produtivamente os combatentes que voltavam para a vida civil como uma massa de trabalhadores desempregados[84].

Para garantir o consumo externo, foi implementado o *Plano Marshall*, que investiu cerca de treze bilhões de dólares na Europa, onde setenta por cento dos produtos consumidos eram de procedência estadunidense. Do mesmo modo, o Japão recebeu investimentos pesados para sua reconstrução no Pós-Guerra. Mas como Lessa sublinha, mesmo com "*esta canalização de gigantescos recursos, os resultados serão ainda muito tímidos para afastar a ameaça de superprodução que se intensifica na medida em que a Europa e Japão se reconstroem e passam a disputar com os EUA o mercado mundial*". O que intensificou a necessidade de um mercado interno de massa, o *American Way of Life*. Este foi marcado pela produção em larga escala, o que passou a reduzir drasticamente o preço final do produto, que por sua vez, seria responsável por elevar o consumo, assim alavancando a produção – ele é fundamentalmente ligado à expansão e intensificação do fordismo taylorismo dentro das fábricas e escritórios.

Para tanto foram requeridas diversas medidas articuladas, como a expansão e um novo modelo de propaganda, visando tornar necessário o supérfluo, em que pese à expansão do rádio e da televisão neste período, inaugurando uma era em que a obsolescência programada, a constante superação "por um modelo mais novo", constituindo uma aceleração do ciclo de consumo em uma escala progressiva. Este aumento do consumo somente se tornaria efetivo com o aumento do poder aquisitivo e do tempo fora do trabalho da classe trabalhadora, traduzida no aumento de salários, na diminuição da jornada de trabalho, na ampliação das férias, as políticas públicas de assistência social, de proteção ao trabalho, etc., que propiciaram a transferência direta de renda para uma população que encontrava-se excluída do consumo, dentre uma série de medidas que os apologistas do Estado de Bem-estar deixam de articular com a crise de superprodução.

O novo *status* oferecido para a classe trabalhadora só pode ser estabelecido mediante o encapsulamento das suas lutas, o que se deu pela instituição de centrais sindicais "domesticadas", que mediando à contradição entre capital e trabalho, aceitaram o papel de "*disciplinar a força de trabalho através de acordos coletivos de trabalho e, por outro lado,*

---

[84]LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. op. cit. p. 279-280.

possibilitar a sintonia no aumento dos salários e na regulamentação dos processos de trabalho entre diferentes plantas de um mesmo ramo industrial"[85]. Obviamente, articulada à estas ações ocorreu a expulsão em massa de comunistas e socialistas dos sindicatos, aliada a uma histeria anticomunista, onde Lessa assinala ainda, a volta da tortura como instância efetiva dos aparelhos policial e judiciário, que vinha sendo abandonada nos países capitalistas centrais desde o século anterior. A mesma máquina de propaganda foi utilizada para institucionalizar o anticomunismo, expressão do combate interno a qualquer grupo e indivíduos que não consentissem, ativa ou passivamente com o sistema.

Outro ponto fundante para o autor é a expansão massiva, a partir da década de cinquenta, das transnacionais em direção aos países do Terceiro Mundo, buscando diminuir seus custos de produção pelo uso da mão de obra e das matérias-primas destes países. Ele interpreta esse movimento inicial como "válvula de escape" da discrepância entre produção e consumo, tornada mais grave pela saturação do mercado para determinados produtos, como o de automóveis. Nestes países periféricos que, como já assinalado, tornaram a contrarrevolução preventiva o modo normal de manutenção e ampliação da reprodução das relações sociais capitalistas, o Estado de exceção foi a forma normal da dominação burguesa durante maior parte do restante do século[86]. Como conclui o autor sobre a suposta "era dourada" que haveria existido sob o Estado de Bem-estar:

> Não há, portanto, nenhum indício que o Estado de Bem-Estar tenha promovido uma democratização das relações entre o Estado e a sociedade civil no sentido de aumentar a influência dos indivíduos no desenvolvimento de suas sociedades. Pelo contrário. O Estado de Bem-Estar se desenvolveu na sequência da derrota do movimento operário pós II Guerra Mundial e em um período de domesticação e adestramento das estruturas sindicais aos ditames do capital. Este adestramento será um dos elementos importantes para que, décadas depois, a transição ao neoliberalismo não provocasse uma reação sindical mais importante. Os "gastos sociais", dos quais alguns teóricos têm tantas saudades, foram, na verdade, a forma mais apropriada, naquelas circunstâncias históricas – e em pouco mais ou menos de nove países em todo o mundo –, do Estado exercer a sua função como comitê gestor dos interesses do capital. Quando as necessidades da reprodução do capital se alteraram, alterou-se no mesmo sentido a atuação do Estado. Transitou-se, sem solução de continuidade, do Estado de Bem-Estar ao Estado neoliberal: seu conteúdo de classe permaneceu o mesmo, não se alterou em nada a sua função social. O que mudou foram as necessidades para a reprodução do capital[87].

O fenômeno total da expansão das transnacionais, ampliação articulada ao cosmopolitismo burguês (contraponto do internacionalismo proletário), não limitou-se ao

[85]LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. op. cit. p. 282.
[86]Idem. p. 281-284.
[87]Ibidem. p. 285.

terreno da economia, mas alterou drasticamente todos os campos sociais, o que é visível através do aprofundamento da divisão internacional do trabalho, na relação campo e cidade, no mapa geopolítico do imperialismo, nas mudanças culturais, etc.[88]. A escala de concentração e centralização de capitais intensificaram-se na mesma proporção da escala de alcance destas sociedades anônimas gigantescas:

> [...] a abrangência das atividades de tais capitais se ramificava, espalhando-se mundialmente; as dimensões da concentração e da centralização (sempre com base no pequeno grupo de países imperialistas que detinham as ações decisivas nas empresas e nas instâncias políticas internacionais) atingiram patamares inusitados. A propriedade de tais conglomerados extrapolava a união íntima entre capitalistas e banqueiros, tornava-se cada vez mais fusional e abstrata, incorporando doravante não apenas bancos e indústrias, mas qualquer forma de capital, como os grandes circuitos de distribuição. Trata-se da formação internacional de massas crescentes de capital portador de juros, ou de capital que, resultando da exploração de mais-valor, a ela precisa retornar, porém sob modalidades que em muito excedem suas bases de exploração prévia, dada a massa impressionante de valor a valorizar. Impulsionava-se uma necessidade sem precedentes de abertura de fronteiras para o capital, de modo a expandir suas condições de reprodução ampliada. Entenda-se aqui, por fronteiras, não apenas as pressões políticas para a abertura de mercados, mas a pressão exercida em diversas direções para apropriar-se de espaços geográficos e formas de existência sociais até então escassamente submetidas à dinâmica da reprodução capitalista. O movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a *capturar todos os recursos disponíveis* para convertê-los em capital; precisa promover a *disponibilização de massas crescentes da população mundial*, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, *transformar todas as atividades humanas em trabalho*, isto é, em formas de produção/extração de valor[89].

O processo de expansão destas empresas pelo globo é crucial para se compreender as consequências sociais e ecológicas acarretadas pelo capital-imperialismo. Como constata Fontes, esta multinacionalização instaurou "*processos industrializantes em outros países, em alguns casos levados a efeito com a participação ativa de burguesias locais – e de seus governos*", o que ocorreu "*sob estreita dependência dos países centrais, subalternizando-se (voluntariamente) tais burguesias (e seus governos) a decisões forâneas, resultaram em profundas transformações (a 'modernização') e integraram-nos à socialização internacional dos processos de trabalho*", e impondo de forma violenta "*uma divisão internacional do trabalho lastreada em autocracias burguesas calcadas em peso militar e no controle estrito da ciência e da tecnologia de ponta pelos países dominantes, ao lado da exportação de indústrias*", as quais eram "*prioritariamente deslocadas as mais poluentes e/ ou em processo*

[88]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 164-165.
[89]Idem. p. 165.

de obsolescência"[90]. Sendo então, que

> o gigantismo atingido foi de tal ordem que acumulavam receitas maiores do que muitos países. Os lucros crescentes auferidos não permaneciam apenas nas mãos dos maiores proprietários e, eram, em parte, distribuídos aos acionistas. Sua concentração alteraria o perfil dos proprietários, cuja distância da extração direta de valor seria de outro teor, distinto dos precedentes grandes industriais que, mesmos distanciados, compunham ainda um grupo claramente identificável socialmente, em famílias mais ou menos tradicionais, localizados em bairros específicos, com hábitos, educação e tipos de atuação mais ou menos definidos em cada país. A dimensão internacional de atuação dessas multinacionais, principalmente estadunidenses, mas também oriundas dos demais países imperialistas, favorecia o entrecruzamento entre capitais de diferentes origens, em função da escala adquirida e do volume de atividades que empreendiam. Para além de participações acionárias, a magnitude das operações dessas multinacionais nos países hospedeiros-dependentes contribuía para atrair outras multinacionais, para incubar miríades de empresas cuja atuação e lucratividade dela dependiam, como fornecedoras de peças, produção agrícola para processamento, produção química ou de outros insumos, cujas dimensões poderiam ser muito variadas. Em alguns casos, o controle da multinacional sobre tais empresas poderia ser direto e açambarcador, em outros, limitava-se a mantê-las em relação de dependência. Fomentavam a difusão econômica e social das relações capitalistas, estimulando a geração controlada de burguesias locais, assim como atuavam expandindo direta ou indiretamente as massas assalariadas, disponíveis e necessitadas de mercado[91].

Mas esta expansão das transnacionais, em cujo processo foi crucial a intervenção dos Estados nacionais dos países capitalistas avançados, não era capaz de dar conta da crise de superprodução e garantir a expansão do sistema econômico. A solução definitiva para esta, foi o massivo investimento no que Dwight Eisenhower chamou de complexo industrial militar (ao qual acrescentamos o acadêmico, dada sua confluência com as universidades e instituições de pesquisa estadunidenses, o que acentua inegavelmente o caráter classista da ciência). Este é criado nos países capitalistas centrais durante a Primeira Guerra Mundial, como "*instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima*", assim "resolvendo" o problema do consumo, sendo que sua expansão no Pós-Guerra será intrínseco ao desenvolvimento do capital, tanto que "*para manter o complexo-industrial-militar, os Estados Unidos se lançam na Guerra da Coréia (1954-56) e, logo depois, substituem a França na Guerra do Vietnã (1958-1975)*"[92].

Segundo István Mészaros, ele é tão importante que o autor chega a afirmar que é o real motivo para a superação da crise de superprodução de 1929-1933, "*apesar de todas as*

---

[90]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 166-167.
[91]Idem. p. 169.
[92]LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. op. cit. p. 280.

autoglorificadoras mitologias keynesianas e neokeynesianas", graças ao dinamismo que irá impor sobre toda a economia estadunidense. E os acordos do Pós-Guerra "*apenas ajudaram a intensificá-lo. Dessa maneira, as várias estratégias do keynesianismo foram complementares à expansão desembaraçada do complexo industrial-militar*"[93] – lembrando que as dívidas responsáveis pelos custos militares da corrida armamentista eram geridos pelo sistema capitalista, atrelados diretamente a economia dos EUA, que também gerencia a maior dívida do mundo[94]. Coggiola nos oferece os seguintes dados sobre o crescimento do complexo industrial-militar-acadêmico durante a Segunda Guerra Mundial:

> Nos Estados Unidos, a produção industrial de armamentos duplicou em cinco anos, perfazendo entre 40% e 45% do total da produção, período no qual o setor civil não variou em valor absoluto. Os empregos industriais passaram de 10 para 17 milhões, entre 1939 e 1943. O total de empregos era de 47 a 54 milhões no mesmo período. Se o PNB aumentou de 150%, a concentração econômica espantosa determinou a feição definitiva do capital monopolista nos Estados Unidos — 250 sociedades industriais passam a controlar 66,5% da produção total, uma percentagem equivalente àquela controlada por 75 mil empresas antes da guerra. As exportações dos Estados Unidos passaram de pouco mais de 5 bilhões de dólares, em 1941, para quase 14,5 bilhões, em 1944. No período 1938-1944, a produção de guerra passou de 2 para 100 nos Estados Unidos; de 4 para 100 na Inglaterra; de 16 para 100, na Alemanha; de 8 para 100 no Japão. A transformação das economias capitalistas em economias de guerra e os diversos pontos de partida para atingir tal objetivo determinam, em última instância, a superioridade dos Aliados: calcula-se em 80 bilhões de dólares o valor do material de guerra produzido pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e pelo Canadá, no período anterior ao desembarque de 6 de julho de 1944. No mesmo período, a Alemanha e seus aliados tiveram uma produção equivalente a 15 bilhões, isto é, uma superioridade de mais de 5 para 1 em favor dos Aliados, do ponto de vista dos recursos econômicos consagrados ao esforço bélico[95].

O complexo industrial-militar-acadêmico foi tão bem sucedido para o desenvolvimento capitalista pela sua capacidade de acabar com a distinção entre consumo e destruição, oferecendo "*uma solução radical para uma contradição inerente ao valor que se autodefine como tal em todas as suas formas*". Este complexo fornece a capacidade de consumo e desperdício ilimitado, sem estar atrelado ao consumidor, "*com todas as limitações naturais, socioeconômicas e até culturais de seus apetites*"[96], estando atrelado à defesa da pátria, de "um modo de vida":

---

[93]MESZAROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 685.
[94]Para maiores informações sobre a dívida externa e interna estadunidenses ver CIA. *World factbook*. Disponível em https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2079rank.html?countryName=United%20States&countryCode=us®ionCode=noa&rank=1#us, acessado em 10.10.11.
[95]COGGIOLA, O. "O sentido histórico da Segunda Guerra Mundial". *Olho da história*. nº.1. op. cit.
[96]MESZAROS, I. *Para além do capital*. op. cit. p. 687.

> […] ao contemplar a antiga prática romana do "desperdício conspícuo" na forma do "devorar saladas de pérolas", torna-se irresistível a conclusão de sua decadente gratuidade; enquanto, ao contrário, consegue-se legitimar como dever patriótico absolutamente inquestionável o verdadeiro desperdício ilimitado de "devorar" recursos equivalentes a bilhões de tais saladas através dos anos, enquanto milhões incontáveis têm de suportar a inanição como o "destino" do qual não podem escapar. Do mesmo modo, em relação ao segundo aspecto vital, o complexo militar-industrial remove com sucesso as restrições tradicionais do círculo de consumo definido pelas limitações do apetite dos consumidores. Nesse aspecto, ele corta o nó górdio altamente intrincado do capitalismo "avançado" ao reestruturar o conjunto da produção e do consumo de maneira a remover, para todos os efeitos e propósitos, a necessidade do consumo real. Em outras palavras, aloca uma parte maciça e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e que se *autoconsome*, tão radicalmente divorciada e, na verdade, oposta à real necessidade humana e seu consumo correspondente que pode divisar como sua própria *racionalidade* e finalidade última até mesmo a total destruição da humanidade[97].

Obviamente, neste caso, Mészaros tem em mente os produtos primários produzidos pelo complexo industrial-militar-acadêmico, armas, em especial nucleares, cuja capacidade de destruição ultrapassa em mais de trinta vezes o próprio planeta. O que não impede que os produtos secundários e terciários advindos da pesquisa e produção para a guerra não acabem sendo integradas ao consumo como mercadorias, como novas necessidades, tendo um efeito tão profundo sobre as relações sociais capitalistas, em especial nas últimas décadas do século passado, que passaram a ser uma das principais justificativas para a superioridade do capitalismo, transformado em uma "nova era", marcada pelo determinismo tecnológico cego e avassalador, onde estaríamos finalmente a ponto atingir o "pleno emprego", sendo o trabalho intelectual gerador de riqueza, que acompanharia a "extinção" do trabalho vivo[98]. Este movimento corresponde ao sinalizado por Lênin, quando os grandes monopólios aproximam-se e imiscuem-se com o Estado, sendo este, em última instância, sua garantia de lucratividade. "*De fato, graças à importante transformação das estruturas produtivas dominantes da sociedade capitalista do pós-guerra, paralelamente ao correspondente realinhamento de sua relação com o Estado capitalista*", que serviu tanto aos "*propósitos econômicos como para assegurar a necessária legitimação ideológica-política*", sublinhando que esta "*fusão mística entre produtor/comprador/consumidor de agora em diante é nada menos que a própria 'Nação'*"[99]. Essa "união íntima" que garante a própria reprodução e expansão ilimitada do capital, pois

---

[97]MESZAROS, I. *Para além do capital*. op. cit. p. 687-688.
[98]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 26.
[99]MESZAROS, I. *Para além do capital*. op. cit. p. 691.

> o complexo industrial-militar não só aperfeiçoa os meios pelo qual o capital pode agora lidar com todas essas flutuações e contradições estruturais, mas também dá um “salto quantitativo” no sentido que o alcance e o tamanho absoluto de suas operações rentáveis se tornam incomparavelmente maiores do que poderia ser concebido nos estágios anteriores dos desdobramentos capitalistas. Este salto quantitativo cria canais até então inimagináveis, na medida que atenua qualitativamente a relação de forças a favor do capital por um período diretamente proporcional ao porte dos próprios canais produtivos recém-criados. Se as mistificações e os artifícios dos estágios anteriores lembram os meios e métodos grosseiros do matreiro dono de quitanda (que, de qualquer maneira, podia ser desmascarado com relativa facilidade), seus equivalentes sob o “capitalismo avançado” somente são comparáveis a alguma falcatrua multinacional de proporções gigantescas que envolva a manipulação de somas astronômicas entre terminais de computador e o encobrimento até mesmo das mais fraudulentas transações, graças a uma trama ideologicamente bem sustentada, na qual as atividades do defraudador, o pagador, o auditor, o legislador e o juiz coincidem em uma só finalidade[100].

Tal qual o capitalismo, não pode-se dizer que a implementação do complexo industrial-militar-acadêmico ocorreu do mesmo modo em todos os países capitalistas avançados, o que aconteceu dentro da conjuntura mundial específica do desenvolvimento econômico do Pós-Guerra, sob controle direto estadunidense. Mészaros ressalta três pontos da dependência criada através destes aos EUA: primeiro, após as novas alianças militares, “*praticamente todas as restrições do tratado de paz original são rapidamente removidas*” para os países derrotados, permitindo o desenvolvimento de seus próprios complexos industriais-militares-intelectuais, investindo “*virtualmente em qualquer campo da produção militar, com a única exceção dos armamentos nucleares*”. Segundo, porque a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias militares “*é um empreendimento internacional*”, atingindo os mais variados setores da produção, onde a participação destes países é fundamental “*para o estabelecimento e/ou modernização de ramos industriais inteiros, nos quais se fundam os 'milagres' do desenvolvimento econômico japonês e alemão*”. Por fim, a ligação mais explícita de todos complexos industriais-militares com a economia estadunidense, “*de longe a mais extensa e dinâmica do mundo ocidental, é sustentada, ao longo de todo o período do pós-guerra, por orçamentos astronômicos de defesa (apesar da ameaçadora dívida interna e externa)*”. Sendo que então, a “*capacidade para sustentar os níveis de produção existentes em seus próprios países, em todas as sociedades capitalistas avançadas são profundamente dependentes do mercado em expansão dos Estados Unidos*”, o que explica as atitudes diante da dívida estadunidense, pois a ampliação produtiva destes países “*não pode ser separada da importância global da produção militarista no que se refere à sua aparentemente incurável*

---

[100] MESZAROS, I. *Para além do capital*. op. cit. p. 690-691.

dependência da economia norte-americana e do preponderante complexo militar-industrial em seu interior”[101].

E, como já pontuado, uma das consequências mais dramáticas resultantes do complexo militar-industrial-acadêmico irá corresponder ao incentivo, direto ou indireto, em conflitos e ditaduras militares no Terceiro Mundo, capazes de aumentar a sua oferta em demanda:

> Longe de ser surpreendente ou paradoxal, isto revela uma conexão *necessária*, pois o complexo militar-industrial do capital desenvolvido necessita desesperadamente de canais econômico-militares, impossíveis de obter prontamente, por uma série de razões, dentro dos limites e das modalidades de legitimação de sua própria base doméstica. Assim, apesar da retórica dos “direitos humanos” e da “aliança para o progresso”, somos aqui apresentados a uma relação de *complementaridade* essencial, na qual a oferta perniciosa do complexo industrial-militar “avançado” não consegue gerar internamente a “demanda efetiva” requerida numa escala sempre crescente. Entretanto, visto que a dinâmica do desdobramento socioeconômico e político – principalmente na América Latina, mas de maneira alguma somente lá, como mostram os distúrbios nas Filipinas e na Coréia do Sul – há de provavelmente solapar a estabilidade das ditaduras militares no “Terceiro Mundo”, tais desdobramentos, por implicação, deverão ter severas repercussões na manutenção da viabilidade do complexo militar-industrial também nos países capitalistas avançados[102].

Um dos marcos para a afirmação deste complexo, a partir de 1950, foi a criação da doutrina do “desenvolvimento com segurança” por técnicos do *Massachussets Institute of Technology* (MIT) para manter o domínio sobre a América Latina e “*evitar que o fantasma do regime comunista pairasse sobre a região e colocasse em risco sua área de influência*”. Este desenvolvimento tinha como premissa a orientação externa das medidas econômicas, “*num tipo de desenvolvimento determinado de fora para dentro, que aceitasse a hegemonia norte-americana*”, e que com o programa *Aliança para o Progresso*, “*destinado ao combate à pobreza nas áreas periféricas para reduzir a ameaça de instabilidade social e resguardar os interesses dos Estados Unidos nos setores econômico, político e de segurança nos países latino-americanos*”[103], só tornou evidente a militarização das relações imperialistas. Segundo Carlos Medeiros:

> O “complexo militar-industrial-acadêmico” gerou, em diferentes momentos, um estímulo tanto de demanda quanto de oferta ao processo de inovações e criou uma rede descentralizada e coordenada de instituições e comunidades

---

[101]MESZAROS, I. *Para além do capital*. op. cit. p. 686-687.
[102]Idem. p. 693.
[103]MELLO, N. B. *Subdesenvolvimento, imperialismo, educação, ciência e tecnologia no Brasil*: a subordinação reiterada. op. cit. p. 46.

> tecnológicas sem rival no mundo contemporâneo. Dada esta característica específica, a influência dos militares na tecnologia não foi circunscrita à provisão de recursos ao processo de P&D [Pesquisa e Desenvolvimento] e às compras de governo aos fabricantes de armas, mas incluiu a montagem de instituições voltadas ao deslocamento da fronteira científica e à aceleração do progresso tecnológico. Mais do que as armas criadas por este esforço, este objetivo político tornou-se um traço marcante da ciência e tecnologia americana[104].

Somente o MIT, nos anos que se seguiram a guerra, recebeu cento e dezessete milhões de dólares para pesquisa e desenvolvimento, o CALTECH (*California Institute of Technology*, Instituto de Tecnologia da Califórnia) oitenta e três milhões, a AT&T dezessete milhões, e a General Eletric oito milhões – que junto com outras fabricantes de armas como a Lockheed, Westinghouse, IBM, Boeing, a General Dynamics foram privilegiadas por estes investimentos[105]. No quadro seguinte, elaborado por Medeiros (que infelizmente não informa o total dos investimentos realizados), podemos observar os indicadores de gastos estimados de pesquisa e desenvolvimento nos EUA, em sua passagem do investimento direto estatal, gestando e consolidando os laboratórios privados, e como a partir da década de oitenta este setor ultrapassa o percentual de investimento (mesmo com o aumento progressivo dos gastos), assumindo a direção do complexo industrial-militar-acadêmico:

TABELA 1: Investimentos em P&D dos EUA entre 1947-1998:

Anos	**Total % (1998 milhões U$)**	**Indústria**	**Governo**	**Universidade**	**Outros**
1947	7,645 100	38,8	53,9	3,9	3,4
1957	50,345 100	35	62,9	0,5	1,6
1967	99,326 100	34,9	62,4	0,9	1,9
1977	103,258 100	45,2	51	1,3	2,5
1987	171,309 100	49,6	46,4	1,8	2,2
1998	227,173 100	65,9	29,5	2,2	2,5

FONTE: NSF. *Science & Engineering Indicator*, 2003. *apud* MEDEIROS, C. A. de. “O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar” *In*. FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. op. cit. p. 244.

Como consequência deste deslocamento da crise de superprodução para o complexo industrial-militar-acadêmico, “*a legitimação da oferta real pela 'demanda fictícia'*”, o capital acaba por encontrar um novo modo de conduzir e “*administrar as consequências objetivas do desenvolvimento socioeconômico, incluindo suas próprias contradições no plano da interação crucial entre produção e consumo, minimizando, por todo um período histórico*” –

[104]MEDEIROS, C. A. de. “O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar”. *In*. FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 226.
[105]Idem. p. 232-233.

e tendo seu aspecto mais bem sucedido –, "*as mais severas implicações desta última na erupção de crises*"[106]. Concordamos com Meszáros quando afirma que isto significou "*o isolamento de bem mais de um terço da economia das desconfortáveis flutuações e incertezas do mercado*"[107]. O que sem dúvida tem aspectos intrínsecos com a posterior ofensiva do capital, onde nenhuma característica positiva esperada pelo desenvolvimento das relações sociais capitalistas será concretizada. O autor faz questão de deixar isto explícito:

> […] a tendência anterior à realização de suas precondições mais elementares sofre um grave retrocesso, mesmo nos países capitalistas mais "avançados", quando a linha de menor resistência do capital, em vez de englobar a totalidade da humanidade na busca efetiva da industriosidade geral e da produtividade genuína, começa a estipular a brutal ejeção de um número crescente de pessoas do processo de trabalho. A mesma reversão se aplica ao desenvolvimento da ciência e à transformação das práticas produtivas de acordo com suas potencialidades inerentes, que supostamente deveriam favorecer a expansão do valor de uso e a interação dialética da progressiva expansão do valor de uso com o desdobramento das necessidades humanas. Como resultado das novas exigências e determinações do capital, a ciência é desviada de seus objetivos positivos, e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicar as forças e modalidades de destruição, tanto diretamente, fazendo parte da folha de pagamento do complexo industrial-militar ubíqua e catastroficamente perdulário, como indiretamente, a serviço da "obsolescência planejada" e de outras engenhosas práticas manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução longe das portas das indústrias de consumo[108].

Estes desdobramentos do capital citados acima, a obsolescência programada, articulada à chamada "reestruturação capitalista", são derivados das mudanças sociais do período, relativas ao processo de estabelecimento do capital-imperialismo, do "*imperialismo* [que] *dissolvia-se no capital-imperialismo que gerara e nutrira*"[109], ou seja, o esgotamento da arquitetura econômica do Pós-Guerra através da ampliação desta mesma, o que na década de setenta irá, aliada a outras causas como a questão do petróleo, gerar crises sucedâneas. Esta transição será o nosso fio condutor para podermos atribuir sentido e significado ao desenvolvimento da internet, dentro do desenvolvimento geral das telecomunicações, como parte do processo de ampliação das formas de reprodução do capital:

> Na década de 1970, as condições econômicas, políticas e culturais já exibiam a modificação que as décadas anteriores impulsionaram. Economicamente, as corporações multinacionais ocupavam agora o mundo, impondo mais necessidades de valorização e capturando sempre mais recursos, refletindo-se

[106]MESZAROS, I. *Para além do capital*. op. cit. p. 693-694.
[107]Idem. p. 806.
[108]Ibidem. p. 694.
[109]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 194.

numa mega-concentração que extrapolaria os limites das empresas e bancos (eurodólares, petrodólares, etc.). Contribuíram para fomentar a geração de proprietários descarnados, acionistas e outros. Politicamente, já estava dilatado internacionalmente o formato organizativo cosmopolita e encapsulador, que acoplava entidades econômicas, de ação direta e cultural, voltadas para a extensão da sociabilidade do capital. Culturalmente, estava em curso a enorme difusão mediatizada, propulsada pela generalização das televisões, que ecoava – sempre contraditoriamente – os redirecionamentos em curso. Ademais, estes contavam com um lastro intelectual fortemente fragmentário, resultante do desconcerto perante as formidáveis lutas da década de 1960 e de progressivo abandono de expectativas revolucionárias, em boa parte financiada pela malha mercantil-filantrópica já em franca expansão[110].

A crise daquela década apresentou quedas violentas na produção e no emprego, sendo que as falências generalizaram-se, atingindo até grandes conglomerados, e os investimentos caíram a níveis extremamente baixos. Ela pode ser apontada na retração das taxas de crescimento das maiores economias do mundo no biênio 1974-1975, o apogeu da crise, (embora alguns países anteriormente, os EUA, já em 1970 e a RFA em 1971, já mostravam um cenário de estagnação). Os EUA tiveram taxas negativas de crescimento, em 1974 de -0,9% e no ano seguinte de -0,8%, e a Inglaterra em 1974 quedas de -7,0% (mesmo que no ano anterior tivesse demonstrado um crescimento de 7,6%). O crescimento total dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi de 0,7% em 1974 e de 0,5 % em 1975. Do mesmo modo tanto a inflação quanto o desemprego aumentaram de modo agudo neste momento. A inflação mundial, média feita pelos preços oferecidos aos consumidores foi de 18,1% entre 1973 e 1984, sendo quase metade deste aumento somente no período de 1973-1979. O desemprego na Comunidade Econômica Europeia passou de 3,2% em 1970 para 5,4% em 1975, mantendo esse número em 1977, mas subindo para 6,4% em 1981 e atingindo 8,2% em 1983. Assinalando que é no biênio 1973-1974 que ocorre a elevação violenta do preço do petróleo, que triplica seu valor, de US$ 3,5 por barril de petróleo bruto para US$ 11,65 por barril[111]. Obviamente este cenário já estava se desenhando anteriormente, segundo Eurelino Coelho:

O que ocorreu em 1974 não foi um raio em céu azul. O comportamento ao longo do tempo da taxa de lucros é um bom indicador das flutuações cíclicas do processo de acumulação capitalista […] Manter por vários anos, com breves interrupções, as taxas de lucro próximas dos patamares ótimos foi possível enquanto o aumento da composição orgânica do capital (fruto da aceleração da concentração monopolista de capital e expresso na tendência a

---

[110]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 191-192.
[111]CARCANHOLO, M. D. "Crise econômica atual: seus impactos para a organização da classe trabalhadora". *Aurora*. nº. 6. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf, acessado em 04.06.11.

> deslocar trabalho vivo por trabalho morto) e os aumentos reais de salários eram compensados (ou até superados) pelos ganhos com a produtividade do trabalho (renda tecnológica). Ora, as rendas tecnológicas tenderam a decair com a progressiva difusão das inovações técnicas. Nessas condições, a manutenção da taxa de lucro passava a depender do aumento da taxa de mais-valia. Só que o movimento operário, por seu turno, com suas organizações fortalecidas pelo período de quase-pleno emprego, estava em condições de resistir ao aumento da taxa de exploração do trabalho[112].

A classe trabalhadora, no decênio subsequente a 1968 tinha o poder de iniciativa organizada suficiente para abrir ofensiva contra o capital em vários países capitalistas centrais: "*o poder do imperialismo não chegou a ser ameaçado globalmente, mas estremeceu e, em algumas pontas, como Vietnã, Nicarágua e Irã, rachou*". Se a crise deixou as classes dominantes em quase todos os países sem reação, *"as classes subalternas, ao contrário, saíam para a luta aberta*". Esta série de desdobramentos ofensivos não chegou a constituir "*uma alternativa global dos trabalhadores para a crise do capitalismo tardio*", sendo que todas as revoluções nos anos setenta foram derrotadas ou tomaram outra orientação que não a anticapitalista. Seguindo o processo de derrota da classe trabalhadora, finalizado no começo da década seguinte, abriu-se caminho para uma violenta reação burguesa, de amplitude global[113]:

> Golpes e crises de diversas ordens se sucedem no plano internacional, como a ruptura unilateral pelos Estados Unidos, em 1971, do acordo de conversibilidade firmado em Bretton Wood; o aumento generalizado das taxas de juros, estrangulando os países devedores na virada de 1973/1974, ocasião da chamada primeira crise do petróleo; o redirecionamento da economia realizado a partir da nomeação de Paul Volcker para a presidência do Federal Reserve, sob o governo Carter, em 1979, voltada para a contenção da inflação e liberação as taxas de juros, reforçando ainda mais o jugo sobre os devedores, o que estaria na base do Consenso de Washington, uma década depois[114].

A amplitude da crise ocorreu pela ampliação desenfreada das relações sociais capitalistas, que com a industrialização dos países periféricos (a internacionalização da produção, onde as filiais passaram de extratoras de matérias primas para atuarem como indústrias de transformação), as novidades tecnológicas e a concentração de capitais determinaram uma sincronização internacional do ciclo industrial. Os limites dos Estados nacionais foram em muito ultrapassados pelas forças produtivas, parte de uma tendência ampliada desde o Pós-Guerra, – desde o início de 1970 mais de 50% das exportações dos Estados Unidos ocorreram entre sucursais de suas transnacionais localizadas fora do território

---

[112]COELHO, E. *Uma esquerda para o capital*: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado. Niterói, UFF: 2005. p. 405.
[113]Idem. p. 416.
[114]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 193.

estadunidense. Esta sincronização internacional do ciclo industrial termina por minar as políticas econômicas anticíclicas, que pelo seu caráter prioritariamente nacional, acabam por serem insuficientes diante das crises do capital[115]. A ampliação gigantesca do capital, sua concentração e centralização, potencializou violentamente o papel do próprio capital, como pura propriedade capitalista, "*que se torna abstrata, desigualitariamente socializada e extremamente destrutiva*". E seu caráter abstrato advém de que "*o volume de concentração de capital supera as dimensões das empresas e de qualquer empreendimento singular, configurando-se como o fetiche máximo de uma potência cega da pura forma monetária*"[116]. Segundo François Chesnais:

> Um "patrimônio" ou um "capital" constituído por títulos é amplamente fictício. Compõe-se de créditos, ou seja, promessas sobre uma atividade produtiva futura, depois negociados num mercado muito peculiar que determina seu "preço" de acordo com mecanismos e convenções muito especiais. A constituição de um "patrimônio" ou de um "capital" desse tipo pode ser relacionada também, em diversos graus, com a criação prévia de capital fictício assumindo a forma de crédito. Concedem-se empréstimos e criam-se cadeias de dívidas visando à aquisição de títulos. Caso o valor formal destes despenque, os créditos nas contas dos banqueiros revelam plenamente seu caráter fictício. A própria essência do capital fictício torna sua avaliação difícil e flutuante. Tem-se a obrigação de recorrer aos indicadores que fornecem uma idéia do peso dos mercados e dos ativos financeiros na economia. A lista dos mesmos é longa e seus limites intrínsecos são claros. Tais indicadores expressam, simultaneamente, o poder econômico particular que resulta do fato de os mercados deterem títulos sobre a atividade produtiva e uma simples "bolha", ou seja, uma acumulação de capital puramente fictício. É no momento dos craques nas bolsas e das maiores crises financeiras que esse caráter fictício é desvendado. As conseqüências para a economia real dessa destruição podem ser terríveis, particularmente caso venham a fragilizar a outra grande forma de capital fictício constituída pelos títulos gerados através da criação anterior de créditos bancários industriais e imobiliários de médio e longo prazos[117].

E este movimento não ocorreu sem a expropriação massiva dos trabalhadores, já que o capital financeiro busca apreender "*recursos monetários de todas as instâncias sociais para imperativamente convertê-los em capital, também de maneira difusa*"[118]. Neste caso pela criação de fundos de pensão, e com menos peso os fundos comuns de investimento e outros investidores institucionais:

---

[115]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 193-194.
[116]Idem. p. 145-146.
[117]CHESNAIS, F. "A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações". *Economia e Sociedade*. nº. 1. Disponível em http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V11-F1-S18/01-Chesnais.pdf, acessado em 16.10.11.
[118]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 145-146.

> Os fundos de investimento originaram-se nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha sobretudo como fundos de pensão, ou seja, como uma maneira de minorar os efeitos das aposentadorias insuficientes dos trabalhadores. O baixo valor das aposentadorias lançava os trabalhadores na contingência de reservar parcela de seus salários para uma complementação salarial posterior. Tais fundos tiveram importante crescimento nos anos 1960 e 1970 e suas características são ambivalentes. Procurando preservar os recursos sob sua guarda, de propriedade de trabalhadores, tais exigências os aproximam do capital portador de juros […] A concentração dos investidores institucionais (fundos de pensão, fundos de investimento, etc.) geraria, em Wall Street, novos ramos de atividades, como gestão de carteiras, mercado de obrigações, serviços de pesquisa, departamento de fusões e aquisições[119].

Os fundos de pensão serão articulados com as chamadas reestruturações produtivas, a forma normal exigida pelo capital-imperialismo, a intensificação necessária na extração de mais valia, tornando internacional a concorrência entre os trabalhadores (ampliando drasticamente a taxa de exploração) e impondo o cerceamento para sua circulação internacional. A articulação entre o corte de direitos e a ameaça do desemprego foi utilizada ostensivamente para quebrar as resistências no mundo do trabalho[120]. Novamente, segundo Chesnais:

> […] um dos traços característicos do regime com dominação financeira é o de se originar de uma série de golpes de força (ligados aos nomes de Margaret Thatcher, Paul Volcker e Ronald Reagan). Ainda hoje (ou talvez se deva dizer, hoje mais que nunca), aqueles que dominam o novo regime (os "mercados" tanto quanto os governantes dos países do G7) não estão muito dispostos a negociar qualquer coisa com os assalariados, trabalhadores, camponeses e pouca coisa até entre eles próprios em pé de igualdade. Esta é a lição dos eventos de Gênova, bem como da posição norte-americana a respeito do protocolo – já minimalista – de Quioto[121].

A situação de exploração cada vez mais violenta aos quais os trabalhadores do mundo inteiro são confrontados é complementada pelas expropriações primárias e secundárias, que nos fazem crer que em um futuro próximo o capital irá impedir a reprodução da natureza e da própria humanidade[122]. E o imperialismo monetário prevê em seu desenvolvimento a crise, fornecendo todas as condições para o crescimento desenfreado do capital fictício. Este capital, "*integra a normalidade aberrante da reprodução capitalista*", e, apesar de "*se denominar fictício, e de constituir de fato um capital fictício (especulativo, promotor de 'bolhas'), não significa que não tenha implicações reais e dramáticas na vida social*". Tanto o capital

---

[119]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 195.
[120]Idem. p. 199-200.
[121]CHESNAIS, F. "A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações". *Economia e Sociedade*. op. cit.
[122]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 59.

fictício quanto o capital portador de juros "*embora analiticamente cumpram papéis diferenciados*" exigem sua valorização, "*extraindo mais-valor direta ou indiretamente, ou assegurando ganhos através de formas fraudulentas)*"[123]. As bolhas tornam-se parte integrante do funcionamento normal do mercado internacional, sendo até geridas e "inchadas" por Estados nacionais. Podemos observar suas implicações sociais no estouro da bolha das hipotecas estadunidenses de 2008, que na verdade acabou sendo um desdobramento da bolha anterior, de 2002, que atingiu a NASDAQ (*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*, Associação Nacional Corretora de Valores e Cotações Automatizadas, que iremos tratar especificamente desta adiante) – desdobramento criado pelo Banco Central daquele país para manter a taxa de investimentos, ou seja, para assegurar através da existência do capital fictício a lucratividade destes capitalistas: "*a existência do capital fictício, de maneira similar à do capital-monetário ao qual está acoplado, impõe um resultado social dramático: não apenas aprofunda as expropriações e intensifica as maneiras de subalternização dos trabalhadores*", mas afeta "*o futuro da integralidade da vida social, transformando-a em mera condição para a reprodução do capital*"[124].

1.1. As telecomunicações no capital-imperialismo:

Podemos observar a transição e implementação do capital-imperialismo através do processo de desenvolvimento do setor de telecomunicações nos EUA. Naquele país sempre prevaleceu a exploração privada no desenvolvimento de novos setores, mesmo quando considerados de interesses soberanos nacionais, através do tipo de imiscuidade entre Estado e iniciativa privada do complexo industrial-militar-acadêmico. No caso das telecomunicações o campo de exploração foi completamente entregue para a iniciativa privada. A American Telephone and Telegraph Company (AT&T) foi criada em 1901, para poucos anos depois tornar-se um monopólio, o que garantiria a universalidade de seus serviços através da integração nacional das redes já existentes, de telefonia e telegrafia[125]. O domínio monopólico deste setor teve aval do Congresso estadunidense, sendo a única empresa a não ser incluída na lei antitruste. Para garantir o controle tecnológico acerca do setor, a empresa associada à família Morgan, investe em seu Bell Laboratories, comprando a maior fabricante de

[123]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 36.
[124]Idem. p. 38.
[125]COSTA, G. M. M. da. *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 56.

equipamentos, a Western Eletric e diversas telefônicas regionais, assumindo o monopólio não só do setor e de seus serviços, mas também de sua pesquisa e desenvolvimento, que durou até os anos setenta.

Processo similar ocorreu com o sistema de radiofusão, que foi dividido entre oligopólios nacionais. O Estado para normatizar estes setores irá criar somente em 1934, na gestão de Franklin Delano Roosevelt, a *Federal Communications Commision* (Comissão de Comunicações Federais, FCC), autarquia normatizadora do setor, que regularia as taxas de lucros da AT&T, e funcionaria como a como a censora midiática oficial:

> Com a criação da FCC, os EUA reforçaram seu marco regulatório e reestruturaram o mercado de telecomunicações segundo o que se convencionou denominar de modelo norte-americano. Na indústria e nas redes de *broadcasting*, vigorou uma estrutura de concorrência entre oligopólios privados; na prestação de serviços de telefonia e de telegrafia, vigorou uma estrutura de monopólio privado; e na área de P&D uma estrutura de colaboração entre segmentos militares, industriais e acadêmicos, *na qual a concorrência era ela própria o princípio da cooperação*[126].

O domínio global estadunidense sobre o desenvolvimento de tecnologias de telecomunicações foi pleno até o fim dos anos setenta, quando outros países, já com seus parques fabris plenamente reconstruídos e interdependentes do complexo militar-industrial-acadêmico estadunidense, passam a disputá-lo, entre eles, a Alemanha, o Japão, a França, a Inglaterra, a Suécia e o Canadá. As empresas do setor destes países também contaram com investimentos diretos de seus Estados nacionais, tanto para o desenvolvimento de equipamentos quanto na diminuição de custos para uso comercial, o que marcou especialmente o modelo produtivo japonês, em seu esquema de inovações. Glória Maria Moraes da Costa nota que a União Soviética, ao contrário da corrida espacial, não tomou este setor como estratégico.

A partir do já citado processo de derrota da classe operária, os anos oitenta iniciaria sob uma “*uma onda de direitização*”, culminando nas eleições de Margareth Thatcher em 1979 no Reino Unido, de Ronald Reagan em 1981 nos Estados Unidos, e Helmut Khol em 1982 na Alemanha. Estes foram os principais promotores, em escala mundial, do ultraliberalismo econômico, e do ultraliberalismo como política estatal adequada aos interesses do capital-imperialismo. “*Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram a taxa de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre rendimentos altos,*

---

[126]COSTA, G. M. M. da. *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. op. cit. p. 61. Grifos nossos.

aboliram controle sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos", e encararam as reações dos trabalhadores atacando greves (os mineiros tiveram um importante papel neste período, levando a cabo greves heroicas), impondo uma nova legislação antisindical e cortando gastos sociais. "*E finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água*"[127]. Edmundo Dias sintetiza este processo:

> A crise geral das décadas 70 e 80 rompeu o compromisso do *Welfare State*. Para fazer frente a esta crise o capitalismo articula e põe em cena uma dupla solução: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Estas duas estratégias constituem uma mesma processualidade. O capitalismo, "superados" os principais obstáculos à sua continuidade, entre eles o desmonte objetivo dos estados "socialistas", coloca em questão o chamado bem estar social. Os capitalistas, "liberam-se" de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania. Para tal, levaram a extremos a idéia de liberdade do mercado. Têm ainda uma vantagem adicional: os movimentos partidário, sindical e popular que se reivindicam dos trabalhadores estão, também eles, em uma brutal crise[128].

Nos Estados Unidos, com Reagan, o caminho foi um tanto diferente da Inglaterra, já que o foco principal de seu governo foi a ofensiva militar e econômica em nome do capital. Externamente, lançando-se em "*qualquer luta nominalmente anticomunista em qualquer lugar do mundo (Nicarágua, Granada, Angola, Moçambique, Afeganistão, etc.)*"[129], movimento "*decisivo para uma recuperação das economias da Europa ocidental e da América do Norte*"[130], e que era justificado como modo de afastar qualquer sombra da derrota estadunidense no Vietnã.

Foi sob esta perspectiva, de forte investimento no complexo industrial-militar-acadêmico visando elevar a demanda e assim superar a crise econômica, que as telecomunicações voltam a ser prioridade nas políticas estatais dos EUA. O *Strategic Defense Initiative* (Iniciativa de Defesa Estratégica) idealizou e levou a cabo o projeto Guerra nas Estrelas (cuja implantação foi decidida de forma unilateral, indo contra a ONU (Organização das Nações Unidas) e diversos movimentos populares contra a proliferação de armas

---

[127]ANDERSON, P. "Balanço do neoliberalismo". *In*. SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo*. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 12.

[128]DIAS, E. F. "Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes". *Outubro*. nº. 1. Disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf, acessado em 16.10.11.

[129]HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. op. cit. p. 296.

[130]ANDERSON, P. "Balanço do neoliberalismo". *In*. SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo*. As políticas sociais e o Estado democrático. op. cit. p. 13.

atômicas[131]), que teve como suporte recursos tecnológicos advindos de sua infraestrutura de telecomunicações, baseado em um estoque de tecnologia de ponta suficiente para a sua projeção global. As principais empresas beneficiadas neste período foram a Rockwell International, a Boeing, a General Dynamics, a Hughes, a General Electric e a Lockheed (que na época chegou a falsificar resultados de testes para o Guerra nas Estrelas)[132].

Enquanto expandia a doutrina da segurança nacional os EUA salvaguardavam a demanda de consumo do setor, investindo também no desenvolvimento de equipamentos e aplicações comerciais, garantiam para a iniciativa privada acesso aos mercados mundiais. Como parte deste processo, em 1984 nos EUA foi feita a reforma das telecomunicações, que desmembrou a AT&T, que serviu de modelo para um processo global de adaptação ao modelo estadunidense de telecomunicações, no qual os EUA utilizaram ostensivamente o poder de pressão e barganha de entidades supranacionais como a OMC (Organização Mundial do Comércio) e mesmo o FMI onde a concessão de novos empréstimos e/ou prazos para pagamentos da dívida de países do Terceiro Mundo foi utilizada como instrumento de coerção, caso da Argentina que praticamente é chantageada para privatizar seu setor de telecomunicações[133]. Internamente, as duas gestões Reagan atuaram expandindo o déficit, direcionando investimentos para o complexo industrial-militar-acadêmico, pelos cortes de programas sociais, que a década de sessenta tinha produzido, e também da diminuição crescente recursos para a saúde e a educação, além da ofensiva contra os sindicatos e organizações da classe trabalhadora, como na emblemática greve dos controladores de tráfego aéreo[134].

Como consequência deste "keynesianismo militar", como Perry Anderson entende esta política[135] (ou segundo Maria da Conceição Tavares, "*uma política keynesiana bastarda, de cabeça para baixo*"[136]), resulta-se o aumento exponencial do déficit e da dívida pública dos EUA. Em 1981 este déficit era de setenta e quatro bilhões de dólares e a dívida de um trilhão de dólares. Dez anos depois, o déficit orçamentário chegou a trezentos bilhões de dólares, e a

---

[131]SANTOS, M. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*. São Paulo: Anneblume; Fapesp. 2007. p. 67.

[132]HARTUNG, W. "Profits of war: the fruits of the permanent military-industrial complex". *Multinational monitor*. janeiro/fevereiro, 2005. Disponível em http://www.thirdworldtraveler.com/Military_Industrial_Complex/Profits_of_War.html, acessado em 08.10.11.

[133]Para mais informações sobre o processo de privatização das telecomunicações na Argentina ver COSTA, G. M. M. da *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. op. cit.

[134]HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. op. cit. p. 296.

[135]ANDERSON, P. "Balanço do neoliberalismo". *In*. SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo*. As políticas sociais e o Estado democrático. op. cit. p. 13.

[136]TAVARES, M. da C. "A retomada da hegemonia norte-americana". *Revista de Economia Política*. nº. 2. Disponível em http://www.rep.org.br/pdf/18-1.pdf, acessado em 13.02.11.

dívida pública a quatro trilhões de dólares[137]. Reagan foi "*o mais apaixonado pelo laissez-faire dentre os presidentes do pós-guerra, tenha presidido a maior guinada protecionista desde a década de 1930*", sendo que o aumento drástico da desigualdade entre pobres e ricos no período, para Noam Chomsky, "*apenas o funcionamento normal da 'paixão pelo laissez-faire': a disciplina do mercado para vocês e não para mim, a menos que 'o campo de jogo' esteja inclinado a favor dos meus interesses, geralmente como resultado da intervenção estatal em larga escala*"[138].

Este processo ganhou novo fôlego após 1989, com a formulação do Consenso de Washington, "*segundo a qual haveria uma fórmula universal, obrigatória para todos os governos, de ajuste fiscal, com suas conseqüências imediatas*", estas sendo o "*refluxo dos gastos do Estado, concentrados em políticas sociais e gastos de pessoal, privatização de empresas, abertura da economia ao mercado internacional, precarização das relações de trabalho, incentivo à atração do capital financeiro*"[139]. O Consenso de Washington, como ficou conhecido posteriormente, é fruto de um encontro em novembro de 1989, intitulado *Ajustes na América Latina: quanta coisa aconteceu?*, convocado pelo *Institute for International Economics* (Instituto de Economia Internacional), na capital estadunidense, onde reuniram-se funcionários deste Estado e de uma série de órgãos supranacionais com sede na mesma cidade, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento além de diversos economistas latino-americanos. "*Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas*"[140]. Segundo o ex-embaixador brasileiro junto ao GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), Paulo Nogueira Batista:

> O valor do Consenso de Washington está em que reúne, num conjunto integrado, elementos antes esparsos e oriundos de fontes diversas, às vezes diretamente do governo norte-americano, outras vezes de suas agências, do FMI ou do Banco Mundial. O ideário neoliberal já havia sido contudo, apresentado de forma global pela entidade patrocinadora da reunião de Washington - o Institute for International Economics - numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America,* de cuja elaboração participou, entre outros, Mário Henrique Simonsen. Não se tratou, no

---

[137]ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996. p. 328.
[138]CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas*: neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 77.
[139]SADER, E. "Notas sobre a globalização neoliberal". *In*. MATTA, G. C. (org.). *Estado, sociedade e formação profissional em saúde*: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro; EPSJV, 2008. p. 41.
[140]BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington*. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf, acessado em 13.01.11.

> Consenso de Washington, de formulações novas mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências. Um consenso que se estendeu, naturalmente, à conveniência de se prosseguir, sem esmorecimento, no caminho aberto[141].

Ao final deste encontro se resumiram dez regras universais consensuais para seus participantes: 1. Disciplina fiscal, para limitar os gastos nacionais ao arrecadado, numa tentativa de se eliminar o déficit público; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária; 4. Liberalização financeira, fim das restrições nacionais e afastamento do Estado do setor; 5. Taxa de câmbio competitiva através do regime cambial; 6. Liberalização comercial, com redução de alíquotas de importação e estímulos para a exportação; 7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulamentação econômica e trabalhista; e 10. Propriedade intelectual. Para Batista, "*as propostas do Consenso de Washington nas 10 áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação*", e também através do "*máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas*"[142].

Obviamente, falar somente na "exportação" deste projeto de Estado pode dar a falsa impressão de que este processo ocorreu de forma acordada. Este movimento foi perpassado pela violência e coerção imperialista, seja de modo direto, através dos acordos bilaterais ou, através de entidades supranacionais. Estas atuaram em uma conjuntura marcada pela intensificação da dependência financeira dos países do Terceiro Mundo, resultante das crises da dívida (externa e interna) destes países, agravadas pelas crises do petróleo e pela escassez de crédito, também servindo de base para se "*exportar os valores americanos*", marcados, segundo Chomsky, "*pela onda do futuro: as telecomunicações, a Internet, a tecnologia computacional avançada e outras maravilhas criadas pelo exuberante espírito empresarial americano, catapultado, desde a revolução de Reagan, pelo mercado livre da interferência governamental*"[143]. O que será visível no caso da expansão da rede mundial de computadores.

---

[141]BATISTA, P. N. *O Consenso de Washington*. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. op. cit.
[142]Idem.
[143]CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas*: neoliberalismo e ordem global. op. cit. p. 75-76.

2. A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES:

"O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação".

Max Horkheimer e Teodor W. Adorno. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 114.

A internet é usualmente definida funcionalmente como um sistema de informações globais que: A) "*é logicamente ligado por um endereço único global baseado no IP e subsequentes extensões*"; B) "*é capaz de suportar comunicações usando o TCP/IP* [*Transmission Control Protocol*/*Internet Protocol*, Protocolo de Controle de Transmissões/Protocolo da Internet] *ou suas subsequentes extensões e/ou outros protocolos compatíveis ao IP*"; C) "*provê, usa ou torna acessível, tanto publicamente como privadamente, serviços de mais alto nível produzidos na infraestrutura descrita*"[144]. Esta definição é insuficiente, já que naturaliza o desenvolvimento tecnológico e midiático ocorrido principalmente nas últimas décadas do século passado, cujo alcance sobre as relações sociais estamos somente começando a delinear. E ainda ignora as contradições da realidade, ou finge as ignorar, para compreender a rede como um espaço de embates ideológicos dissociados de sua materialidade, das funções sociais que cumpre como parte da ampliação das formas de reprodução do capitalismo contemporâneo.

Foi no seio do complexo industrial militar acadêmico que nasceu a internet, já na década de 1960, sob a tutela do Pentágono e desenvolvida por instituições de pesquisa estadunidenses, para funcionar como modelo de comunicação e compartilhamento de informações descentralizado, assim permitindo sua proteção em caso de um ataque nuclear russo. A ARPANET foi criada pela DARPA (*Advanced Research Projects Agency*, Agência de Projetos de Pesquisa Avançados), agência do DoD (*Departament of Defense*, Departamento de Defesa estadunidense)[145] e funcionava através de chaveamento de pacotes, divisão de informações que permitem seu reagrupamento posterior pelo destinatário. Em 1969 foi transmitido o primeiro correio eletrônico entre as Universidades da Califórnia e Stanford,

---

[144]"*'Internet' refers to the global information system that (i) is logically linked together by a globally unique address space based on the Internet Protocol (IP) or its subsequent extensions/follow-ons; (ii) is able to support communications using the Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP) suite or its subsequent extensions/follow-ons, and/or other IP-compatible protocols; and (iii) provides, uses or makes accessible, either publicly or privately, high level services layered on the communications and related infrastructure described herein*". FEDERAL NETWORKING COUNCIL. *Definition of internet*. Disponível em http://www.nitrd.gov/fnc/Internet_res.html, acessado em 14.10.11. Tradução nossa.

[145]MEDEIROS, C. A. de. "O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar". *In*. FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. op. cit. p. 246.

sendo então esta a data comumente considerada para o nascimento da rede. Como compara, não sem ironia o anticomunista Castells, "*de certa forma, foi o equivalente eletrônico das táticas maoístas de dispersão das forças de guerrilha, por um vasto território, para enfrentar o poder de um inimigo versátil e conhecedor do terreno*"[146]. E no mesmo ano foram implementadas as suas primeiras quatro estações, além das duas já citadas, também na Universidade de Santa Bárbara e de Utah.

Em 1972 a ARPANET já contava com trinta e sete estações: "*ao lado desta forma de transferência de tecnologia através da aprendizagem e dos conhecimentos incorporados em indivíduos*" ocorria "*a transferência de tecnologia diretamente para as grandes empresas fornecedoras e indiretamente para os seus fornecedores especializados*", sendo a "*principal forma de difusão de novas tecnologias. Na medida em que as incertezas e os riscos comerciais foram provisoriamente suspensos pelo apoio militar, o ciclo de vida do processo de inovações foi encurtado*", sendo que ainda "*as oportunidades de exploração comercial foram asseguradas pela acumulação de capacitação técnica dos laboratórios industriais*"[147]. Ainda naquela década o sistema se expande para a comunicação entre pesquisadores vinculados à área de defesa estratégica e em 1975 ela deixa de ser uma rede experimental para ser operacional, iniciando o desenvolvimento do protocolo de comunicação TCP/IP[148]. Este desenvolvimento, mesmo inicial, é diretamente atrelado à iniciativa privada, como aponta Costa:

> A Bolt, Beranek and Newman Technologies (BBN) é um dos melhores exemplos de quão bem sucedido foi o projeto ARPANET. O advento do *e-mail* pela BBN foi decisivo para o bom funcionamento da rede, consagrando a Internet e o sinal @ e permitindo que os centros de pesquisas dispersos por todo o território norte-americano se comunicassem em tempo real. No rastro do ARPANET, também a AT&T, evoluía no segmento de transmissão de dados. Na Conferência Internacional sobre Comunicações de Computadores, realizada em Washington D. C., a tecnologia *Terminal Interface Processor* (TIP) foi ratificada e o *International Network Working Group* (INWG) referendou a liderança dos EUA no desenvolvimento das comunicações digitais de dados em rede[149].

Em 1979 já havia interesse comercial pela rede. A IBM funda a BITNET (*Because It´s*

---

[146]CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. op. cit. p. 44.

[147]MEDEIROS, C. A. de. "O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar". *In*. FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. op. cit. p. 241.

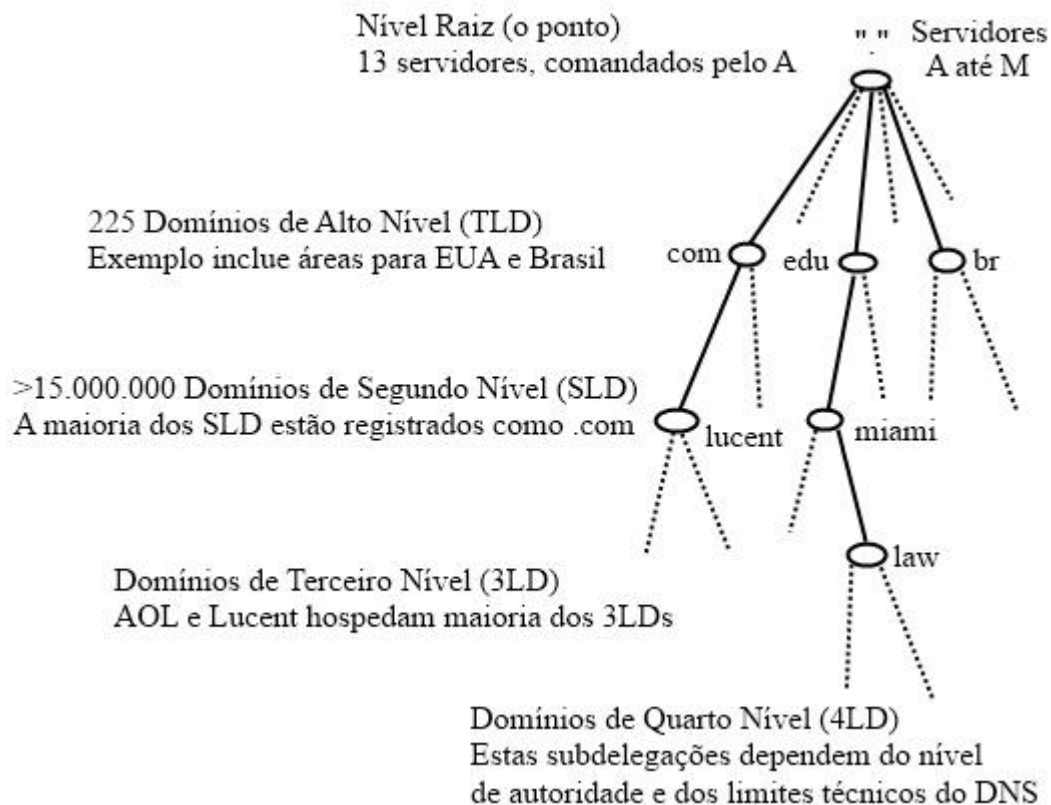
[148]HTMLSTAFF. *História da internet*. Disponível em http://www.htmlstaff.org/ver.php?id=65, acessado em 13.07.10.

[149]COSTA, G.M. M. da. *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. op. cit. p. 63-64.

Time Network), que permitia a troca de e-mails e participação em grupos de discussão[150]. E nos anos oitenta, quando o protocolo TCP/IP se torna padrão para as redes militares, e o sistema acadêmico já está multiplicado em diversas estações (incluindo diversos países), a rede é dividida, criando-se o MILNET (militar, atrelado ao *Defense Data Network*) e uma nova ARPANET, que em 1986, já ligada a rede da *National Science Foundation*, que criou as diretrizes da NSFNET (novo *backbone*), passa a ser chamada de internet. Em 1989, a ARPANET é desativada pelo *Defense Research Internet*, e a partir de 1993 passa a ser explorada comercialmente, já utilizando a concepção de *World Wide Web* (www), criada em 1990.

Do mesmo modo, já havia se instituído a tecnologia de DNS (*Domain Names System*), criada por Paul Mockapetris, como padrão para a arquitetura da rede, complementando o www. Como todo computador conectado a internet precisa de um endereço específico, para que os dados transmitidos possam ser transmitidos e recebidos, o DNS serve para transpor os números de cada endereço para o código alfanumérico, ou seja, permite a utilização de palavras, nomes, etc. para a navegação *online*. A seguir, temos uma representação parcial do legado da hierarquia DNS, mostrando relações entre os servidores raiz A até M (os 13 servidores raiz coletivamente conhecidos como o ponto "."), os Domínios de Alto Nível, e os arranjos do terceiro, quarto e demais níveis baixos:

[150]ARTEN, F. *O domínio norte-americano e a dromocracia na sociedade cibercultural*. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/sc_pi-arten.pdf, acessado em 20.08.10.

FIGURA 1: Representação da hierarquia DNS:

FONTE: SIMON, C. L. *Launching the DNS war*: dot-com privatization and the rise of global internet governance. Tese de Doutorado. Coral Gables: University of Miami, 2006. p. 44. Tradução nossa. *Esta representação é datada, sendo que hoje em dia o nível raiz não é mais comandado privadamente dos EUA, mas é de responsabilidade do ICANN.

Como observado na representação, o DNS é um sistema hierárquico que determina a estrutura da internet de modo ostensivamente centralizador, "*um design técnico e uma arquitetura de rede profundamente vinculados à estrutura de defesa dos EUA e do DoD, e do ponto de vista geográfico este design reflete a centralização do poder e o controle mantido por um único país*". Esta arquitetura "*revela uma geopolítica unilateral da Governança da Internet, que não admitia a representação soberana dos Estados Nacionais*", o que Silva compreende como "*uma recorrência do imperialismo americano no território das redes. As questões da Governança da Internet que estão sendo debatidas recaem na possibilidade de intervenção regulatória que os EUA não pretendem ceder*", e que afetam "*de uma forma mais ampla as questões legais, econômicas, voltadas ao desenvolvimento local, regional, global e sócio-cultural*"[151].

[151]SILVA, M. T. C. da. *A geopolítica da rede e a governança global de internet a partir da cúpula mundial da sociedade da informação*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008. p. 25-26.

A passagem da lógica de utilização militar, na qual os pesquisadores universitários acabaram por aproveitar indiretamente (o sistema não foi desenvolvido para eles, ao contrário do que é comumente divulgado), para a lógica de utilização comercial ocorreu de modo arbitrário, sem qualquer participação popular ou da comunidade de especialistas em informática – que depois começaram a manifestar-se através de uma série de grupos. Não houve nenhuma mediação crítica sobre a arquitetura da rede, tratada como a única possibilidade técnica, o que permitiu o pleno controle dos EUA sobre o campo midiático, garantia que permitiu ao mercado normatizar a internet tanto juridicamente quanto tecnicamente. Não foi somente "*a passagem de uma lógica estatal para outra privada*", mas "*de uma lógica política militar, de defesa, para outra, de privatização, regulação e globalização econômica, de apoio à reestruturação capitalista e à manutenção da hegemonia norte-americana nas relações internacionais*"[152].

Este processo ocorrerá durante as gestões de Bill Clinton, que através do programa *Global Informational Infrastructure* (Infraestrutura Global de Informação), constituíram uma agenda para a "liberalização" dos setores de telecomunicações de diversos países, especialmente os europeus, que ainda não haviam sido privatizados. No documento de 1993, *Tecnologia para crescimento econômico da América, uma nova direção para construir vigor econômico*, assinado pelo então presidente estadunidense e seu vice, Albert Gore, reafirma claramente esta perspectiva, quando diz que:

> A "Era da Informação" dos dias de hoje exige agilidade, habilidade e velocidade na movimentação das informações. Onde uma vez a nossa força econômica foi determinada somente pela profundidade dos nossos portos ou pela condição das nossas estradas, hoje é determinada também pela nossa habilidade de mover grandes quantidades de informação com rapidez e precisão e pela nossa capacidade de usar e entender esta informação. Assim como o sistema de rodovias interestaduais marcou uma virada histórica no nosso comércio, hoje a "superestrada da informação" - capaz de mover idéias, dados e imagens em todo o país e no mundo - é crucial para a competitividade americana e nossa força econômica[153].

Assim os EUA, fizeram-se detentores da maioria das patentes nas telecomunicações,

---

[152]BOLAÑO, C. R. S.; CASTAÑEDA, M. V. *A economia política da internet e sua crise*. Disponível http://www.eca.usp.br/alaic/material%20congresso%202002/congBolivia2002/trabalhos%20completos%20Bolivia%202002/GT%20%202%20%20cesar%20bolano/Marcos%20Bolano.doc, acessado em 01.09.10.

[153]"*Today's "Information Age" demands skill, agility and speed in moving information. Where once our economic strength was determined solely by the depth of our ports or the condition of our roads, today it is determined as well by our ability to move large quantities of information quickly and accurately and by our ability to use and understand this information. Just as the interstate highway system marked a historical turning point in our commerce, today "information superhighway" -- able to move ideas, data, and images around the country and around the world -- are critical to American competitiveness and economic strength*". CLINTON, W. J.; GORE JR., A. *Technology for America's economic growth, a new direction to build economic strength*. 22.02.1993. Disponível em http://ntl.bts.gov/lib/jpodocs/briefing/7423.pdf, acessado em 14.03.11.

dominando o espaço com sua rede de satélites, e colocando a seu serviço a maior parte das entidades supranacionais para tornar seu modelo de telecomunicações global, ampliando a rede de alcance de suas empresas na mesma escala. Enquanto seus investimentos aceleravam e acirravam a competição entre as empresas tradicionais, os EUA também fomentavam a entrada de novas empresas de telecomunicação e tecnologia da informação. Isto porque o "*novo jogo de expansão e reprodução de poder*" exigia conglomerados transnacionais de maior alcance, capazes de "*dinamizar o setor para dentro e para fora do território norte-americano*"[154]. Segundo Costa:

> Depois de um processo intensivo de inovações, chegara a hora de conquistar mercados cativos e imprimir uma aceleração no processo de acumulação e de concentração de capital. As novas empresas de alta tecnologia, principalmente as *ponto.com*, imprimiram vigor às bolsas e ao mercado de derivativos, promovendo fusões e aquisições, valorizando ao máximo suas ações e acelerando o processo de financeirização da riqueza. Por trás dos alardeados benefícios de um mundo globalizado, democratizado e integrado pela informação, iniciou-se um poderoso ciclo de expansão e de centralização de capital cujo epicentro emanava também dos EUA[155].

Os setores de telecomunicações e tecnologia da informação (cada vez mais confluentes), por terem sido os primeiros a adequarem-se nas conformações exigidas pela dominância do capital financeiro, foram tratados durante a década de noventa como um novo Eldorado. Foram disponibilizados pelos grandes bancos europeus e estadunidenses os maiores financiamentos vistos, até então, da história do capitalismo. Estes financiamentos "*deram origem a um novo padrão de endividamento extremamente elevado*", que alçou tal ponto, que "*o grau de exposição ao risco da maioria das operadoras globais obrigou-as a redefinir suas estratégias em função da redução de seu endividamento*"[156]. Isto ainda sem levar em consideração o montante convertido em capital pela generalização das privatizações do setor. De "*135 países observados ao final de 2005, tínhamos quatro cujo setor de telecomunicações sempre foi privado, 102 que haviam privatizado, total ou parcialmente, suas empresas de telecomunicações, e apenas 29 cujo setor ainda era estatal*"[157]. Novamente, segundo Costa:

> Por sua vez, valendo-se de estimativa da Moody's, nos mostrou que cerca de 80% de todas as *high-yields* ou *junk bonds* emitidas nos EUA, no frenesi do

---

[154]COSTA, G. M. M. da. *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. op. cit. p. 72-73.
[155]Idem. p. 73.
[156]Ibidem. p. 73-74.
[157]TELECO. *Privatização*: telecomunicações no mundo. Evolução do setor de telecomunicações. Disponível em http://www.teleco.com.br/tutoriais/tutorialprivat/pagina_2.asp, acessado em 09.10.11. Para informações sobre as privatizações em termos globais ver FRANSMAN, M. *Telecoms in the internet age*: from boom to bust to... Oxford University Press, 2002.

> *boom*, foram direcionadas para operadores de telecomunicações. Igualmente, na última década, cinco das dez maiores fusões e aquisições da história também envolveram empresas de telecomunicações. *De acordo com a Thomson Financial Securities, entre 1996 e 2001, os bancos emprestaram 890 mil milhões de dólares através de empréstimos sindicados; cerca de 480 mil milhões de dólares de dívida foram fornecidas pelos mercados obrigacionistas e 500 mil milhões foram obtidos a partir de aumentos de capital próprio e emissões no mercado acionista*. A crença em que uma explosão da Internet e em suas aplicações criaria uma procura quase infinita por acessos de banda larga e por serviços de valor adicionado, ofertados por empresas globais, levou o mercado financeiro a movimentar cifras astronômicas[158].

Entre os anos de 1996 e 2000 a NASDAQ, bolsa de valores *on-line* onde são negociadas ações de empresas de alta tecnologia, teve seu valor aumentado de mil para cinco mil pontos, crescimento de cerca quatrocentos por cento. "*O número de transações diárias no NASDAQ passara de 325 milhões em 1995 para 1,5 mil milhões em apenas cinco anos e a massificação de investimentos nas start-ups e nas empresas de teleinformática, puxadas pelo crescimento das operações de brokerage na Web*"[159]. Estas empresas viraram fetiches para os investidores, "*grandes e pequenos em busca do lucro fácil e de liquidez*". Empresas não tradicionais foram atraídas a fazerem oferta pública inicial de ações nesta bolsa, pelos seus processos para abertura de capital serem mais eficientes e baratos que na tradicional Bolsa de Valores de New York (*New York Stock Exchange*). Entre os anos de 1997 e 2000 suas operações financeiras "*impulsionaram cerca de 1.600 empresas, gerando cerca de US$ 316,5 trilhões. Em março de 2000, depois de atingir o pico mais alto, a bolha estourou e apresentou uma queda* [de] *32%*"[160].

Esta "*exuberância irracional*" (nas palavras de Alan Greenspan, presidente do FED, *Federal Reserve*, Banco Central estadunidense) alimentou uma bolha de ativos, ou seja, uma massa de investimento ativos para lucro futuro, que foi alimentada pela política econômica do FED como parte da expansão econômica dos EUA no período, mantendo o nível de consumo

---

[158]COSTA, G. M. M. da. *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. op. cit. p. 73-74. Grifos nossos. *High-yields* ou *junk bonds* são obrigações de renda fixa que são avaliados abaixo do grau de investimento no momento da compra. Estes bônus têm um risco maior de inadimplência ou outros efeitos adversos do crédito, mas normalmente pagam rendimentos mais elevados do que os títulos de melhor qualidade, a fim de torná-las atraentes para os investidores.

[159]Segundo Yuri Gitahy "*qualquer pequena empresa em seu período inicial pode ser considerada uma startup. Outros defendem que uma startup é uma empresa com custos de manutenção muito baixos, mas que consegue crescer rapidamente e gerar lucros cada vez maiores. Mas há uma definição mais atual, que parece satisfazer a diversos especialistas e investidores: uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza*". MOREIRA, D. "O que é uma startup?" *Exame.com*. 20.10.10. Disponível em http://exame.abril.com.br/pme/dicas-de-especialista/noticias/o-que-e-uma-startup, acessado em 09.10.11. Já *brokerage* refere-se a ação de agentes corretores; corretagem. BAB.LA. *Brokerage* (verbete). Disponível em http://pt.bab.la/dicionario/ingles-portugues/brokerage, acessado em 09.10.11.

[160]COSTA, G. M. M. da. *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. op. cit. p. 74.

através do crédito – lembrando o contexto turbulento do período, em fins de 1998 Greenspan já tinha reduzido duas vezes a taxa de juros, que enfrentando a queda da taxa de lucro tentava "*neutralizar pressões deflacionárias internacionais cada vez mais poderosas*". Articulada a esta medida o FED coordenou "*o socorro (bailout) de um fundo de hedge de bilhões de dólares. Greenspan explicou que o Fed fez isso porque, se deixasse o fundo falir, muito provavelmente se desencadearia uma desintegração financeira mundial*"[161]. Isto resulta da estrutura econômica do capital-imperialismo, que tende ao aumento drástico da desigualdade social, o que "*tende a criar um problema de realização — isto é, uma insuficiência de procura agregada em relação ao produto. A ascensão de lucros estimula a acumulação rápida e o crescimento do produto, mas os salários estagnados ou em queda limitam o crescimento da procura*". Então para manter o nível de lucratividade e ao mesmo tempo adiar a crise de superprodução são utilizados diversos mecanismos econômicos: "*os lucros em crescimento rápido estimulam a elevação rápida de negócios de investimento, os quais constituem uma parte da procura pelo produto. Isto pode perpetuar uma expansão por algum tempo*", mas que não é articulada com outras medidas em relação ao problema da realização, ocorre "*rapidamente um desequilíbrio pois os meios de produção cresceriam demasiado rapidamente em relação ao produto*"[162]. É própria da dominância do capital financeiro a produção de bolhas de ativos, que estão intrinsecamente ligadas com suas as expansões econômicas – afinal, o capital fictício "*realiza lucros fictícios que somente podem-se tornar reais no nível individual e nunca no nível de sua totalidade. Contudo, enquanto exista a crença que eles possam ser tornados reais, continuará a bolha especulativa criada pelo capital fictício*"[163]. Anotando que, uma bolha de ativos, segundo David Kotz, é

> […] uma ascensão auto-perpetuadora do seu preço que resulta da expectativa de aumentos futuros no preço do mesmo. Exemplo: se investidores financeiros esperarem que o preço do imobiliário ascenda rapidamente no futuro próximo, eles terão um incentivo para comprar imobiliário a fim de obter ganhos de capital com a ascensão de preços. Isto pode tornar-se um processo auto-sustentador se os lucros ganhos pelos investidores com a ascensão do preço do activo atraírem cada vez mais investidores, cujas compras por sua vez fazem que o preço do activo continue a ascender[164].

---

[161]BRENNER, R. "A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?". *Outubro*. nº. 3. Disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_02.pdf, acessado em 13.10.11.

[162]KOTZ, D. M. *A teoria marxista da crise e a severidade da crise económica actual*. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/Orgdemo/A_severidade_da_crise_economica_atual_Set_2010.doc, acessado em 13.10.11.

[163]CARCANHOLO, R. A. "A grande depressão do século XXI: a função do trabalho improdutivo e do capital fictício". *In*. DIERCKXSENS, W.; CAMPANÁRIO, P.; CARCANHOLO, R. A.; JARQUIN, A.; NAKATANI, P.; HERERRA, R. *Século XXI: crise de uma civilização*. Fim da história ou começo de uma nova história? op. cit. p. 31.

[164]KOTZ, D. M. *A teoria marxista da crise e a severidade da crise económica actual*. op. cit.

As bolhas de ativos podem ser verificadas em relação a cada ofensiva do capital, nas expansões econômicas dos EUA sob o capital-imperialismo, 1982-90, 1991-2000 e 2001-2007. Estas bolhas cumprem um papel fundamental, ao "*prolongar uma expansão ao retardar a percepção de que a crise tende a resultar do aumento da desigualdade. Assim o faz pelo aumento da riqueza de papel daqueles que possuem o activo que passa pelo processo de bolha*"[165]. Este aumento da riqueza faz com que o consumidor gaste este crescimento em relação aos seus rendimentos. E a bolha dos "ponto.com" estoura em 10 de março de 2000:

> A bolha tinha, contudo, claramente tornado-se bem mais frágil do que Greenspan percebera, e em conformidade mais dependente de seu patrocínio e apoio. Já ao final de 1998, e depois de novo ao final de 1999, o Fed tiver de com [sic] vigor afrouxar o crédito de modo a reverter importantes declínios no mercado de valores e manter os preços das ações subindo. Quando, ao contrário, Greenspan continuou a insistir por toda a primeira metade de 2000 que o Fed não mais alimentaria a bolha, os preços das ações começaram a cair, mesmo embora a taxa de juros reais a curto prazo mal modificaram-se. Os e-business viram o valor de seus títulos despencar primeiro, no segundo trimestre de 2000. Do final do meio do ano em diante, os mercados mais amplos começaram a cair de forma alarmante. Ao final de 2001, o índice Nasdaq [...] tinha decrescido em 60% de seu pico do início de 2000. O S&P [índice ponderado de valor de mercado onde o valor do ativo é multiplicado pelo número de ações em circulação, e o peso de cada ativo no índice é proporcional ao seu preço de mercado] 500 era território de especulação, caindo em mais de 20% de seu ponto alto. *Cinco trilhões em ativos desfizeram-se como fumaça*[166].

Com o estouro da bolha dos "ponto.com" e subsequentes escândalos envolvendo a NASDAQ, os analistas "voltaram" a atuar com maior dose de cautela em relação às telecomunicações e ao mercado de tecnologia – até porque a grande maioria destas empresas fechou após queimarem seu capital de risco e a maioria das corretoras transferiram seus investimentos para uma nova bolha, a do crédito imobiliário nos EUA –, especulando que, em longo prazo, as empresas de telecomunicação passariam por um processo de fusão e consequente monopolização do setor, dividido globalmente entre quatro ou cinco grandes operadoras. Como visto, este movimento é uma exigência para a reprodução do capitalismo contemporâneo. Dados de 1999 exibem que, das vinte maiores operadoras de telefonia, as cinco maiores estadunidenses, SBC, Bell Atlantic, GTE, Bell South e U. S. West foram responsáveis por mais de cento e setenta e um milhões de acessos, enquanto a estatal chinesa,

---

[165]KOTZ, D. M. *A teoria marxista da crise e a severidade da crise económica actual*. op. cit.

[166]BRENNER, R. *O boom e a bolha. Os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 314-315. *apud* VIANA, N. "Crise financeira, Estado e regularização jurídica". *Direito GV*. nº. 6. Disponível em http://www.direitogv.com.br/subportais/publica%C3%A7%C3%B5e/direitogv10/06.pdf, acessado em 13.10.11. Grifos nossos.

a China Telecom, foi responsável naquele ano por mais de cento e oito milhões de acessos.

Segundo um ranking de 2004, a maior receita anual gerada por uma operadora de telecomunicação foi a da Nippon Telegraph and Telephone Corporation (que fora privatizada em 1985[167]), que naquele ano faturou sozinha cerca de noventa e sete milhões de dólares. Entretanto, quando agrupamos as operadoras estadunidenses, AT&T, SBC, MCI/WorldCom, Bell Atlantic, GTE, Bell South, Sprint e U. S. Western, a receita conjunta destas atingiu cerca de duzentos e trinta e dois milhões de dólares. As europeias, Deutsch Telecom, British Telecom, France Telecom, Telecom Italia, Telefónica e Vodafone Air Touche, somaram juntas cerca de cento e vinte e seis milhões de dólares.

Das indústrias de equipamentos para telecomunicações, as estadunidenses Lucent, Motorola, Cisco, Hughes, 3COMd, IBM, HP e Qualcom faturaram juntas cerca de setenta e oito bilhões de dólares, sendo ultrapassadas somente pela soma das companhias europeias, Alcatel, Siemens, Bosch, Ericsson e Vodafone que lucraram setenta e oito bilhões e novecentos milhões de dólares. As empresas japonesas NEC, Fujitsu e Matsushita somaram vinte e dois bilhões e seiscentos milhões de dólares. A telefonia móvel nos EUA cresceu cento e doze por cento naquele ano, deste total sendo mais de noventa e sete por cento de aparelhos digitais. Na França, Alemanha, Itália, Espanha e Inglaterra, cuja ampliação resultou em uma drástica diminuição do número de linhas fixas, as linhas móveis cresceram cento e trinta e sete por cento, sendo toda digital, com exceção da Espanha. No Japão seu crescimento foi de cerca de sessenta e um por cento, também toda digital. Na Índia este tipo de serviço cresceu duzentos e quarenta e um por cento, enquanto na China teve seiscentos e setenta e três por cento de aumento, sendo nos dois países os terminais totalmente digitalizados.

Na área da tecnologia da informação naquele ano, os EUA possuíam mais de cento e noventa e cinco milhões de *hosts* (computadores conectados a uma rede), ou seja, possuindo sessenta e três usuários por cem habitantes e um total de cerca de setenta e seis computadores pessoais a cada cem habitantes. Nos países europeus supracitados possuíam cerca de doze milhões de *hosts*, com a média de quarenta e seis usuários por cem habitantes e quarenta e dois PCs por cem habitantes. O Japão tinha mais de dezesseis milhões de *hosts*, com cerca de cinquenta usuários por cem habitantes e o total de PCs de cinquenta e quatro a cada cem habitantes. A Índia possuía mais de cento e quarenta e três mil *hosts*, tendo cerca de três usuários por cem habitantes e um PCs na mesma média, enquanto na China existiam mais de cento e sessenta e dois mil *hosts*, tendo cerca sete usuários por cem habitantes e quatro PCs na

[167]TELECO. *Privatização*: telecomunicações no mundo. Evolução do setor de telecomunicações. op. cit.

mesma média[168]. Estes dados, mesmo desatualizados, nos permitem visualizar e concordar com as conclusões da autora:

> [...] ao longo da extensa cadeia de valor que conformam as telecomunicações, na qual incluem-se componentes, equipamentos de transmissão de redes públicas e privadas, *private e public switches*, telefonia fixa e móvel, os EUA possuem larga superioridade na tecnologia satélite. Entretanto, no campo da transmissão móvel, de redes e em *switches*, os EUA perdem poder para os europeus e, em eletrônica de consumo, perdem a competição para o Japão. Em compensação, quando adentramos nas áreas de tecnologias da informação, da Internet e das ferramentas de gestão, ou seja no campo das aplicações em *e-business* e em *e-commerce*, em todos os segmentos, sem exceção, os EUA estão à frente de seus concorrentes[169].

A hegemonia estadunidense não restringe-se ao campo econômico, as formas de reprodução do capital atuam sobre diversos níveis da sociedade, e a internet acaba por ser partícipe, e de certo modo instrumento de pedagogia, oferecendo "*potencialmente a possibilidade de reproduzir de forma ampliada valores e idéias inerentes* [...] *ao modo de viver norte-americanos*"[170]. Deste modo sua gestão, o controle sob seu formato técnico e seu conteúdo é inestimável. Em relação à internet foi criado o mito, divulgado exaustivamente, que esta seria uma "terra de ninguém", que não pertenceria ou seria controlada por nenhum Estado ou grupo privado, o que como já discutimos em relação a sua arquitetura, é simplesmente mentiroso[171].

A primeira central de normatização e controle da rede foi o NIC (*Network Information Centre*, Rede de Centros de Informação), que localizava-se no Centro de Pesquisas de Stanford, ainda nos tempos dos primeiros experimentos na rede[172]. Em 1972, estas responsabilidades foram transferidas para o recém-criado IANA (*Internet Assigned Numbers Authority*, Autoridade de Atribuição de Números para a Internet), estabelecido informalmente como referência de funções técnicas normativas para a ARPANET, serviço realizado pelo

---

[168]COSTA, G. M. M. da. *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. op. cit. p. 76-77. Com a exceção óbvia do aumento do número de *hosts* e da telefonia móvel nada nos números atuais de faturamento das empresas destes setores indica mudanças drásticas. Optamos por reproduzir os dados de Costa por agregarem tanto o setor de operadoras de telecomunicações, de prestadores de serviços desta e o setor de tecnologia da informação.

[169]COSTA, G. M. M. da. *Abertura das telecomunicações e reprodução da estrutura global de poder*: o caso da Argentina e do Brasil. op. cit. p. 77.

[170]Idem.

[171]Além dos meios de comunicação envolvidos neste processo, em especial telejornais e filmes, onde os que possuem as capacidades cognitivas para se ambientarem na rede são representados como seres com poderes inigualáveis, transformando assim hackers em lendas, também é importante notar a pressão de juristas de diferentes países, que para poderem combater, especialmente, a quebra de direitos autorais que a rede proporciona aos seus usuários, utilizaram amplamente este argumento.

[172]GLOBAL ONENESS. *History of the internet*: encyclopedia II - history of the internet - maintaining the infrastructure. Disponível em http://www.experiencefestival.com/a/History_of_the_Internet_-_Maintaining_the_infrastructure/id/5164084, acessado em 12.01.11.

Information Sciences Institute (Instituto das Ciências da Informação) para o DARPA, que relembremos é uma instância do Departamento de Defesa estadunidense.

O IANA nasce em março daquele ano quando Vint Cerf e Jon Postel pediram para fosse feito um catálogo dos números de tomada (*socket*) através do *Request for Comments* (RFC[173]) número trezentos e vinte e dois. "*Então os administradores da rede foram convidados para apresentar uma nota ou uma ligação telefônica, 'descrevendo a função e os números de tomada de programas de serviços de rede em cada host'*". Este catálogo acabou por ser publicado no RFC quatrocentos e trinta três de dezembro do mesmo ano, onde Postel propôs assinaturas oficiais de cada número de porta dos serviços em rede e sugeriu uma função administrativa, para manter e permitir acesso a um registro geral[174]: "*Eu proponho que deve se existir um czar (eu?) que lide com os números de tomadas oficiais para uso em protocolos padrões. Este czar também deve rastrear e publicar uma lista daqueles números de tomada onde hosts podem obter serviços específicos*"[175].

O IANA foi dirigido por Postel (que afinal fora empossado como czar) desde sua criação até seu falecimento em 1998 – após sua morte irá ser efetuada a transição do IANA para o ICANN. Com o crescimento da rede, este registro geral passou a crescer exponencialmente, primeiro passando por diversas instâncias do aparelho de Estado estadunidense, depois sendo confiada a iniciativa privada:

> Como a primeira ARPANET cresceu, os *hosts* passaram a serem referidos por nomes, e um arquivo HOSTS.TXT seria distribuído da *SRI International* para cada *host* na rede. Com o crescimento da rede, isso se tornou complicado. A solução técnica veio na forma do *Domain Name System*, criado por Paul Mockapetris. A *Defense Data Network* [Rede de Dados da Defesa] - *Network Information Center* [Centro de Informações da Rede] (DDN-NIC) da SRI lidavam com todos os serviços de registro, incluindo os Domínios de Alto Nível como .mil, .gov, .edu, .org, .net, e .us, da administração *root nameserver* e atribuições de números da Internet sob contrato com *United States Department of Defense* [Departamento de Defesa dos Estados Unidos]. Em 1991, o Defense Information Systems Agency [Agência de Defesa dos Sistemas de Informação] (DISA), encarregado pela administração e manutenção do DDN-NIC (gerenciado pela SRI até este ponto) passou para o Government Systems, Inc., que subcontratou isto para a pequena empresa do

---

[173]Literalmente um "pedido de comentário", documento que descreve previamente os padrões de cada protocolo da rede a serem considerados um padrão.

[174]WIKIPEDIA. *Internet Assigned Numbers Authority*. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Internet_Assigned_Numbers_Authority, acessado em 12.01.11.

[175]"*I propose that there be a czar (me ?) who hands out official socket numbers for use by standard protocols. This czar should also keep track of and publish a list of those socket numbers where host specific services can be obtained*". POSTEL, J. *RFC 349*. Disponível em http://tools.ietf.org/html/rfc349, acessado em 12.01.11. Tradução nossa. Assinalamos que este nome, IANA, foi somente citado textualmente no RFC 1060 de 1990 embora sua função já estivesse consolidada a longo tempo. REYNOLDS, J. K. *RFC 1060*. Disponível em http://tools.ietf.org/html/rfc1060, acessado em 12.01.11.

setor privado Network Solutions, Inc.[176].

Com o crescimento da rede na década de oitenta, a participação na sua normatização passou a interessar outros países, especialmente europeus – o que distingue-se da governança propriamente dita, mas abrindo uma via de acesso para a interferência em sua arquitetura, atuando na formatação desta relação de poder. Este problema diplomático foi resolvido pela criação do *Internet Engineering Task Force* (Força-Tarefa de Engenharia da Internet, IETF) em 1986. A justificativa para sua criação, veiculada no RFC 3935 é banal, mas aponta corretamente suas funções: "*O objetivo do IETF é o de fazer a Internet funcionar melhor. A missão do IETF é o de produzir alta qualidade, técnica relevante e documentos de engenharia que influenciem o modo que as pessoas projetam, usam, e gerenciam a Internet de tal modo que faça a Internet funcionar melhor*"[177]. Em sua existência, o IETF coordenou um grande número de grupos de trabalho, concluídos e ainda em funcionamento, sendo diretamente responsável por uma grande série de RFCs, ou seja, o maior dentre todos os responsáveis pelos padrões normativos da internet nos dias de hoje.

Antes de 1993 os conselheiros do IETF eram escolhidos pelo *Internet Architecture Board* (Conselho de Arquitetura da Internet, IAB), que foi criado pelo DARPA em 1979, e depois passaram a serem eleitos através de um Comitê de Nomeação (conhecido como NomCom)[178]. Os presidentes do IETF evidenciam a ligação destes intelectuais como o complexo industrial-militar-acadêmico: durante o ano de 1986 o presidente designado foi Mike Corrigan; de 1986 até 1994 Phill Gross; de 1994 até 1996, Paul Mockapetris, criador do DNS e que fundou em 1999 a companhia Nominum; de 1996 até 2001, Fred Baker, membro ativo da indústria de comunicação e redes desde os anos setenta, tendo trabalhado para a CDC, Vitalink, ACC, dentre outras. Atualmente é associado da Cisco; de 2001 a 2005, Harald Tveit Alvestrand, que já tinha trabalhado para Norsk Data, UNINETT, EDB, Maxware e

[176]"*As the early ARPANet grew, hosts were referred to by names, and a HOSTS.TXT file would be distributed from SRI International to each host on the network. As the network grew, this became cumbersome. A technical solution came in the form of the Domain Name System, created by Paul Mockapetris. The Defense Data Network - Network Information Center (DDN-NIC) at SRI handled all registration services, including the Top Level Domains of .mil, .gov, .edu, .org, .net, .com and .us, root nameserver administration and Internet number assignments under a United States Department of Defense contract. In 1991, the Defense Information Systems Agency (DISA) awarded the administration and maintenance of DDN-NIC (managed by SRI up until this point) to Government Systems, Inc., who subcontracted it to the small private-sector Network Solutions, Inc.*". GLOBAL ONENESS. *History of the internet*: encyclopedia II - history of the internet - maintaining the infrastructure. op. cit. Tradução nossa.
[177]"*The goal of the IETF is to make the Internet work better. The mission of the IETF is to produce high quality, relevant technical and engineering documents that influence the way people design, use, and manage the Internet in such a way as to make the Internet work better*". AVESTRAND, H. T. *RFC 3935*. Disponível em http://www.ietf.org/rfc/rfc3935.txt, acessado em 12.01.11. Tradução nossa.
[178]IETF. *NomCom*. Disponível em http://www.ietf.org/nomcom/, acessado em 12.01.11.

Cisco, sendo atualmente funcionário do Google; de 2005 a 2007, Brian Carpenter, engenheiro que trabalhou com Tim Berners-Lee, inventor do www, no CERN (*Organisation Européenne pour la Recherche Nucléaire*, Organização Europeia para Pesquisa Nuclear) e para a IBM; e Ross Housley, cujo mandato ainda não se encerrou, já tendo trabalhado para *Air Force Data Services* (Serviços de Informação da Força Aérea estadunidense), Xerox, Spyrus e RSA e que em 2002 fundou sua própria companhia, a Vigil Security LLC[179].

A participação na normatização da internet tornou-se ainda mais problemática durante a abertura da rede para sua exploração comercial, no começo da década de noventa. Esta transição ficou conhecida como a "Guerra do DNS" e inicia nos EUA, quando uma série de provedores de serviço de Internet constitui redes próprias, abrindo ligações de acesso (*gateways*) para fins comerciais. A rede passou exigir a expansão da capacidade de transmissão oferecida. "*Para suprir essa deficiência foi criada uma nova rede denominada NFSNET Backbone financiada pela IBM, pelo MCI e pelo MERIT, juntamente com a NFS*", a *National Science Foundation* (Fundação Nacional de Ciência estadunidense). Esta rede não deu conta desta expansão, então em 1991, as mesmas três empresas criam a Advanced Networks and Services, uma companhia supostamente sem fins lucrativos, que implantou a ANSNET – *backbone* com poder de transmissão de dados trinta vezes maior que a anterior. Esta desvinculação estatal no controle operacional da rede foi planejada desde a década anterior, quando o DoD passou a financiar a integração dos computadores pessoais fabricados por empresas estadunidenses ao protocolo TCP/IP. "*Com a tecnologia para criação de redes telemáticas abertas ao domínio público e com as comunicações em pleno processo de desregulamentação, a NSF procedeu a imediata privatização da Internet. Com a sua total privatização, a NSFNET foi encerrada em 1995*"[180].

Até 1993 a NSF proibia o uso comercial da rede, e com sua abertura iniciou-se a demanda de registro de nomes de domínios, especialmente de primeiro nível, os ".com", que ficaram sob a responsabilidade da já citada companhia Network Solutions. Como a demanda cresceu esta empresa "persuadiu" o NSF para que se pudesse cobrar pelos registros, "*para controlar pessoas que estavam estocando uma porção de nomes e para ajudar a pagar mais empregados e recursos tecnológicos para manter a demanda*"[181]. Este processo impulsionou a

---

[179]WIKIPEDIA. *Internet Engineering Task Force*. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Internet_Engineering_Task_Force#Chairs, acessado em 12.01.11.
[180]MONTEIRO, A. Q. *Trabalho, ciberespaço e acumulação de capital*: estudo sobre produção e consumo na interatividade da internet comercial. Dissertação de Mestrado. Marília: UNESP, 2008. p. 27-28.
[181]"*Network Solutions persuaded the National Science Foundation to let it charge a couple of hundred dollars to register each domain name in .com, both to keep folks from stockpiling a bunch of names and to help it to pay for some more employees and computer resources and so forth to keep up with the demand*". LITMAN. J. *The DNS*

normatização jurídica sobre a rede, foi neste campo que desenrolaram-se as disputas acerca dos registros de DNS. As contestações sobre os nomes de domínio levaram uma série de grandes empresas a reivindicar o registro de nomes, que já possuíam sob *copyright*, através de processos judiciais. Então foram adotadas novas regras para "aplacar" os donos de marcas registradas, passando-se a requerer de todos os registrantes de domínios, dos já existentes e futuros, que justificassem suas prerrogativas sob este. Foram dados trinta dias para o que os donos de domínios registrados comprovassem que seu direito era superior ao dos donos das marcas registradas, ou então seu domínio seria suspenso. Isto somente acarretou novos processos, desta vez para que os domínios não fossem tirados do ar.

Foi quando a comunidade da internet, em especial a *Internet Society* (Sociedade da Internet, ISOC), unida aos donos de domínios decidiu investir de maneira mais incisiva contra a Network Solutions, que já acumulava milhões de dólares, a quebra de seu monopólio interessava a diversas companhias. Foi criado um comitê *Ad Hoc International* (IAHC), composto por dois representantes dos grupos de interesses das marcas registradas; pela OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual); pela UIT (*United Nations Agency for Information and Communication Technology Issues*, Agência das Nações Unidas para Assuntos de Tecnologia da Informação e Comunicação); pela NSF; e por cinco representantes da IETF, visando construir uma série de Domínios de Primeiro Nível. Estes foram sete ao todo (como .biz ou .glass, por exemplo) que serviriam para facilitar acordos judiciais. Esta iniciativa fracassou, pois maior parte do público usuário da rede reconhecia somente o ".com" como "domínio verdadeiro"[182]. Do mesmo modo, vários de países reivindicavam poder decisório sobre a rede, que alçava certa expansão mundial, tornado esta questão também um problema diplomático.

Em 1998, visando agregar estes diversos grupos em disputa, o Departamento de Comércio dos EUA cria o ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*, Corporação da Internet para Nomes e Números Designados) pelos EUA. Ela seria uma entidade supostamente independente, que teria a responsabilidade de definir padrões para a rede, seus formatos e tipos de domínios, coordenando tecnicamente a definição de endereços IP e gerenciando o root server da internet[183]. "*A 'guerra' terminou graças a um compromisso*", onde a "*ISOC obteve mais controle público do DNS, ainda que os interesses comerciais*

---

wars: trademarks and the internet Domain Name System. Disponível em http://www-personal.umich.edu/~jdlitman/papers/DNSwars.pdf, acessado em 12.01.11. Tradução nossa.

[182]LITMAN. J. *The DNS wars*: trademarks and the internet Domain Name System. op. cit., acessado em 12.01.11. Para maiores informações sobre este processo ver SIMON, C. L. *Launching the DNS war*: dot-com privatization and the rise of global internet governance. op. cit.

[183]ICANN. *Fatos*. Disponível em http://www.icann.org.br/general/fact-sheet.html, acessado em 12.12.10.

tenham permanecidos muito poderosos. Assim, os interesses comerciais privados e aqueles das comunidades de 'guardiões' da Internet foram adequadamente protegidos”. Mas os autores assinalam que “*este não foi o caso dos interesses dos Estado-nação e da comunidade da Internet em geral. Esses são os dois aspectos mais frágeis da governança do ICANN*”[184].

Embora com o ICANN justificando esta suposta independência pela obtenção de domínios ccTLDs (*Country Code Top-Level Domain*, Domínio de Alto Nível para Código de País**)** por países com os quais os EUA possuem conflitos políticos abertos, fica claro para nós a fragilidade desta, dada a utilização da internet como forma de ampliação das relações sociais capitalistas, tendo, quase instrumentalmente, um marcado uso político para a disputa ideológica em países como Iraque, Irã e Coréia do Norte, que tiveram seus domínios liberados (.iq, .ir e .kp, respectivamente). E mesmo assim, ainda são assegurados os direitos de veto aos EUA, sendo que, última instância, depende deste a existência ou não existência na rede:

> Pelo atual acordo [de 2007, retificado], o ICANN ainda é ligado à gestão norte-americana em dois pontos. O contrato prevê que o domínio genérico ".com", mais popular do planeta, tenha aval dos Departamentos de Comércio e Justiça dos EUA, que limitam preços para defender a concorrência do setor, e que qualquer alteração no root server que possa alterar a estabilidade da rede seja comunicada ao Departamento de Comércio, que pode vetar a mudança - embora, historicamente, nunca tenha feito isto. Segundo o acordo mais recente, definido em setembro de 2006, o governo norte-americano e o ICANN se manterão conectados até o dia 30 de setembro de 2009, com possibilidade de estender a ligação por mais dois anos ou não renovar o contrato, o que faria da entidade, *tecnicamente, um órgão totalmente independente*[185].

O ICAAN define-se como “*uma entidade sem fins lucrativos de benefício público, é a organização internacional responsável por administrar e supervisionar a coordenação do sistema de nomes de domínio da Internet e seus identificadores exclusivos*”, responsável por “*preservar a estabilidade operacional da Internet, promover a concorrência, obter a ampla representação das comunidades globais da Internet e desenvolver políticas apropriadas para sua missão*”[186]. A entidade irá acabar por estabelecer sua estrutura de decisões pelo sistema de *multistakeholder*, que irá agrupar na entidade, com mesmo peso, representantes da iniciativa privada, de Estados nacionais e da comunidade de usuários da internet, criando uma instância diplomática diferente da tradicional (como o modelo da ONU, considerado ultrapassado, já

[184]KURBALIJA, J.; GELBSTEIN, E. *Governança da internet.* Questões, atores e cisões. Disponível em http://www.diplomacy.edu/poolbin.asp?IDPool=590, acessado em 12.01.11.
[185]FELITTI, G. “IGF 2007 confirma função do ICANN, mas debate novo gerenciamento”. *IDGNow!* Disponível em http://idgnow.uol.com.br/internet/2007/11/19/idgnoticia.2007-11-19.8192687980, acessado em 10.11.10. Grifos nossos.
[186]ICANN. *Fatos*. op. cit.

que não abre espaço para os conglomerados transnacionais)[187]:

> A estrutura e os processos normativos da ICANN também garantem que vários níveis recebam as contribuições dos diferentes governos. A independência da ICANN favorece a resposta rápida a mudanças no cenário comercial, técnico e geopolítico da Internet e do DNS. Mesmo sendo rápido e flexível, o processo da ICANN também requer e leva em conta as sugestões de todos os grupos interessados e afetados[188].

Este sistema de representação é definido por Silva como "*multilateral, cuja responsabilidade governamental atua com atores da sociedade para um pacto global de Internet onde as correlações de forças se alteram de forma democrática, equitativa e equilibrada, igualitária com objetivo de atender as demandas da sociedade global*"[189]. Esta é uma percepção ingênua e idealista deste modelo de representação, e que mistifica o poder estadunidense, omitindo que o ICANN continua fazendo parte do seu aparato de Estado, sendo que, como já foi dito, o poder de veto dos EUA sobre a rede é o poder real sobre a existência desta. Não se pode perder a perspectiva que, em relação à internet:

> […] há 13 servidores-raiz distribuídos em todo o mundo (10 nos Estados Unidos e 3 em outros lugares; dos 10 que se encontram nos Estados Unidos, vários são operados por agências do governo estadunidense). Se um desses servidores parar de funcionar, os 12 remanescentes continuariam a funcionar. Mesmo que os 13 servidores-raiz deixassem de funcionar simultaneamente, a resolução dos nomes de domínio (principal função dos servidores-raiz) continuaria em outros servidores de domínio, distribuídos hierarquicamente por toda a Internet. Por essa razão, milhares de servidores de nomes de domínio contêm cópias do arquivo raiz da zona, e colapsos imediatos catastróficos da Internet não podem ocorrer. Levaria algum tempo antes que quaisquer conseqüências funcionais pudessem ser notadas, período durante o qual seria possível reativar os servidores originais ou criar novos[190].

O que se observa é que este suposto processo de independência, é mais dependente do que afirma-se, sendo mediado pelos termos pautados pelos EUA, e que mesmo quando ocorrem uma determinada abertura, ela não ocorre sem que com isso, deixe-se de disseminar o modelo estadunidense como padrão, o que nos faz reafirmar as considerações de Fontes quando trabalha com o que chama de teias do capital-imperialismo, constituídas por entidades

---

[187]UOL NOTÍCIAS. *Reunião mundial no Rio debate internet mais segura e democrática*. 10.11.07. Disponível em http://governanca.cgi.br/noticias/reuniao-mundial-no-rio-debate-internet-mais-segura-e-democratica-1, acessado em 12.10.10.

[188]ICANN. *Fatos*. op. cit. Grifos nossos.

[189]SILVA, M. T. C. da. *A geopolítica da rede e a governança global de internet a partir da cúpula mundial da sociedade da informação*. op. cit. p. 7.

[190]KURBALIJA, J.; GELBSTEIN, E. *Governança da internet.* Questões, atores e cisões. op. cit.

supranacionais, "*modalidades de interconexão interimperialista*", que atuam "*de maneira correlata, mas não mecanicamente conectadas a cada empresa*"[191]. Para nós, o ICANN pode ser interpretado plenamente segundo este conceito. Segundo a autora:

> Este formato associativo desigual, mas formalmente democrático no plano internacional, contribuiu para intenso desenvolvimento das forças produtivas entre as potências imperialistas ocidentais. Intensificava-se a produtividade, em parte devedora do crescimento do complexo industrial-militar e da permanência de alta belicidade contra terceiros países e assegurava-se alta lucratividade, aprofundando a concentração de capitais e *agudizando a urgência de novos âmbitos – espaciais e sociais – de reprodução ampliada* [...] queremos ressaltar o quanto instituições deste tipo resultaram em formatos originais de organização econômica, política e ideológica. Não eliminavam conflitos internos, mas sua maior abrangência abriu modalidades de interconexão imperialista até então desconhecidas[192].

A tabela abaixo nos mostra a participação de conselheiros em termos de nacionalidade. Lembrando que isto não significa que sejam representantes de Estado, tal como na diplomacia tradicional, mas também de empresas e usuários oriundos destes:

TABELA 2: Participantes e ex participantes do conselho de diretores do ICANN, por país, desde 2000:

País	Diretores e contatos atuais	Ex-diretores e contatos
Estados Unidos da América	8	15
Alemanha		4
França	2	3
Brasil	1	3
Austrália	1	3
Japão		3
Canadá		3
Holanda		2
Reino Unido		2
Itália		2
Espanha		2
Chile	1	1
Irlanda	1	
México		1
Portugal		1
Áustria		1

[191]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 172.
[192]Idem. p. 173.

País	Diretores e contatos atuais	Ex-diretores e contatos
Gâmbia	1	
Senegal		1
África do Sul	1	
Quênia		1
Noruega	1	
Finlândia	1	
Letônia		1
Bulgária		1
Suíça		1
Índia	1	
Malásia		1
Nova Zelândia	1	
Hong Kong	1	
Taiwan	1	
China		1
Coréia do Sul		1

FONTE: ICANN. *Board representation by nationality*. Disponível em http://www.icann.org/en/maps/board.htm, acessado em 12.12.10.

Não há nenhuma garantia de participação popular na gestão do ICANN, mas sim, a construção e manutenção de uma rede internacional, que serve e assegura-se como mediação para diferentes interesses capitalistas. A entidade de modo algum constitui-se em tribuna aberta para discussão, até porque seus conselheiros são submetidos a indicação de seus organismos internos, e mesmo seu direito a voto passa por este crivo. O que se observa é a criação de uma rede agrupando institutos nacionais de pesquisa e desenvolvimento, empresas geradoras de tecnologia, gestores e consultores para negócios na rede, e que através de uma linguagem comum, técnica e jurídica, atuam como mediadores, formando consensos provisórios, para garantir em perspectiva global a manutenção e ampliação da exploração sobre este campo social, gerada e assegurada pelo Estados nacionais, e tendo seu epicentro no Estados Unidos. "*Para além dessas instituições oficiais e mais visíveis, como o GBM* [Grupo Banco Mundial] *ou o FMI, o procedimento se estendeu à generalização internacionalizada de outras entidades, com múltiplas funções*", sendo que "*algumas delas, mesmo com aparência e formato jurídico privado, respondiam diretamente às agências estratégicas de seus países de origem (militares, policiais, de espionagem, ou econômicas)*", cumprindo como função "*disseminar modos de agir e assegurar recursos (monetários, políticos e mesmo militares)*

para seus aliados, tanto nos países capital-imperialistas, quanto em outros países"[193]. A entidade serve como instância mediadora de conflitos entre os condutores do capital, criando uma rede que garante sua reprodução, expansão e aprofundamento. Segundo Fontes, estas entidades "*atuam no sentido de aprofundar mecanismos e regras comuns a seus interesses, ainda que aprofundando a dependência e a desigualdade entre Estados; mediam e procuram converter a cifras calculáveis os conflitos burgueses interpares*", responsáveis por treinar, educar e incorporar "*de maneira desigual setores burgueses de diferentes países e, finalmente, para neutralizar os setores populares e as lutas (muitas vezes similares) que emergem nos diferentes países, estabelecem protocolos de atuação, tanto para o convencimento quanto para a repressão*", e do mesmo modo buscando "*redirecionar tais reivindicações*"[194]. Isto fica claro na fala de Rod Beckstrom, Presidente e Diretor Geral do ICANN:

> Somos a personificação da Internet e compartilhamos o que poderia ser chamado de uma dualidade central: uma infraestrutura e também um conjunto de valores. Ao mesmo tempo, uma construção de engenharia. De fato, um milagre da engenharia, se considerarmos as vinte milhões de vezes por segundo que o sistema DNS é usado, no mundo inteiro, por segundo - vinte milhões - quarenta milhões - bem, dá para ter uma ideia. Somos uma organização baseada em valores. A própria Internet é uma construção e uma visão. Em ambos os casos, miraculosa[195].

E por fim, nos cabe apontar sobre as tentativas já existentes para afastar a rede desta governança, a mais promissora destas é a Free Net desenvolvida por Ian Clarke[196], que já é distribuída para uso, mas possui uma série de problemas de *interface*, e o P2PDNS, cujo desenvolvimento é liderado por Peter Sunde, porta-voz do Pirate Bay. O projeto ganhou impulso como resposta à aprovação da *Combating Online Infringement and Counterfeits Act* (Lei de Combate à Violação *Online* e Falsificações), aprovado pelo comitê jurídico do Senado estadunidense, cujo conteúdo permite ao governo dos EUA desligar *sites* suspeitos de manterem conteúdo ilegal e abre caminho para o DoD, "*através de ordens judiciais, obrigar os ISP* [servidores de serviço de internet] *a redireccionarem o tráfego de clientes para fora de sites estrangeiros*". O P2PDNS é um servidor raiz alternativo, com a intenção de se construir um novo sistema de DNS, cujo objetivo maior seria manter a Internet sem censura. Sua infraestrutura será baseada em BitTorrent. "*O objectivo é desenvolver um sistema capaz de merecer a maior confiança do que o DNS existente. Actualmente, há já código desenvolvido*

---

[193]FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*. Teoria e história. op. cit. p. 172.
[194]Idem. p. 176.
[195]BECKSTROM, R. *O futuro da ICANN*. Fala de abertura do *Primeiro fórum .ORG anual*. Washington, 28.01.10. Disponível em http://www.icann.org/pt/presentations/future-of-icann-beckstrom-28jan10-pt.htm, acessado em 16.10.11.
[196]FREE NET PROJECT. *Home*. Disponível em http://freenetproject.org/, acesssado em 20.02.12.

que é uma prova de conceito e um RFC (Request for Comments) está a caminho"[197], mas mesmo com seu desenvolvimento adiantado, ainda não há previsão para sua plena utilização.

Até este momento vimos que o desenvolvimento tecnológico e científico no capitalismo, desde sua concepção até suas consequências, não ocorrem dissociados da materialidade das relações sociais e econômicas que os engendram. *Queremos deixar claro que a tecnologia e a ciência, possuem um caráter classista, portando interesses objetivos das classes que fornecem as condições para o seu desenvolvimento, cumprindo funções específicas para o processo total de reprodução das relações sociais capitalistas*. Afirmar que a tecnologia não possui "*função de um propósito social pré-determinado: são parte do contexto histórico em meio ao qual a vida é articulada*"[198], linha defendida por autores como Andrew Feenberg, é defender que o livre mercado seria capaz de dotar o campo de produção do conhecimento científico de uma autonomia plena para todo o processo de pesquisa e desenvolvimento, exceto, e aí vindo a tornar-se determinante, em relação ao consumo do produtos que este desenvolve. Esta falsificação sobre a autonomia do campo de produção tecnológico perante a sociedade é o marco constitutivo que implica a neutralidade em seu uso – problema grave que se apresenta para a classe trabalhadora, por exemplo, na ocupação de fábricas[199] – a fetichização da tecnologia como racionalidade técnica, não social e transhistórica[200]. Como nos avisa Marx:

> A natureza não constrói máquinas, locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, selfatinas, etc. São produtos da industriosidade humana; materiais naturais transformados em órgãos da vontade humana sobre a natureza, ou da participação humana na natureza. *São órgãos do cérebro humano, criados pela mão humana*; o poder do conhecimento, objetivado. O desenvolvimento do capital fixo indica o grau geral em que o conhecimento social se tornou força direta da produção, e a que grau, consequentemente, as próprias condições do processo da vida social têm sido produzidos, não apenas na forma do conhecimento, mas também como órgãos imediatos da prática social, do processo real de vida[201].

O desenvolvimento tecnológico, possui um duplo desdobramento: primeiro, sua

---

[197]NÓBREGA, J. "Alternativa P2P tenta desafiar ICANN". *Computerworld.com.pt*. 30.11.10. http://www.computerworld.com.pt/2010/11/30/alternativa-p2p-tenta-desafiar-icann, acessado em 12.12.10.

[198]RÜDIGER, F. *As teorias da cibercultura*: perspectivas, questões e autores. op. cit. p. 68.

[199]Para fins de introdução sobre esta discussão ver NOVAES, H. T. *O fetiche da tecnologia*. A experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

[200]MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. op. cit. p. 528.

[201]MARX, K. "Grundisse. Foundations of the critique of political economy (rough draft)". Harmondsworth: Penguin Books; New Left Review, 1974. p. 706. *apud* BRYAN, N. A. P. "Educação, trabalho e tecnologia em Marx". *Educação & Tecnologia*. nº. 1. Disponível em http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1010, acessado em 10.10.11.

apropriação como maquinaria, como capital fixo ou constante, que nos "*indica o grau geral em que o conhecimento social se tornou força direta da produção*", e em seguida, sobre "*as próprias condições do processo da vida social têm sido produzidos*", ou seja, não só na produção deste conhecimento, "*mas também como órgãos imediatos da prática social, do processo real de vida*"[202]. Então, antes de perguntar-nos sobre as possibilidades em disputa sobre a apropriação de determinada tecnologia, temos sempre ter em mente que sua constituição está historicamente ligada à *fórmula da maquinaria*, que busca:

> […] não a diminuição relativa *da jornada individual de trabalho* — jornada esta que é parte necessária da jornada de trabalho mas a redução da *quantidade de trabalhadores*, isto é, das muitas jornadas paralelas, formadoras de uma jornada coletiva de trabalho, fundamental à constituição da maquinaria. Em outros termos, uma quantidade determinada de trabalhadores é posta para fora do processo de produção e seus postos de trabalho extintos como sendo, ambos, inúteis à produção de mais-trabalho. Tudo isso abstraindo da eliminação daquelas especializações surgidas mediante a divisão do trabalho de onde resulta, por conseqüência, uma depreciação da própria capacidade de trabalho […] A oposição entre capital e trabalho assalariado desenvolve-se, assim, até sua plena contradição. É no interior desta que o capital aparece como meio não somente de depreciação da capacidade viva de trabalho, mas também como meio de tomá-la *supérflua*. Em determinados processos isso ocorre por completo; em outros, esta *redução* se efetua até que se alcance *o menor número* possível no interior do conjunto da produção. O trabalho necessário coloca-se, então, imediatamente como população *supérflua*, como excedente populacional — aquela massa incapaz de gerar mais-trabalho[203].

Ao impor a ciência à produção, à divisão social do trabalho, o capitalismo expropria o conhecimento do trabalhador manual sobre seu trabalho, atribuindo ao trabalhador intelectual, o especialista, o conhecimento autorizado sobre a máquina (embora efetivamente nem o trabalhador intelectual, e muito menos o patrão, seja dotado da experiência na utilização da maquinaria, o que é constantemente reafirmado pelos trabalhadores durante as "operações padrão", ou seja, ao atuar segundo as indicações do patrão e do especialista atrasam consideravelmente o ritmo da produção). Isto aprofunda a divisão social do trabalho, separando concepção e execução, os trabalhadores manuais e intelectuais, mesmo que o produto final (expropriado do trabalhador pelo patrão) seja resultado de um trabalhador coletivo. Ou seja, *a autonomia relativa do campo de produção tecnológica explicita o*

---

[202]MARX, K. "Grundisse. Foundations of the critique of political economy (Rough draft)". Harmondsworth: Penguin Books; New Left Review, 1974. p. 706. *apud* BRYAN, N. A. P. "Educação, trabalho e tecnologia em Marx". *Educação & Tecnologia*. op. cit.

[203]MARX, K. "Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador)". *Crítica Marxista*. nº. 1. Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/CM_1.7.pdf, acessado em 11.10.11.

engendramento da tecnologia na forma e nos propósitos da classe dominante: "*a tecnologia não pode, como tal, ser isolada do uso que lhe é dado; a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração de técnicas*"[204]. O desenvolvimento tecnológico altera o próprio processo real de vida, *as condições de produção do processo da vida social*, a tecnologia insere-se diretamente no mundo da produção, o que também significa que terá um papel mediador, um desdobramento indireto na reprodução das relações sociais determinadas pela organização social de produção. Nesta consideração a superestrutura não é uma instância deslocada da base, e muito menos uma simples emanação desta, como se esta fosse uma relação mecanicista, ela é uma metáfora que indica a relação dialética e histórica entre o mundo material e suas formas espirituais – indicando que esta separação é metodológica, na realidade este processo ocorre de maneira orgânica. Ela é a mediação ideológica que tem como chão social as relações de produção – neste sentido, podemos considerá-la como parte da *ideologia histórica* que engendra os indivíduos, mediando suas possibilidades de ação.

Então, em relação à internet temos que diferenciar *suas formas e seu conteúdo*. Sua *forma*, como parte do desenvolvimento total tecnológico, não escapa a determinação do mercado, pois fazem parte de um sistema onde mercadorias são produzidas através de mercadorias[205]. Por *formas materiais* entendemos o conjunto total de produtos tecnológicos que possibilitam sua utilização: computadores, *tablets*, celulares, modems, roteadores, processadores, etc.; e a totalidade da rede de telecomunicações: linhas telefônicas, redes de fibra óptica, satélites, super servidores, etc. Mas a forma não resume-se somente ao aspecto material, pois também engendra as *formas virtuais*, como sistemas operacionais, navegadores, protocolos, etc., e também formas menores, de formatação dos diversos objetos necessários para a existência do conteúdo na internet, como vídeos, tabelas, planilhas, etc. Em síntese, as formas, em toda sua diversidade, *irão permitir e determinar a existência do conteúdo na internet*.

Em relação às formas, estas são fortemente condicionadas pelas relações de produções de determinado período histórico, tanto em seu desenvolvimento quanto em sua utilização. Ou seja, a informação está ligada diretamente às inovações na produção, na produtividade e na competitividade, que no caso da tecnologia da informação é a chamada "ponta" que atua primeiro na obsolescência programada, a necessidade do nascer e morrer de mercadorias em tempo quase instantâneo, que como já vimos, é a forma normal de submissão da indústria ao

[204]MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 19.
[205]SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

mercado financeiro no capital-imperialismo. Um paralelo possível é com o livro como suporte material, cuja produção, impressão, distribuição, etc. coloca-se disposto na lógica do mercado editorial – lembrando da forte regulamentação estatal em relação a história desta produção material, cuja apropriação pelas classes subalternas ocorreu através do alinhamento e desenvolvimento posterior da forma desenvolvida para o uso dos dominantes.

E o que chamamos de *conteúdo*, refere-se ao *conjunto total das possibilidades de interações comunicativas humanas mediadas e permitidas pelas formas (material e virtual) da tecnologia*. Esta definição extrapola a referencia à internet como uma nova mídia, já que permite a mediação de um sem número de usos comunicativos (seja no que refere-se às capacidades já instaladas como forma, a *Web* 2.0 por exemplo, ou outras ainda em caráter exploratório, como a *Web* 3.0), cuja definição por abrangência, multimidiática, acaba por não ser definida pela imposição de uma mídia sobre outra, mas a interconexão destas. Deste modo em vez de uma descrição que pode estar tornando-se obsoleta enquanto estas linhas são escritas, preferimos uma abordagem ampla para esta definição, ou seja, *todas as possibilidades comunicativas permitidas (ou mediadas) pelas formas*. Obviamente, não há como definir limites exatos entre as formas virtuais totalizantes (ao contrário das reais) e as formas menores, as *formas de mídia ou objetos*, que permitem a ação comunicativa mediada e o conteúdo neste caso, pois possuem uma relação dialética de dependência em seu desenvolvimento e utilização – mas é por esta cisão metodológica que poderemos indicar algumas possíveis relações desenvolvidas pelos indivíduos e a rede. Do mesmo modo podemos prosseguir com nosso paralelo com a produção material dos livros, mas agora abordando seu conteúdo. Segundo Terry Eagleton:

> Seria um erro insinuar que a crítica marxista se move mecanicamente do “texto”, para a “ideologia”, para as “relações sociais” e então para “as forças produtivas”. Ela lida, em vez disso com a unidade desses “níveis da sociedade”. É verdade que a literatura faz parte da superestrutura, mas ela não é apenas um reflexo passivo da base econômica. Engels esclareceu esse ponto em uma carta a Joseph Bloch em 1890 […] A intenção de Engels é negar a existência de qualquer correspondência mecânica e biunívoca entre a base e a superestrutura; os elementos da superestrutura reagem constantemente à base econômica e o influenciam. A teoria materialista da História nega que a arte possa, por si só, mudar o curso da História; mas ela insiste que a arte pode ser um elemento ativo em tal mudança. Na verdade, quando Marx se propôs a refletir sobre a relação entre a base e a superestrutura, ele escolheu justamente a arte como exemplo do caráter complexo e indireto desta relação[206].

Mesmo determinado pelo mercado em sua constituição, a forma que adquire e os

[206]EAGLETON, T. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: UNESP, 2011. p. 24-25.

balizamentos que integra como parte de determinado período histórico, o conteúdo do livro conhece uma autonomia maior que o mero reprodutor da hegemonia burguesa, até porque esta burguesia é fracionada, possuindo representações distintas de seu lugar na sociedade. Seguindo a discussão de Eagleton, "*a arte encontra-se imersa em ideologia, mas também consegue distanciar-se dela, a ponto de nos permitir 'sentir' e 'observar' a ideologia de onde surge*". Sendo que a diferença entre ciência e arte, "*não é que elas lidam com objetos de estudo diferentes, mas que lidam com os mesmos objetos de modo diferente*", enquanto "*a ciência nos fornece conhecimento conceitual de uma situação; a arte nos proporciona a experiência dessa situação, que é equivalente à ideologia. Mas ao fazer isso, ele nos permite 'ver' a natureza dessa ideologia*", deste modo encaminhando o sujeito "*ao entendimento completo da ideologia, que é o conhecimento científico*"[207].

Este espaço abre a possibilidade da disputa, através do acesso direto das classes subalternas ao consumo e à produção de bens culturais, de propaganda, de organização, agindo tanto sobre o conteúdo quanto a forma, de modo mais incisivo sobre as formas virtuais[208]. As possibilidades contra hegemônicas através da utilização da rede são tratadas pelos EUA como uma questão política relativa à manutenção da ordem econômica, atentando contra a "liberdade" do livre mercado, pensada em termos geralmente geopolíticos. Dada esta importância, os EUA atuam na manutenção de seu poder *nas duas frentes*. Uma fala de John Serabian Jr., gerente para questões de operação de informação da CIA (*Central Intelligence Agency*, Agência Central de Inteligência estadunidense) nos permite visualizar isto:

> O diretor da CIA, George Tenet, no início deste mês [Janeiro de 2000] testemunhou perante o Comitê de Inteligência do Senado em sua conferência anual de ameaças mundiais instruindo que a ameaça cibernética estrangeira é uma das principais questões transnacionais que enfrentamos como nação. Em seu testemunho, ele observou que os EUA estão cada vez mais dependentes "... do fluxo livre e seguro da tecnologia. Qualquer adversário, estrangeiro ou doméstico, que desenvolver a habilidade para interromper este fluxo "... irá ter o potencial para nos enfraquecer dramaticamente ou mesmo nos tornar desamparados." Os recentes ataques ao e-commerce enfatizam este ponto. Seja qual for suas motivações, os atacantes tiraram a ameaça do reino do abstrato e a fizeram real. O DCI [*Director of Central Intelligence*, Diretor de Inteligência Central] em seu testemunho enfatizou que " … como em tantas áreas nesta era tecnológica, nós estamos verdadeiramente em uma corrida com a tecnologia em si"[209].

---

[207]EAGLETON, T. *Marxismo e crítica literária*. op. cit. p. 39.

[208]Sobre isto ver: SMANIOTTO, M. A. "*Software* livre e possibilidades contra-hegemônicas". *Anais IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Disponível em http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt2/12_MarcosSmaniotto.pdf, acessado em 20.02.12.

[209]"*The Director of Central Intelligence, George Tenet, earlier this month testified before the Senate Select Committee on Intelligence in his annual worldwide threat briefing that the foreign cyber threat is one of the key*

Ao referir-se ao livre fluxo das informações como correspondente ao fluxo do livre mercado, Serabian enfatiza que a forma pelas quais o mercado *online*, e implicitamente o financeiro depende do controle do desenvolvimento das formas, a necessidade de sempre estar um passo a frente em termos de segurança, proteção contra o desenvolvimento desta por outros atores políticos. Este movimento abre para a maior de todas as novas demandas virtuais, o do mercado de segurança. O desenvolvimento deste setor de exploração na rede irá ocorrer dentro da mesma lógica de entrelaçamento entre Estados e a iniciativa privada do complexo industrial-militar-acadêmico. "*Tivemos a Guerra Fria, a guerra contra o terrorismo... agora temos a guerra dos códigos*"[210], ou seja, uma guerra pela utilização política e econômica desta própria tecnologia. Prossegue sua fala apontando que o "*maior desafio na próxima década*" será "*encontrar caminhos para defender nossa infraestrutura e proteger nosso comércio enquanto mantemos uma sociedade aberta*"[211]. Para tanto esta defesa não se resume a CIA, mas envolve uma articulação de todas as agências de Estado, como o NIPC (*National Infrastructure Protection Center*, Centro de Proteção de Infraestrutura Nacional), instância do FBI (*Federal Bureau of Investigation*, Bureau Federal de Investigações) com suporte da CIA, em "*avaliar estas ameaças através de todo o espectro de atores estatais e não estatais*"[212]. Isto porque "*ao contrário das ameaças da guerra fria, ameaças cibernéticas podem vir de quase todo lugar. Elas podem se originar de qualquer localização, afetar sistemas em qualquer lugar do mundo, disfarçar as origens e rotas de viagem, e fazer tudo isso instantaneamente*"[213].

---

transnational issues that we face as a nation. In that testimony he noted that the U.S. is increasingly dependent on '... the unimpeded and secure flow of technology.' Any adversary, foreign or domestic, that develops the ability to interrupt that flow '... will have the potential to weaken us dramatically or even render us helpless.' The recent e-commerce attacks underscore this point. Whatever their motivation, the attackers have taken the threat out of the realm of the abstract and made it real. The DCI in his testimony emphasized that ' ... as in so many areas in this technological age, we are truly in a race with technology itself'". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. 23.02.00. Disponível em https://www.cia.gov/news-information/speeches-testimony/2000/cyberthreats_022300.html, acessado em 10.10.10. Tradução nossa.

[210]Declaração de Cofer Black, ex agente da CIA em 03.08.11. R7. *Confrontos virtuais vão substituir a guerra fria, diz ex-agente da CIA*. Governos ainda discutem represálias aos ataques virtuais. Disponível em http://noticias.r7.com/internacional/noticias/confrontos-virtuais-vao-substituir-a-guerra-fria-diz-ex-agente-da-cia-20110803.html, acessado em 16.10.11.

[211]"*A major challenge in the next decade will be to find ways to defend our infrastructure and protect our commerce while maintaining an open society*". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. op. cit. Tradução nossa.

[212]"*I want to emphasize our need to evaluate this threat across the full spectrum of state and non-state actors, recognizing that proliferation of malicious capabilities exists at every level and across an equally broad range of potential targets. In light of the sophistication of many other countries and non-state actors in programming and Internet usage, the threat to our information systems has to be viewed as a factor requiring considerable attention by every agency of government*". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. op. cit. Tradução nossa.

[213]"*Thus, unlike the threats of the cold war, cyber threats can come from almost anywhere. They can originate*

Este discurso indica a metodologia adotada pelos EUA em relação aos seus "inimigos", que quaisquer sejam suas motivações, são enquadrados como atores estatais e não estatais. Os inimigos estatais seriam os "*muitos dos países cujos programas de guerra cibernética nós* [já] *seguimos*", e que seriam – no original, *são*, tratando qualquer espectro de ameaça como realidade indubitável – "*os mesmos que, em um confronto militar convencional com os Estados Unidos, não iriam triunfar*". Sendo que então para estes países "*os ataques cibernéticos, lançado de dentro ou de fora dos EUA, contra os sistemas informáticos públicos e privados nos EUA*", que seriam necessários "*para nivelar o campo de jogo durante uma crise armada contra os Estados Unidos*"[214]. Seriam então relevantes declarações feitas por militares estrangeiros:

> Em uma entrevista um oficial Russo sênior comentou que um ataque contra um alvo nacional, como transportes ou o sistema de distribuição de energia iria – e eu cito – "... em virtude de suas conseqüências catastróficas, iria coincidir completamente com o uso de [armas] de destruição em massa ". Um General Chinês em 1996 indicou em uma publicação militar que em futuras guerras computadores seriam vulneráveis em três maneiras. "Nós podemos fazer os centros de comando do inimigo não funcionarem alterando seu sistema de dados. Podemos fazer o "quartel-general" do inimigo fazer o julgamento incorreto enviando desinformação. Podemos dominar o sistema bancário do inimigo e até mesmo a sua ordem social como um todo." Como esses casos ilustram, o campo de batalha da era da informação certamente incluiria ataques contra nossa infraestrutura nacional[215].

Os atores não estatais considerados (e tratados) como ameaças eminentes seriam essencialmente terroristas – mesmo que se qualifique de modo distinto os diferentes atores, o modo de se operar em relação a todos é o mesmo. "*Alguns podem ser alinhadas com cultos ou*

---

from any location, affect systems anywhere in the world, disguise origins and travel routes, and do it all instantaneously. CIA focuses on threats overseas, but it is often difficult until very late in a given scenario to know whether an attack ultimately originated overseas or if an overseas computer is merely an intermediate step". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. op. cit. Tradução nossa.

[214] "*Many of the countries whose cyber warfare programs we follow are the same ones that realize that, in a conventional military confrontation with the United States, they will not prevail. These countries perceive that cyber attacks, launched from within or outside the U.S., against public and private computer systems in the U.S., represent the kind of asymmetric option they will need to level the playing field during an armed crisis against the United States*". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. op. cit. Tradução nossa.

[215] "*In an interview a senior Russian official commented that an attack against a national target such as transportation or electrical power distribution would - and I quote - ". . . by virtue of its catastrophic consequences, completely overlap with the use of [weapons] of mass destruction." A Chinese General in 1996 indicated in a military publication that in future wars computers would be vulnerable in three ways. "We can make the enemy's command centers not work by changing their data system. We can cause the enemy's headquarters to make incorrect judgment by sending disinformation. We can dominate the enemy's banking system and even its entire social order." As these anecdotes illustrate, the battle space of the information age would surely include attacks against our domestic infrastructure*". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. op. cit. Tradução nossa.

grupos do ódio, e outros ainda podem ser patrocinados por empresas industriais estrangeiras que tentam roubar informações confidenciais de seus concorrentes". Então, "*terroristas e outros atores não estatais têm vindo a reconhecer que as armas cibernéticas podem lhes oferecer então novas ferramentas, de baixo custo, e fáceis de esconder para apoiar as suas causas*"[216]. Sendo que, estes "*já fazem uso da Internet para comunicar-se, levantar fundos, recrutar e coletar informações de inteligência*"[217]. Entre os diversos grupos que já utilizaram plenamente a rede, citam-se o Hezbollah, o Hamas e Al´Qaeda, e outros exemplos como:

> Um grupo que se denomina Tigres Negros da Internet assumiu responsabilidade pelos ataques em Agosto de 1998 no sistema de e-mails dos postos diplomáticos do Sri Lanka pelo mundo, incluindo aqueles nos Estados Unidos. Simpatizantes do Terceiro Mundo dos rebeldes Mexicanos Zapatistas tiraram do ar páginas da web pertencentes a instituições financeiras mexicanas. Enquanto este ataque não resultou em dano para os alvos, foi considerado um sucesso pelos ativistas e foram utilizados para gerar propaganda e angariar simpatizantes. Separatistas curdos na Grécia e Turquia, separatistas da Caxemira e rebeldes Zapatistas no México também hackearam páginas oficiais do governo na web e postaram nelas propaganda antigovernamental e fotos[218].

O reconhecimento das possibilidades contra hegemônicas, mesmo que resumindo os mais diversos grupos como terroristas, para um combate comum e unificado, nos aponta para as possibilidades que o uso da rede poderia oferecer para a construção coletiva de projetos de sociedade alternativos. Como Robert S. Mueller, diretor do FBI, explana com preocupação em um de seus discursos, "*a Internet se tornou a plataforma primária para comunicação. Ela também se tornou uma ferramenta para disseminar propaganda extremista, e para recrutamento de terroristas, treinamento e planejamento*". Dentre seus diversos usos, ela possibilita a construção de uma "*rede social para os extremistas semelhantes*

---

[216]"*Some may be aligned with cults or hate groups, and still others may be sponsored by foreign industrial concerns attempting to steal proprietary information from competitors. Terrorists and other non-state actors have come to recognize that cyber weapons offer them new, low-cost, easily hidden tools to support their causes*". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. op. cit. Tradução nossa.

[217]"*Terrorists and extremists already use the Internet to communicate, to raise funds, recruit, and gather intelligence. They may even launch attacks remotely from countries where their actions are not illegal or with whom we have no extradition agreements*". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. op. cit. Tradução nossa.

[218]"*A group calling themselves the Internet Black Tigers took responsibility for attacks in August 1998 on the email systems of Sri Lankan diplomatic posts around the world, including those in the United States. Third-country sympathizers of the Mexican Zapatista rebels crashed web pages belonging to Mexican financial institutions. While such attacks did not result in damage to the targets, they were portrayed as successful by the activists and used to generate propaganda and rally supporters. Kurdish separatists in Greece and Turkey, Kashmiri separatists in India, and Zapatista rebels in Mexico have also hacked official government Web pages and posted anti-government propaganda and pictures*". SERABIAN, J. A. Jr. *Cyber threats and the US economy*. op. cit. Tradução nossa.

intelectualmente... incluindo aqueles que ainda não radicalizaram, mas que podem tornar-se [radicais] *através do anonimato do ciberespaço*". E finaliza categórico: "*em outras palavras, a Internet se tornou um facilitador – e até um acelerador – para a atividade terrorista e criminosa*"[219].

Obviamente, não compartilhamos a caracterização superficial destes diversos grupos (por eles tomada como fato), o que segundo Enrique Padrós é característico das próprias fontes oficiais, "*cuja lógica interna (informação, contra-informação, pontos de vista, etc.) pode capturar o leitor desatento prejudicando seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade*"[220], sendo que mesmo quando há indicações tomadas como verdadeiras, advindas do senso comum, ou de posições midiáticas de massa, trata-se de uma caracterização primária, definida por interesses imediatos. Também não concordamos com a naturalização da rede como instrumento primário de comunicação, o que pode ser objetivamente levantado na possibilidade de acesso ao *hardware* e à própria rede, mas aqui é importante apontar que toda preocupação estadunidense em regular, dar forma e manter o controle direto sobre este espaço social tem uma justificativa clara, a de reproduzir e aprofundar as relações sociais vigentes sob o capitalismo, tendo preocupações tanto em relação a sua posição como nação hegemônica quanto o acirramento da luta de classes dentro das formações sociais. Como já escreveu Antonio Gramsci:

> As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre elas em certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). De resto, as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos)[221].

Então para nós, não significa que a internet seja instrumento direto para a dominação

---

[219]"*The Internet has become a primary platform for communication. It has also become a tool for spreading extremist propaganda, and for terrorist recruiting, training, and planning. It is a means of social networking for like-minded extremists...including those who are not yet radicalized, but who may become so through the anonymity of cyberspace. In other words, the Internet has become a facilitator—even an accelerant—for terrorist and criminal activity*". MUELLER, R. S. III. *Countering the terrorist threat*. Preparedness group conference. 06.10.10. Disponível em http://www.fbi.gov/news/speeches/countering-the-terrorism-threat, acessado em 12.11.10. Tradução nossa.

[220]PADRÓS, E. S. "História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos". *Tempo e argumento*. nº. 1. Disponível em http://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708/599, acessado em 12.12.10.

[221]GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. op. cit. p. 20.

imperialista de um único país, mas que seu uso atual é majoritariamente voltado para a reprodução ampliada do capital-imperialismo, expropriando e expandindo as relações sociais capitalistas para praticamente todas as localidades que ainda conseguiam resistir a sua plena inserção no sistema dominante. Como situa Dênis de Moraes:

> O sistema tecnológico incorpora ao capitalismo a sua lógica expansiva, caracterizada pela contínua integração dos fluxos de informação em um sistema comum de altíssima velocidade, a um custo decrescente (em boa parte assegurada pela redução da força de trabalho em face da introdução de tecnologias de ponta). É por meio da absorção de privilegiados que as forças do capital garantem o monopólio de acesso a conhecimentos essenciais à volatilidade das transações financeiras e à constituição de dividendos competitivos. A fluidez informativa possibilitada pelas tecnologias, portanto, não representa um bem comum e não desfaz, por si só, exclusões na periferia do capitalismo. Apenas grandes empresas e instituições hegemônicas têm a prerrogativa de utilizá-la extensivamente em função de seus interesses particulares[222].

Sua ampliação da rede mundial de computadores, como parte do amplo desenvolvimento das tecnologias de informação, garantiu diretamente a mundialização do capital monetário, tornando acessível o investimento em todas as bolsas de valores e investimentos do mundo para qualquer capitalista, atuando diretamente na predominância do capital portador de juros sob o capital funcionante. Como parte do complexo militar-industrial-acadêmico garantiu a plena subalternização à tecnologia produzida nos países capitalista avançados, diretamente tributária do investimento estatal. Funciona ampliando a demanda do complexo, que serve por si só como elemento de contenção para as crises de superprodução, no que também participa através das estratégias de manipulação de demanda, através da obsolescência programada. Serve como peça crucial para a ofensiva do capital contra o trabalho, como parte do movimento maior de expropriações secundárias, servindo como modo operacional para a reestruturação produtiva tanto no setor primário como secundário da economia. Serve como fio condutor para a disseminação ideológica de todo um modo de ser, hegemonia que mesmo em disputa, ocorre em condições altamente desiguais – esta disseminação hegemônica de modo algum se faz em cisão ao elemento coercitivo, visto os ataques desencadeados pela guerra cibernética e o controle direto da tecnologia pelos Estados Unidos (o que não deve presumir que não há conflitos postos neste controle), como tratados aqui acerca da internet, mas que poderia também ser expandido para o sistema de

---

[222]MORAES, D. de. "Mídia e poder mundial". *História e Luta de Classes*. nº. 2, fevereiro, 2006. Disponível em http://site.projetoham.com.br/arquivos/revistas/2.Linguagem%20Comunicacao%20e%20Cultura.edicaocompleta.pdf, acessado em 13.10.11.

GPS (*Global Positioning System*)[223].

[223]Seu predomínio é evidente na relação das línguas mais utilizadas na rede (por milhões de usuários): 1º Inglês: 536,6; 2º Mandarim: 444,9; 3º Espanhol: 153,3; 4º Japonês: 99,1; 5º Português: 82,5; 6º Alemão: 75,2; 7º Árabe: 65,4; 8º Francês: 59,8; 9º Russo: 59,7; 10º Coreano: 39,4; Total das outras línguas: 350,6. INTERNET WORLD STATS. *Internet world users by language*. Disponível em www.internetworldstats.com/stats7.htm, acessado em 10.09.10.

3. A INTERNET NO BRASIL:

“*Por que o computador/Pode chegar ao sertão/E na internet não/Tem lugar pra rimador?*
[...] *Quero o futuro no páreo/Mas não esqueço o passado*”.

Walter Medeiros. *A peleja do cordel de feira com a internet*.

Neste capítulo iremos abordar a entrada e expansão da rede mundial de computadores no Brasil, focando a utilização política da tecnologia como parte do processo de constituição da hegemonia ultraliberal, a governança da rede através do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), a expansão de seu alcance pelo território e utilização pela população. Entendemos o Estado capitalista como uma condensação material de uma relação de forças, ou seja, perpassado pela luta entre as classes e frações de classes[224], o que impede que o tornemos sujeito histórico ou como mero “instrumento”. Sua materialidade institucional é marcada pelas relações sociais de produção e pela divisão social do trabalho, contradições que são inseridas em sua própria estrutura. Assim, o Estado também torna-se um produtor de hegemonia, e conta com determinada “autonomia relativa”, seja por sua linguagem, tempo e agentes próprios (a elite política e a burocracia), seja por ter o poder de delimitar as formas da exploração, o que só é possível através de seu conjunto de aparelhos sustentados pela divisão entre trabalho manual e intelectual, e a atuação orgânica deste último com a dominação política – processo de “*legitimação de práticas do Estado e de seus agentes como portadores de um saber particular, de uma racionalidade intrínseca... A apropriação da ciência pelo capital se faz certamente na fábrica, mas igualmente pelo Estado*”[225].

No Brasil, a internet chega graças a iniciativas isoladas de pesquisadores universitários pertencentes a instituições como a Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)[226], que a partir de 1987 começaram a construir redes que os ligavam ao BITNET estadunidense[227] – estes pesquisadores e instituições irão ser tratadas como os “pioneiros” da rede no país, em tentativa de assim se afirmarem como agentes competentes para atuarem politicamente em todo o processo. A rede só irá tornar-se objeto de uma política estatal específica em 1990, quando o Ministério da Ciência e Tecnologia lança a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), que irá disseminar o primeiro *backbone* nacional no ano

[224]POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 185.
[225]Idem. p. 64.
[226]CARVALHO, M. L. B. de. *Linha do tempo da internet no Brasil*. Disponível em http://homepages.dcc.ufmg.br/~mlbc/cursos/internet/historia/Brasil.html, acessado em 20.10.10.
[227]SILVA, M. T. C. da. *A geopolítica da rede e a governança global de internet a partir da cúpula mundial da sociedade da informação*. op. cit. p. 200-210.

seguinte, sendo que em 1993, este já conectava onze Estados da federação a velocidades mínimas de 9.600 bits por segundo, em grande medida impulsionados por investimentos feitos em relação à rede para organização da *Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento* em 1992 no Rio de Janeiro (mais conhecida como ECO 92). No ano de 1995,

> cerca de 400 instituições de ensino e pesquisa do país se ligaram em rede, incluindo a maioria das universidades e institutos de pesquisa governamentais; Estimativa: 60.000 usuário ativos para uso acadêmico; Segundo as estimativas da época, mais de 10.000 hosts estavam interligados em rede no Brasil. Adotada a premissa de que cada host era utilizado por seis usuários, o número total de usuários ativos era estimado em 60 mil, primariamente para uso acadêmico[228].

Em abril do mesmo ano, dois anos após a liberação nos EUA para a exploração comercial, o mesmo ocorre no nosso país. Esta abertura foi considerada estratégica para a ampliação da capacidade da rede: "*Essa 'privatização' da rede, ao contrário do que ocorreu nos EUA, deu-se, no Brasil, como se fosse algo natural, sem maiores discussões sobre serviço público, universalização ou os termos que tradicionalmente animam o debate político nacional sobre comunicação*"[229]. Esta desdobrou-se pela ampliação e reconfiguração do RNP em um *backbone* de uso misto (comercial e acadêmico). Com destaque para a iniciativa privada, já que existiam onze empresas participando do servidor www da Embratel:

> A espinha dorsal da RNP previu pontos de presença em todas as capitais do país, ligação entre as capitais geradoras de maior tráfego a velocidades de 2Mbits/seg (em substituição aos 64Kbits/seg anteriores) e transformação das ligações de 9.6 Kbits/seg em ligações a 64K bits/seg. Para complementar a conectividade na região amazônica, incluindo as cidades Tefé (AM), Cáceres (MT), Santarém e Marabá (PA), Alcântara (MA) e Fernando de Noronha (PE), o MCT estabeleceu um convênio com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal[230].

O crescimento posterior da rede é relegado para o mercado, através das privatizações e em menor parte pela ampliação dos *backbones* privados, embora sua estrutura continue vinculada a governança da internet e às políticas públicas de comunicação. Em 2012 existem seis *backbones* nacionais: a RNP, a Embratel, o Banco Rural, a Unisys, a Global-One e a IBM (que inicia baseada nos EUA). Mas como Carlos Afonso aponta, em artigo de 2000, essa ampliação não ocorreu em termos de democratização:

---

[228]CARVALHO, M. L. B. de. *História da internet Brasil*. op. cit.
[229]BOLAÑO, C. R. S.; CASTAÑEDA, M. V. *A economia política da internet e sua crise*. op. cit.
[230]CARVALHO, M. L. B. de. *História da internet Brasil*. op. cit.

> Tal como todos os outros recursos brasileiros, a infraestrutura básica para a disseminação da Internet é restrita aos principais municípios e prioriza as camadas mais abastadas da sociedade, tendo como paradigma de utilização o acesso individual que reproduz nossa política de transportes. Tal como esta é feita para quem tem carro, nossas "autopistas da informação" são feitas para quem tem microcomputador, linha telefônica e dinheiro para pagar o acesso à Internet – ou seja, para os ricos. Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, menos de 300 (ou menos de 6%) conta com a infraestrutura mínima necessária para que possam ser instalados serviços locais de acesso à Internet. Os cerca de cinco milhões de usuários da Internet no Brasil são menos de 3% de nossa população. O Brasil é de longe o pior colocado em números per capita de usuários, computadores pessoais, linhas telefônicas e servidores Internet (hosts) entre as nove maiores economias do mundo. Os circuitos que conectam os provedores de serviços à Internet estão entre os mais caros do mundo, inviabilizando o pequeno provedor de serviços em áreas menos ricas. Não há no país nenhum plano em escala nacional para implantar mecanismos efetivos e abrangentes de democratização de acesso, como telecentros em áreas, cidades ou bairros de menos recursos, conexão maciça de escolas públicas, programas de treinamento básico, pesquisa em alternativas de conexão a baixo custo etc. Um amplo programa poderia ser realizado em menos de dois anos gastando menos de 0,2% do PIB, mas não há sequer estudos de viabilidade planejados para isso no programa oficial da "sociedade da informação" até agora proposto[231].

Embora distem 12 anos no tempo, estas críticas continuam válidas, mesmo tendo existido uma real ampliação da rede, especialmente relativa à banda larga no Brasil, os avanços fizeram-se insuficientes e de maneira a agraciar somente interesses mercadológicos: existem grandes áreas no país ainda sem possuir disponível estes serviços, há apenas 5,8 conexões para cada 100 brasileiros, e os serviços extremamente caros, 24 vezes mais caros do que nos EUA. Cerca de 104,7 milhões de brasileiros não acessam a internet[232].

As ações sobre a internet dentro do aparelho de Estado foram articuladas em diversas instâncias, sendo que uma síntese oficial do processo está no *Livro verde da sociedade da informação no Brasil,* lançado em 2000 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O livro resulta de discussões de cerca de cento e cinquenta especialistas e atores políticos (entre empresas, universidades públicas e privadas, instituições estatais e não governamentais), reunidos em doze grupos de trabalho, cuja coordenação geral foi de Tadao Takahashi. Segundo a biografia de indicados para o ICANN de 2003, ele

> [...] foi fundador e ex-diretor da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa do Brasil (RNP), a internet acadêmica no Brasil. Desde 1999, ele serviu como

---

[231]AFONSO, C. A. *Internet no Brasil*: o acesso para todos é possível? Disponível em http://reseau.crdi.ca/uploads/user-S/10245206800panlacafoant.pdf, acessado em 10.10.10.
[232]SALVADORI, F. "Banda larga no Brasil é cara e ruim; entenda". *Galileu*. Disponível em http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI138571-17770,00-BANDA+LARGA+NO+BRASIL+E+CARA+E+RUIM+ENTENDA.html, acessado em 03.05.11.

presidente do Programa Nacional do Brasil para a Sociedade da Informação. Atualmente atua como presidente do Capítulo Brasileiro da Internet Society, na qual ele é um promotor para uma maior participação dos usuários da Internet do Brasil nas discussões sobre o futuro da Internet. De 1995-1996 e novamente de 1999-2002, o Sr. Takahashi foi membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Presidente pela América Latina e pelo Nó de Extensão do Caribe Nó da Força Tarefa das Nações Unidas para TIC, o Sr. Takahashi tem uma paixão pelo entendimento das necessidades e interesses dos usuários individuais da Internet, especialmente os de comunidades de baixa renda. Trabalhando para trazer acesso à Internet para crianças em regiões mais remotas da América Latina, o Sr. Takahashi teria negociado com traficantes a permissão para instalar telecentros para acesso à Internet nas regiões que controlam. O Sr. Takahashi também atuou no Comitê Consultivo de Membros original da ICANN em 1998[233].

As propostas do *Livro verde* vão além de seu campo específico, visto que para sua implementação desvelam parte de um programa maior, um "novo paradigma", que segundo eles, afetaria "*do mesmo modo, regiões, segmentos sociais, setores econômicos, organizações e indivíduos*"[234]. Nota-se claramente, a naturalização da sociedade da informação como superação histórica, baseado em um determinismo tecnológico. "*Rapidamente nos adaptamos a essas novidades* [tecnológicas] *e passamos – em geral, sem uma percepção clara nem maiores questionamentos – a viver na Sociedade da Informação*", esta caracterizada como "*uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais*"[235].

Neste ponto o *Livro verde* não poderia fazer-se mais claro, quando afirma que "*a sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico*". E o marcam como "*um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de*

---

[233]"*Tadao Takahashi is the founder and former Director of Brazil's National Research Network (RNP), the Academic Internet in Brazil. Since 1999, he has served as Chair of Brazil's National Program for the Information Society. He currently serves as Chair of the Brazilian Chapter of the Internet Society, which he has promoted as a platform for wider participation of Brazil's Internet users in discussions about the future of the Internet. From 1995-1996 and again from 1999-2002, Mr. Takahashi was a member of Brazil's Internet Steering Committee. Chair of the Latin America and Caribbean Outreach Node of the United Nation's ICT Task Force, Mr. Takahashi has a passion for understanding the needs and interests of individual users on the Internet, particularly those from low-income communities. Working to bring Internet access to children in Latin America's most remote regions, Mr. Takahashi has even negotiated with drug lords for permission to install telecenters for Internet access in regions they control. Mr. Takahashi also served on ICANN's original Membership Advisory Committee in 1998*". ICANN. *Nominees of the 2003 Nominating Committee to the ICANN board, GNSO council, and At-Large advisory committee*. 16.06.03. Disponível em http://www.icann.org/en/committees/nom-comm/nominee-biographies-16jun03.htm, acessado em 05.12.11. Tradução nossa.

[234]TAKAHASHI, T. (org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2000. p. 5.

[235]Idem. p. 3.

informações disponível". Considerado também em "*sua dimensão político-econômica, decorrente da contribuição da infra-estrutura de informações para que as regiões sejam mais ou menos atraentes em relação aos negócios e empreendimentos*", já que "*sua importância assemelha-se à de uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades*". E termina afirmando sua "*marcante dimensão social, em virtude do seu elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação*"[236]. Este tipo de percepção acaba por ser reproduzida em uma série de instâncias do aparelho de Estado brasileiro, e como vê-se na citação seguinte, possui uma intenção social clara:

> A difusão acelerada das novas tecnologias de informação e comunicação vem promovendo profundas transformações na economia mundial e está na origem de um novo padrão de competição globalizado, em que a capacidade de gerar inovações em intervalos de tempo cada vez mais reduzidos é de vital importância para empresas e países. A utilização intensiva dessas tecnologias *introduz maior racionalidade e flexibilidade nos processos produtivos, tornando-os mais eficientes quanto ao uso do capital, trabalho e recursos naturais*. Propiciam, ao mesmo tempo, *o surgimento de meios e ferramentas para a produção e comercialização de produtos e serviços* inovadores, bem como novas oportunidades de investimento[237].

Este tipo de argumentação, tratada em termos de definição de um novo padrão, um novo paradigma, esvaziado de argumentação social, já que determinado pelas novas tecnologias, e assim tratado como inevitável, cabendo à sociedade adaptar-se a este, ou sucumbir, tal qual a URSS para Castells[238], que simplesmente teria se tornado anacrônica. Como James Petras adverte, "*a lógica capitalista é uma lógica linear do capital, que o vê mover-se para cima e para fora sem nenhuma compreensão de sua ascensão e declínio*", ainda deixando de situar esta "*'lógica' em relação ao papel da política, ideologia e políticas de Estado na fixação dos parâmetros e condições para a acumulação do capital*"[239].

Então estes ideólogos tem que compor sua ruptura para os termos políticos nacionais, através das diferenças atribuídas ao desenvolvimento tecnológico nas distintas formações sociais: "*a sociedade da informação está sendo construída em meio a diferentes condições e projetos de desenvolvimento social, segundo estratégias moldadas de acordo com cada contexto*", sendo que já estariam "*transformando as estruturas e as práticas de produção, comercialização e consumo e de cooperação e competição entre os agentes, alterando, enfim,*

---

[236]TAKAHASHI, T. (org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. op. cit. p. 5.
[237]Idem. p. 17. Grifos nossos.
[238]CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. op. cit. p. 47.
[239]PETRAS, J. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999. p. 31-32.

a própria cadeia de geração de valor". Assim sendo "*os países economicamente desenvolvidos, bem como boa parte daqueles em vias de desenvolvimento, já adotam políticas e iniciativas voltadas para a sociedade da informação*", sendo que ao Estado nacional caberia "*acelerar o processo de articulação efetiva de um programa nacional para a sociedade da informação*".

Como atrelada diretamente a prática política, este processo é pontuado em seus "sucessos", ou seja, servindo-se de alavanca para levar a prática de implementação ultraliberal adiante: "*a Internet brasileira teve grande impulso, primeiramente na comunidade científica e, logo após, como plataforma de expansão do setor privado, estando aberta também a serviços de natureza comercial desde 1995*", associada à "*privatização de todo o sistema brasileiro e a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), fatores que estão permitindo maior e mais rápida disponibilidade de acesso aos meios de comunicação*" [240]. O que se soma às "*atividades comerciais no Brasil que se valem da Internet estão ganhando enorme expressão, a ponto de perfazerem praticamente metade do mercado latino-americano, em número de usuários e em volume de transações e negócios*", além de "*algumas aplicações de governo têm tido enorme impacto, tanto na melhoria da eficiência interna de funcionamento como na prestação de serviços ao cidadão*", e contando com a "*base tecnológica instalada no País e um considerável contingente de recursos humanos qualificados, abarcando desde pesquisa e desenvolvimento até fomento a empreendimentos*"[241]. Sendo assim,

> o País dispõe, pois, dos elementos essenciais para a condução de uma iniciativa nacional rumo à sociedade da informação. E a emergência do novo paradigma constitui, para o Brasil, oportunidade sem precedentes de prestar significativa contribuição para resgatar a sua dívida social, alavancar o desenvolvimento e manter uma posição de competitividade econômica no cenário internacional. *A inserção favorável nessa nova onda requer, entretanto, além de base tecnológica e de infraestrutura adequadas, um conjunto de condições e de inovações nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo em geral*[242].

Quando se referem à inserção do país na "sociedade da informação", temos de ter em mente a sua abertura às "determinações" desta nova economia, ação coordenada entre a abertura comercial, a chamada reestruturação produtiva na produção na busca pelo fim efetivo dos direitos dos trabalhadores, sobretudo os manuais (quando não sua plena extinção do

---

[240]TAKAHASHI, T. (org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. op. cit. p. 5.
[241]Idem.
[242]Ibidem. p. 5-6.

processo produtivo). Segundo Ronaldo Sardenberg, Ministro da Ciência e Tecnologia do período:

> O conhecimento tornou-se, hoje mais do que no passado, um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. A nova situação tem reflexos no sistema econômico e político. A soberania e a autonomia dos países passam mundialmente por uma nova leitura, e sua manutenção - que é essencial - depende nitidamente do conhecimento, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico [...] Alavancar o desenvolvimento da Nova Economia em nosso País compreende acelerar a introdução dessas tecnologias no ambiente empresarial brasileiro, objetivo de um dos mais ambiciosos programas do Avança Brasil: o Programa Sociedade da Informação, que resulta de trabalho iniciado em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Sua finalidade substantiva é lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Essa iniciativa permitirá alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial[243].

Estas afirmações são baseadas ideologicamente neste "salto para o futuro" que supostamente ocorreria pela inserção do país na "era da informação". Como afirma Eliane Mora, "*o governo e a classe dominante lançam uma cortina de fumaça argumentando que o desemprego é fruto da desqualificação dos trabalhadores e, por isso, se faria necessário um amplo programa de qualificação profissional*", sustentando, desta maneira, "*que cada trabalhador esteja mais preparado para competir por um emprego*", ou seja, "*primeiro o governo tenta responsabilizar o próprio trabalhador por estar desempregado ou com o emprego sob risco. Depois, tenta vender a ilusão de que, com mais qualificação, fica mais fácil garantir emprego*". A autora deixa isto em termos claros: "*mentiras óbvias, pois, se assim fosse, nos países centrais não haveria taxas de desemprego tão altas, posto que o nível de escolaridade e qualificação profissional são muito superiores aos dos países periféricos*", concluindo que, se "*requalificação profissional ou a educação são formas eficazes para combater o desemprego implica a ilusão de que estas poderão criar os postos de trabalho fechados pelo capital*"[244]. Francisco de Oliveira analisa criticamente este processo:

> Avassalada pela terceira revolução industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato. Em sua dupla constituição, as formas concretas e a "essência" abstrata, o

---

[243]SARDENBERG, R. M. "Apresentação". *In.* TAKAHASHI, T. (org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. op. cit. p. V.

[244]MORA, E. A. "Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos". *Outubro*. nº. 6. Disponível em http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/06/out6_06.pdf, acessado em 10.11.10.

> consumo das forças de trabalho vivas encontrava obstáculos, a porosidade entre o tempo de trabalho total e o tempo de trabalho da produção. Todo o crescimento da produtividade do trabalho é a luta do capital para encurtar a distância entre essas duas grandezas. *Teoricamente, trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão. Aqui, quase se fundem mais-valia absoluta e relativa: absoluta porque o capital usa o trabalhador quando necessita dele, relativa porque isso é possível somente devido à enorme produtividade. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrário. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção.* Os serviços são o lugar da divisão social do trabalho onde essa ruptura já aparece com clareza. Cria-se uma espécie de "trabalho abstrato virtual". As formas "exóticas" desse trabalho abstrato virtual estão ali onde o trabalho aparece como diversão, entretenimento, comunidade entre trabalhadores e consumidores: nos shoppings centers. Mas é na informação que reside o trabalho abstrato virtual. *O trabalho mais pesado, mais primitivo, é também lugar do trabalho abstrato virtual. Sua forma, uma fantasmagoria, um não-lugar, um não-tempo, que é igual a tempo total. Pense-se em alguém em sua casa, acessando sua conta bancária pelo seu computador, fazendo o trabalho que antes cabia a um bancário: de que trabalho se trata?*[245]

Retornando para o *Livro verde*: "*o longo período de crise na evolução brasileira no setor se estendeu até 1995, quando o Governo Federal propôs novas diretrizes, que seriam sancionadas em uma nova Lei de Telecomunicações*", que priorizou a "*privatização do sistema Telebrás; concepção de um regime de duopólio para todos os serviços durante um período de transação até o final de 2001; competição crescentemente ampla a partir de 2002*"[246]. Este processo de desmonte das estatais, justificada pelo símbolo de "*modernização*"[247], se articulou com diversas proposições, aqui a mais significativa, a Lei de Informática (Lei nº 5.804), do governo Fernando Collor. Esta acabava com o poder da Secretaria Especial de Informática (SEI), criada em 1979 para "*militarizar a questão da informática como forma de garantir o protecionismo nacional*", de controlar a importação do setor, assim acabando com a reserva de mercado nacional, com os incentivos fiscais, e diminuindo a porcentagem de acionistas (entre físicas e jurídicas de capital votante) brasileiros para que a empresa fosse considerada de capital nacional de setenta para cinquenta e um por cento[248]. Augusto Gadelha faz uma síntese deste processo na revista de 15 anos do

---

[245]OLIVEIRA, F. de. *O ornitorrinco*. Disponível em http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Oliveira,%20Francisco/Francisco%20de%20Oliveira%20-%20O%20Ornitorrinco.rtf, acessado em 13.12.10. Grifos nossos.

[246]TAKAHASHI, T. (org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. op. cit. p. 121.

[247]GADELHA, A. C. "Editorial". *CGI.br.* nº. 3. Disponível em http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03, acessado em 18.11.10.

[248]ZAVERUCHA, J. *Frágil democracia*: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 64-65.

CGI.br:

> Iniciamos na década de 1980 com a criação de redes acadêmicas que, apesar das dificuldades impostas pelo monopólio da Embratel no transporte internacional de dados (as denominadas "transfronteiras"), lograram se conectar às redes acadêmicas dos EUA no final da década. Essas redes acadêmicas foram as precursoras da Internet no País […] No início da década de 1990, com a criação da RNP por iniciativa do MCT, consolidada pela equipe comandada por Tadao Takahashi, e com o estabelecimento da primeira conexão com protocolo TCP/IP, pela equipe liderada por Demi Getschko na Fapesp, o Brasil começou efetivamente a participar da Internet […] O Terceiro Setor no Brasil, sob a liderança de Betinho, contribui para a expansão de nossa rede primordial, ao usá-la (apesar das dificuldades de então) para divulgar, pelo mundo todo, a ECO-92 realizada no Rio de Janeiro […] Em seguida vieram os empreendedores que perceberem as oportunidades de novos negócios de provimento de acesso e de conteúdos para a Internet. A participação mais ampla da sociedade, em particular das empresas, se dá com a disseminação do uso da Web. Até meados de 1995, todos esses atores estavam conversando, mas isoladamente em suas próprias comunidades. O Governo, na recém-inaugurada Nova República, percebeu a importância da rede e a mobilização crescente criada em torno dela. A necessidade de coordenar esses esforços motivou a criação do CGI.br[249].

A lógica da acumulação e da exploração permeia a disseminação e popularização da internet no Brasil, servindo como suporte, como justificativa e processo pela implementação do ultraliberalismo. A mesma Lei de informática do Collor, mesmo analisada dentro do desastre de seu plano econômico e dos casos de corrupção de seu governo, é considerada estes marco decisivo para o país. José Carlos Cavalcanti, professor de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no lançamento do Grupo de Trabalho de Economia de Redes pelo CGI.br em 1995, do qual é um dos coordenadores, explicita como se dá a relação entre democratização como acesso universal à internet no Brasil, pensado como direito social, e democracia como possibilidade de escolha dos representantes do CGI.br, momento de disputas entre grandes empresas fornecedoras ou operadoras de tecnologia de informação:

> A missão deste GT está segmentada em duas dimensões: a Macroeconômica e a Microeconômica. Na dimensão Macro, o GT procura dotar a Internet/Br de instrumentos para que ela se coloque a serviço da definição de um Modelo Brasileiro de Reestruturação Industrial, em um contexto de abertura e integração econômicas. Na dimensão Micro, o GT procura dotar a Internet/Br de instrumentos da teoria e prática econômicas que dêem auto-sustentação econômico-financeira (dentro dos critérios de eficiência e equidade) aos seus objetivos primordiais de: - Cobertura nacional e ampla capilaridade; - Vasta gama de aplicações, e - Baixo custo para o usuário final, com papel prioritário

[249] GADELHA, A. C. "Editorial". *CGI.br*. nº. 3. op. cit.

para a livre iniciativa[250].

Como visto, em nenhum momento esconde-se sob qual perspectiva política, econômica e social esta tecnologia deve servir. Novamente assinalemos, este processo é sempre reafirmado em termos de determinação histórica, ao qual somente nos caberia como papel a sujeição. Segundo Francisco de Oliveira, o capitalismo brasileiro "*perdeu a capacidade de escolha, de 'seleção', e por isso é uma evolução truncada: como sugere a literatura da economia da tecnologia, o progresso técnico é incremental*", baseado numa escala "*evolucionista, neoschumpeteriana*", já que esta "*revolução molecular-digital anula a fronteira entre ciência e tecnologia: as duas são trabalhadas agora num mesmo processo, numa mesma unidade teórico-metodológica. Faz-se ciência fazendo tecnologia e vice-versa*". E já que o progresso se faz "*incremental, ele depende fundamentalmente da acumulação científico-tecnológica anterior. Enquanto o progresso técnico da Segunda Revolução Industrial permitia saltar à frente, operando por rupturas sem prévia acumulação técnico-científica*", pois tratava-se "*de conhecimento difuso e universal*", este "*o novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes, e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações. E ele é descartável, efêmero*". Isto tem consequências drásticas sobre os países periféricos, pois "*essa combinação de descartabilidade, efemeridade e progresso incremental corta o passo às economias e sociedades que permanecem na rabeira do conhecimento técnico-científico*".

Do que se extraem duas implicações com as quais já lidamos, e que só tendem a se aprofundar: "*do ponto de vista da acumulação de capital, isto tem profundas consequências. A primeira e mais óbvia é que os países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica*", ou seja "*uma espécie de eterna corrida contra o relógio*". E a segunda, segundo ele, "*menos óbvia, é que a acumulação que se realiza em termos de cópia do descartável, também entra em obsolescência acelerada, e nada sobra dela, ao contrário da acumulação baseada na Segunda Revolução Industrial*", o que "*exige um esforço de investimento sempre além do limite das forças internas de acumulação, o que reitera os mecanismos de dependência financeira externa. Mas o resultado fica sempre aquém do esforço*" sendo que "*as taxas de acumulação, medidas pelo coeficiente da inversão sobre o PIB, são declinantes, e declinantes também as taxas de crescimento*". Então, somente resta ao autor constatar que "*a contradição*

---

[250]CAVALCANTI, J. C. *Economia de redes*. Disponível em http://www.cgi.br/publicacoes/artigos/artigo1.htm, acessado em 04.11.10.

se agudiza porque a mundialização introduz aumento da produtividade do trabalho sem acumulação de capital, justamente pelo caráter divisível da forma técnica molecular-digital, do que resulta a permanência da má distribuição da renda"[251].

No caso da internet, para o processo avançar sem que existam rupturas para a contestação (e indiquemos a própria existência da governança da rede no Brasil é para maioria da população desconhecida), ela ocorre dentro de um Comitê restrito, que funciona em uma lógica de Conselho, sem abertura para participação popular, sendo exclusivo para os representantes do Estado e dos exploradores do campo – corroborando novamente com a mudança do lugar da política, das grandes decisões para uma democracia formal, mas acionária. Em 1995, é criado o já citado Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), "*para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados*"[252]. O Comitê é composto por vinte e um membros, sendo nove representantes do governo federal. Tem uma reserva de quatro representantes do setor empresarial, divididos por: provedores de acesso e conteúdo; provedores de infraestrutura de telecomunicações; indústria de bens de informática, telecomunicações e software; segmento das empresas usuárias da internet. Além destes possui quatro representantes do "terceiro setor", três representantes da comunidade científica e um "representante de notório saber em assuntos de Internet". Segundo Demi Getschko, o representante "vitalício" em notório saber:

> "Até 1994, tínhamos cerca de mil domínios registrados, apenas" [...] Os sinais claros de expansão da rede para toda a sociedade chamara à cena o CGI.br, criado em 1995 para assumir o controle do .br, da distribuição de números IP (Internet Protocol) e tomar as iniciativas necessárias para dar solidez à infraestrutura da rede no país. De 1995 a hoje, a Internet no Brasil deu um salto incalculável, e o .br contabiliza cerca de dois milhões de nomes de domínio, o que coloca o País entre os oito com maior número de domínios no mundo. A autossustentação do sistema de registro do .br é conseguida com a cobrança anual de R$ 30,00 por domínio. Uma das mais baixas do mundo, mas que, mesmo assim, permite obter recursos para uma gama de outras atividades de interesse para a Internet no Brasil, hoje executadas pelo NIC.br. Berço do CGI.br Com a crescente popularização da Internet, em 1995 o Ministério das Comunicações (MC) e o MCT decidiram lançar um esforço comum de implantação de uma Internet integrada no País, abrangendo todo tipo de uso: comercial, público e governamental. Para coordenar e integrar as iniciativas de serviços Internet, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br[253].

[251]OLIVEIRA, F. de. *O ornitorrinco*. op .cit.
[252]CGI.BR. *Histórico*. Disponível em http://www.cgi.br/sobre-cg/definicao.htm, acessado em 30.10.10.
[253]Declaração de GETSCHKO. *In*. CGI.BR. "CGI.br: uma história de sucesso". *CGI.br*. n°. 3. op. cit.

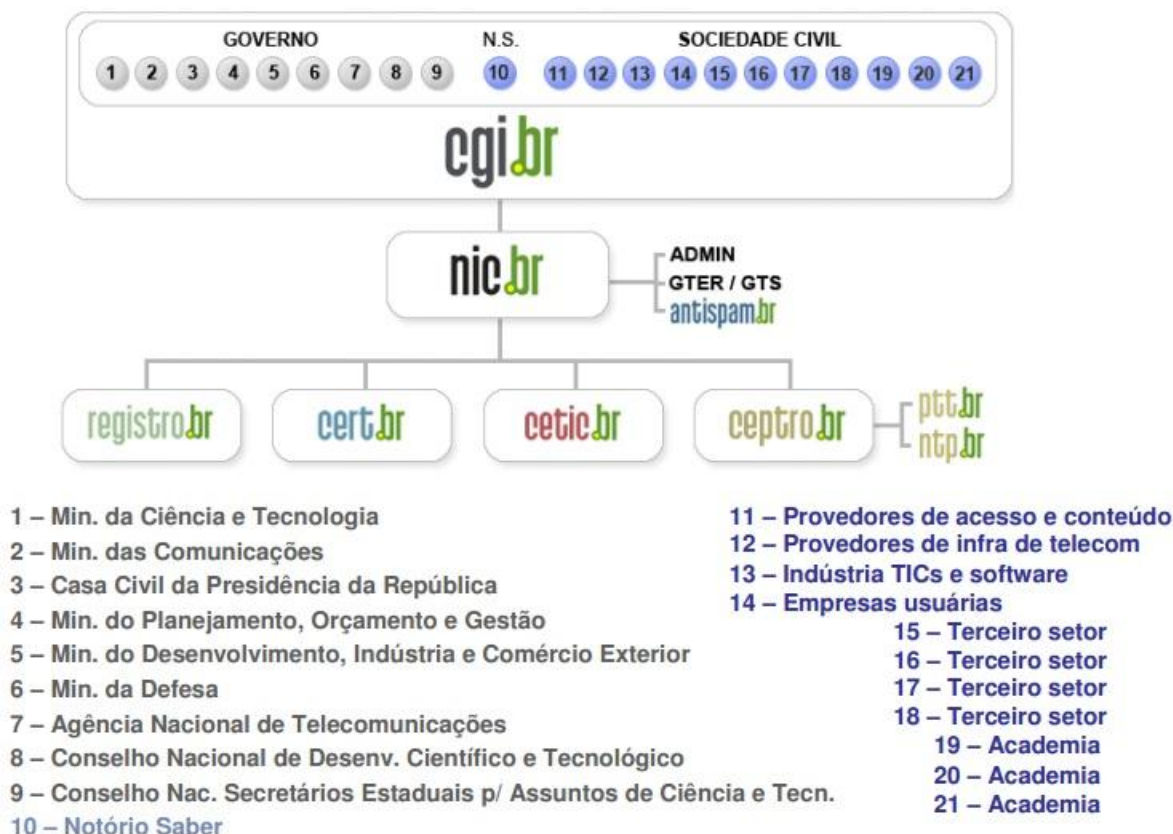
Segundo Michéle da Silva, "*visando a necessidade de coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços de Internet no país, o Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, através dos Ministérios da Comunicação e da Ciência e Tecnologia*" criou o CGI.br, pela da Portaria Interministerial nº 147 de 31.05.95, que "*passou a ser um aparato jurídico de regulação e de privatização da Internet no Brasil*"[254]. Arthur Pereira Nunes, do Ministério da Ciência e da Tecnologia, afirma em seu caráter essencialmente democrático, pois "*são poucas as atividades no Brasil que têm tal representação dos setores da sociedade civil*", testemunhando que "*minha visão na época era de que, ao ter membros da sociedade, as decisões do CGI.br seriam tomadas em consonância com as reais necessidades das comunidades na Internet, dos pequenos e grandes usuários*"[255]. Gadelha, atual Secretário de Política da Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, e um dos coordenadores do CGI.br, nos diz que:

> Em 1995, quando o CGI.br foi criado, a Internet já estava num plano de explosão. Mas ainda fomos vencendo algumas batalhas até acabar com o monopólio das telecomunicações no Brasil – que era visto sob um conceito de soberania do País, em 1997. É natural que as novas tecnologias gerem muitas incertezas, mas muita gente contribuiu para que as coisas acontecessem e para que dessem certo. Foi uma revolução muito grande. Em menos de 30 anos, vimos toda a sociedade ficar em torno desse meio de comunicação mundial que é a Internet. A rede mundial de computadores modificou e teve impactos em todos os setores: na educação, no comércio, nos bancos. E o CGI.br é uma iniciativa muito bem-sucedida, porque apostou na explosão da Internet[256].

O Comitê, dentro dos termos discutidos sobre o ICANN, declara-se como "*modelo de governança na Internet pioneiro no que diz respeito à efetivação da participação da sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da rede*", supostamente tendo como base, "*princípios de multilateralidade, transparência e democracia*", já que "*desde julho de 2004 o CGI.br elege democraticamente seus representantes da sociedade civil para participar das deliberações e debater prioridades para a internet, junto com o governo*"[257]. Sua estrutura, que explicita a contradição acerca desta suposta democracia no Comitê, dispõe-se da seguinte maneira:

---

[254]SILVA, M. T. C. da. *A geopolítica da rede e a governança global de internet a partir da cúpula mundial da sociedade da informação*. op. cit. p. 203.
[255]CGI.BR. "CGI.br: Uma história de sucesso". *CGI.br*. nº. 3. op. cit.
[256]Idem.
[257]CGI.BR. *Histórico*. Disponível em http://www.cgi.br/sobre-cg/definicao.htm, acessado em 30.10.10.

FIGURA 2: Hierarquia do CGI.br:

FONTE: NIC.BR/CGI.BR. *TIC domicílios e TIC empresas 2007. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil*: a evolução da internet no Brasil 2008. Disponível em http://www.cetic.br/palestras/pdf/2008/pal2008conip-06.pdf, acessado em 12.11.10.

Através desta aparência técnica dada ao CGI.br, um de seus objetivos primeiros é servir de suporte (em termos amplos, de participação ativa) para um projeto determinado de sociedade, já que "*na prática, a tarefa do regulador foi sempre a de normatizar o que já existia no mercado, com regras esparsas e bastante específicas*"[258], e traz as prerrogativas econômicas como *paradigma* para normatizar determinada mídia, dentro de uma lógica determinista tecnológica, para justificar a própria necessidade deste projeto de sociedade:

> A sociedade deve acompanhar e apoiar as atividades do Comitê, de forma que o número de relações no ambiente virtual cresça e, sobretudo, se fortaleça fazendo com que os investimentos no Brasil possam trazer desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida aos cidadãos. *Esses valores administrados pelo Comitê devem pautar-se em princípios de uma economia onde prevaleça a livre iniciativa e a concorrência leal e sadia*. Os provedores têm no Comitê as diretrizes para que, através de campanhas conjuntas, *propiciem a*

[258]VELOSO, E. M. *Legislação sobre internet no Brasil*. Consultoria Legislativa da Câmara de Deputados, 05.09. Disponível em http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/regulacao_da_internet/2009-6863%20Estudo%20Internet.pdf, acessado em 12.12.10.

> *conscientização da população e usuários com vistas à mudança cultural, compatibilizando os grandes investimentos em marketing na Internet com ações de cunho social e informativo*[259].

Os seus maiores projetos se verificam em torno da questão da segurança, seja para garantir a navegação segura em termos de crimes cibernéticos (roubo, fraude, invasão de privacidade, etc.) e a quebra de direitos autorais. Ele conta com dois grupos de trabalho permanentes: o GT de Segurança de Redes (GTS), criado em 1996, e que "*até abril de 2002, sob a coordenação do Prof. Dr. Pedro Vazquez, da IQM/Unicamp, o GTS possuia dois sub-grupos*", o primeiro de "*backbones, coordenado por Ricardo Maceira (Embratel), cujo principal objetivo era discutir a questão da segurança nas redes ligadas à Internet sob a ótica das redes provedoras de backbone*", e o segundo de provedores "*coordenado por Nelson Murilo (Pangeia) e Rubens Kuhl Jr. (UOL), cujo foco era os aspectos de segurança relacionados com as empresas provedoras de acesso à Internet*"[260]. Hoje em dia ele é coordenado por Adriano Mauro Cansian, da UNESP (Universidade Estadual Paulista). E o GTER, GT de Engenharia e Operação de Redes, responsável por três pontos básicos: O primeiro sendo o "*planejamento da evolução de infra-estrutura e de serviços Internet no Brasil através de estudos, recomendações e de propostas de padrões comuns para protocolos e serviços*"; o segundo "*a concepção e operação de procedimentos administrativos para a alocação de endereços IP e registro de domínios para qualquer instituição solicitante no país*"; e por fim, "*a implantação e operação de Pontos de Troca de Tráfego (PTTs) no Brasil*"[261].

Como pode ser observados nos anexos 1 e 2 desta dissertação, o grupo responsável pela regulação e estabelecimento de normas e diretrizes estatais para o uso da rede, se faz mais um espaço de embates e construção do consenso entre os exploradores do setor, incrustado na ossatura material do Estado. "*O conjunto das operações do Estado se reorganiza atualmente em relação a seu papel econômico. Isso vale, além das medidas ideológico-repressivas do Estado*", voltadas "*para sua ação na normalização disciplinar, a estruturação do espaço e do tempo, o estabelecimento de novos processos de individualização e corporalidade capitalistas, para a elaboração de discursos estratégicos, para a produção da ciência*". Então, "*se o processo de acumulação do capital pauta doravante diretamente a*

---

[259]RIPAMONTE, N. *Os riscos do grande avanço na democratização da internet*. Disponível em http://www.cbeji.com.br/br/downloads/secao/O%20Comitê%20Gestor%20da%20Internet%20do%20Brasil%2001_07_04[1].doc, acessado em 10.10.10. Grifos nossos.
[260]CGI.BR. *Grupos de trabalho: GTS*. Disponível em http://www.nic.br/grupo/gts.htm, acessado em 13.12.10.
[261]CGI.BR. *Grupos de trabalho: GTER*. Disponível em http://www.nic.br/grupo/gter.htm, acessado em 20.12.10.

ação do Estado, ele só se traduz em seu seio quando articulado e inserido na sua política de conjunto. Toda medida econômica do Estado tem portanto um conteúdo político", tanto em um "*sentido geral de uma contribuição para a acumulação do capital e para a exploração*" quanto "*no sentido de uma necessária adaptação à estratégia política da fração hegemônica*". Assim, "*não apenas as funções político-ideológicas do Estado são doravante subordinadas a seu papel econômico, como também as funções econômicas estão doravante diretamente encarregadas da reprodução da ideologia dominante*"[262]. É o Estado dando forma para a exploração em um novo setor do capital, potencializando a expansão da fração de classe em sua gerência como parte de um processo mais amplo, nacional e naturalizado como consequência lógica, racional, de novas tecnologias, as atrelando com as mudanças no mundo do trabalho e dando ao processo uma aparência de igualdade, de democratização, na busca pela universalização do conhecimento.

Dentre os diversos setores já afetados pela tecnologia, ou "reestruturados", citaremos somente dois exemplos já consolidados: Primeiro, a disseminação indiscriminada do Ensino à Distância (EAD) no Brasil nos últimos anos, que amplia as vagas para o ensino superior brasileiro diminuindo drasticamente a qualidade da formação dos profissionais. Como se posiciona o ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior: "*a centralidade da educação a distância - EAD nas políticas do MEC* [Ministério da Educação] *é cada vez mais evidente. Aos poucos, está sendo configurado um quadro que terá trágicas conseqüências para a educação brasileira, caso não seja revertido de modo radical*" e a proposta do "*MEC da Universidade Aberta do Brasil, uma instituição de direito privado e não-gratuita, a minuta de decreto que regulamenta o art. 80 da LDB e o disposto na última versão do anteprojeto de lei que dispõe sobre a educação superior*" que visam antecipar os "*termos da OMC reclamados pelos EUA, Inglaterra e Austrália mesmo sem a efetivação desse Tratado de Livre Comércio (TLC) no escopo do Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS)*". Aplicando estas medidas "*o Brasil abre seu mercado ao comércio transfronteiriço de educação sem contar nem mesmo com as contrapartidas usuais nos Tratados de Livre Comércio*", ou seja, "*é uma abertura unilateral aos cyber-rentistas que estão ávidos pelo acesso ao expressivo mercado educacional brasileiro que, somente na educação superior, já movimenta cerca de R$ 18 bilhões/ano*"[263].

O segundo refere-se ao sistema bancário, onde a rede já é "*o principal canal de*

---

[262]POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. op. cit. p. 170-171.

[263]ANDES-SN. *Educação à distância, abertura do mercado educacional ao capital estrangeiro e ampliação espúria da educação superior*: Uma crítica à política de EAD do governo Lula da Silva. Disponível em http://www.andes.org.br/imprensa/Uploads/Circ290-05.zip, acessado em 13.11.10.

relacionamento entre bancos e clientes". Em estudo encomendado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), "*os caixas eletrônicos são o principal meio para a realização de transações bancárias, com mais de um terço das 47 bilhões de operações realizadas em 2009*", e o uso da rede, através do "*Internet Banking vem em seguida, com 20% das operações e aumento de 17,7% na comparação com 2008, puxado, sobretudo, pelo crescimento do número de contas de Internet Banking, no período, de 8%*", sendo que no total em 2009, "*o País possuía 35 milhões de contas de Internet Banking e 134 milhões de contas correntes*"[264].

A informática, de um modo geral, não é objeto de uso cotidiano de toda a população, seu acesso passa por clivagens classistas, tornando o computador pessoal objeto de fetiche, de desejo[265]. Um estudo particular, da Razorfish, traz indicativos desta leitura, mesmo que utilizando parâmetros de análise social típicos do Banco Mundial: "*Dos 28 milhões de lares brasileiros que possuem computadores, 63% são da classe C, enquanto 23% pertencem às classes A e B e 14% à classe D. O número de desktops presentes nos lares dessa faixa da população cresceu 15% entre 2006 e 2009*", o que aumenta em muito as possibilidades de acesso informativo destas famílias, e que supostamente diminuiria, por assim dizer, o poder da televisão. O que é reafirmado quando analisada a quarta *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2008* do CGI.br:

> As áreas urbanas de menor poder aquisitivo e a área rural no Brasil representam uma considerável camada social que fica à margem do fenômeno da sociedade da informação e da expansão da infra-estrutura das digitais. De acordo com pesquisas do CGI.br, a comparação entre os domicílios nas áreas urbana e rural evidencia uma expressiva diferença na penetração dessas tecnologias: enquanto 28% dos domicílios nas áreas urbanas possuem computador, nas áreas rurais a penetração dessa tecnologia é de apenas 8%. Com relação ao acesso à Internet, enquanto nas áreas urbanas a penetração do acesso chega a 20% dos domicílios, nas áreas rurais esse percentual cai para apenas 4%. Mesmo se considerarmos somente as áreas urbanas, as variáveis socioeconômicas também revelam as dimensões das desigualdades existentes no país. Nos domicílios urbanos pertencentes às classes D e E, o acesso à Internet é praticamente inexistente (1%), enquanto nos domicílios de classe A o acesso é praticamente universal (93%). Esse quadro é ainda agravado pelo fato de a classe A representar apenas 1% da população urbana e as classes D e E representarem quase um terço dos indivíduos nessas áreas[266].

Não há universalização de acesso à internet para as classes subalternas, a não ser pelas

---

[264]CGI.BR. "Sem sair de casa". *CGI.br*. nº. 3. op. cit.
[265]Verificar as tabelas nos anexos 3 até 9 desta dissertação para mais informações.
[266]BARBOSA, A. F.; CAPPI, J.; GATTO, R. *Os caminhos para o avanço do governo eletrônico no Brasil*. Disponível em http://www.cgi.br/publicacoes/artigos/artigo63.htm, acessado em 04.04.11.

novas exigências sobre a classe trabalhadora urbana no contexto da reestruturação produtiva do capital, que para utilização privada conta com 1% de acesso. O campesinato e a população do interior do país são colocados à margem do processo de difusão às novas tecnologias. A única classe que é capaz de abarcar completamente as novas tecnologias, suas linguagens e possibilidades é a de maior renda, com 93% de acesso, embora estes dados ainda não nos permitam mensurar as diferenças geracionais.

Em relação ao acesso móvel da rede, "*a classe C está usando as tecnologias digitais e móveis para fazer mais do que socializar e se comunicar e, sim, para acessar novas oportunidades educacionais e empresariais. As mídias sociais são as mais acessadas*", representando então cerca de "*21% do tempo gasto online por meio dos celulares, seguidas por músicas (19%), esportes (17%), jogos online (15%), vídeos online (12%) e entretenimento (9%)*", enquanto o "*acesso a páginas pessoais, chats, compras online e internet banking ficam em 4% cada um do total de uso da internet via dispositivos móveis*"[267]. Mas, mesmo que o tempo e o acesso tenham aumentado, a diferenciação crucial explicita-se em relação ao consumo. Segundo levantamento do Ibope, com 2,5 mil pessoas, "a *maioria dos consumidores brasileiros que realizam compras na web pertencem às classes A e B e gastam, em média, R$ 118 por mês*", sendo que sozinhas "*as classes A e B respondem por 61 por cento das compras realizadas na internet, seguidas pela classe C, com 35 por cento, e D e E que, juntas, somam apenas 4 por cento*"[268]. Com isto, entendemos que as classes subalternas podem ter agora determinado acesso ao *hardware* e à rede, assinalando o aumento vertiginoso da oferta de crédito durante as duas gestões de Luiz Inácio da Silva ("*Há oito anos, o crédito disponibilizado em todo o país era de apenas R$ 380 bilhões. Hoje, o Brasil tem mais de R$ 1,6 trilhão circulando na economia em forma de empréstimo*"[269]), mas que mesmo assim, a tecnologia não é parte da vida diária da maioria dos trabalhadores – lembrando que o Brasil é o décimo país com a pior distribuição de renda do planeta. Segundo Mora:

> Para competir numa economia globalizada, os capitalistas buscam desenvolver máquinas cada vez mais modernas, de alta tecnologia, tarefa reservada aos

---

[267]KNEBEL, P. "Estudo ressalta a nova classe média digital no país". *Jornal do Comércio*, 01.11.2010. Disponível em http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=45175, acessado em 05.01.11.

[268]AGÊNCIA REUTERS. *Classes A e B lideram e-commerce brasileiro*. 08.12.10. Disponível em http://info.abril.com.br/noticias/mercado/classes-a-e-b-lideram-e-commerce-brasileiro-08122010-28.shl, acessado em 05.01.11.

[269]GANTOIS, G. *Aumento do crédito e do consumo são heranças de Lula*. Governo aproveitou os anos dourados da economia mundial, mas deixa inflação em risco. 31.12.2010. Disponível em http://noticias.r7.com/economia/noticias/aumento-do-credito-e-do-consumo-sao-herancas-de-lula-20101231.html, acessado em 13.03.11.

> países centrais. Para a maioria da força de trabalho dos países periféricos, entre os quais o Brasil, está reservada a simples operação das tais máquinas, portanto o trabalho simples. Sob relações de produção capitalistas, o desenvolvimento de máquinas de alta tecnologia e de novas formas de organização do trabalho, o que ocorre é uma desqualificação da maioria dos trabalhadores, e a substituição do antigo trabalhador qualificado por um novo perfil de trabalhador qualificado, apenas com uma instrução básica, que vai no sentido oposto da qualificação mais geral, ou seja, da qualificação para a realização de tarefas mais complexas. Portanto, uma qualificação profissional cujo objetivo é apenas operar máquinas que desenvolvem, elas sim, tarefas complexas[270].

O uso pleno da tecnologia, e em um sentido mais amplo da ciência em geral, é negado para as classes subalternas, "*a afirmação do fim da sociedade do trabalho é a justificativa da apresentação da ciência e da tecnologia como possibilidade superior de resolução das contradições sociais*", a transformando em "*racionalidade sempre crescente e independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo*"[271]. Somente pela luta da ampliação do acesso às formas de gestão e normatização da tecnologia pelas classes subalternas e pelos movimentos sociais podemos trazer estas novas questões para o debate público, assinalando especificamente o caráter de classe da ciência e da tecnologia no capital-imperialismo. Um primeiro passo importante coloca-se na abertura do CGI.br, ou seja, seu fim como Comitê exclusivo do Estado e das empresas exploradoras do setor, o que é justificado por um cientificismo tecnocrático, antidemocrático e antipopular. É crucial que se discuta a falsa percepção de que a tecnologia é neutra, ou que a internet se faz espaço público. Trata-se de um espaço de embates e organização, mas cuja utilização consequente pelas classes subalternas tem de estar submetida a análise concreta das relações de forças que a compõem.

---

[270]MORA, E. A. "Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos". *Outubro* nº 6. op. cit.
[271]DIAS, E. F. "'Reestruturação produtiva': forma atual da luta de classes". *Outubro*. nº. 1. op. cit.